

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO
DE SOUZA NETTO (1835-1866)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Matheus Luís da Silva

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO DE
SOUZA NETTO (1835-1866)**

Matheus Luís da Silva

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História, Poder e Cultura, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM,RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin.

**Santa Maria, RS, Brasil.
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

da Silva, Matheus Luís
TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO DE SOUZA NETTO
(1835-1866) / Matheus Luís da Silva.-2015.
108 p.; 30cm

Orientadora: Maria Medianeira Padoin
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2015

1. História Política 2. Antônio de Souza Netto 3.
Fronteira I. Padoin, Maria Medianeira II. Título.

Todos os direitos autorais reservados a Matheus Luís da Silva.

A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua Cecília Meirelles, n. 173, Bairro Tomazzetti, Santa Maria, RS. CEP: 97065-216

Fone (055)55 30320175; E-mail: mls.hist@gmail.com

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO DE SOUZA
NETTO (1835-1866)**

elaborada por
Matheus Luís da Silva

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Medianeira Padoin, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, Dr. (UFRGS)

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)

André Atila Fertig, Dr. (UFSM/Suplente)

Santa Maria, 24 de abril de 2015.

Dedico esse trabalho ao amigo que despertou em mim o interesse pela língua e pela cultura platina. O que sou hoje, meu interesse por temas dessa região, minha paixão pela língua espanhola e pelos países vizinhos do cone sul, tudo o que tem modificado as escolhas da minha vida, foi motivado pela sincera amizade que cultivamos. Partiste prematuramente, mas estará sempre presente no indivíduo que me tornei.

Gracias mi gran amigo, Luis Adrian Altamirano

AGRADECIMENTO

Ao chegar no final dessa caminhada, faz-se necessário agradecer a todas as pessoas que fizeram parte desse momento que possibilitou minha formação como mestre em História.

Primeiramente, gostaria de agradecer à Universidade Federal de Santa Maria, ao Centro de Ciências Sociais e Humanas e ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade de realizar esse Curso de Mestrado. Sinto-me honrado de carregar a marca da formação nessa instituição de ensino muito competente e que representa muito para mim; particularmente porque estive envolvido no processo de construção desse mestrado, ainda quando estava na graduação. Espero ter colaborado para sua consolidação e tenho os mais sinceros desejos de que o Programa cada vez mais se consolide e se qualifique. Estamos no Interior, mas queremos conquistar o Mundo.

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ao Ministério da Educação e ao Governo Federal pela bolsa de mestrado que recebi durante 24 meses e que foi vital para a realização das pesquisas e viagens acadêmicas, uma vez que, sendo uma universidade do interior, a consulta aos arquivos distantes da sede principal torna os custos maiores. Assim, não receber bolsa teria inviabilizado parte deste trabalho.

Agradeço aos professores, em especial à minha orientadora, professora Maria Medianeira Padoin. Sem seu esforço, sua compreensão e seu apoio esse trabalho não seria possível. Mais do que orientadora, sempre foi uma amiga e ajudou a superar os momentos difíceis em que a finalização do trabalho parecia mais distante do que realmente estava.

Aos professores Ana Frega, André Fertig e Mariana Thompson Flores, que fizeram produtivas indicações para minha qualificação. Parte deste trabalho é oriundo de sua leitura atenta para auxiliar a minha evolução enquanto pesquisador. Ao professor Luis Augusto Farinatti, por ceder alguns documentos que enriqueceram este trabalho.

Aos colegas do mestrado, Fabiana, Juliana, Joice Anne, Bruno, Daiane, Diego, Neandro, Clarissa, Eduardo Barreto, Renata, Mauro, Marlete, Cristino, Leonardo e Eduardo Soares, pela companhia das aulas e das viagens, pelo coleguismo ainda maior do que experimentei na graduação. Agradeço, em especial, aos colegas com os quais compartilhei a orientadora, alguns dramas e muitas felicidades, churrascos e alguns copos de cerveja, Alessandro Pereira e Pablo Dobke.

Agradeço imensamente à minha família, que me deu todo o suporte necessário para chegar até aqui. A vocês agradeço desde o trabalho de conclusão de curso e provavelmente agradecerei até minha última publicação. Eu não seria nada sem vocês, Paulo, Gorete, Paula, Samuel, Luiz, Benjamin, Cristian e Andrea.

À Bruna, que segue me acompanhando e tendo paciência com minhas viagens, madrugadas em claro escrevendo e todas as ausências que este trabalho causou. Agradeço por compreender e respeitar minhas escolhas, por ter escolhido me acompanhar há tantos anos e por fazer meus dias mais felizes.

Aos meus amigos de longe, do outro lado da fronteira; especialmente à família Severino, que sempre me recebe bem na Argentina, e à família Contatore e à Sofia Acquistapace, por me receberem em minhas pesquisas no Uruguai.

Aos amigos de perto, Tavares, William, Maurício, Gustavo, Luis Eduardo, Rodrigo, Rocha, Julia e sua linda Malu. Obrigado por entenderem a distância por circunstância desta dissertação e que sempre foram os abraços sinceros.

Aos técnicos administrativos, aos funcionários dos arquivos e das bibliotecas, a todas as pessoas que me ajudaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho. Não poderei citar todos, mas fiquem com a certeza da minha gratidão, do meu mais sincero muito obrigado.

“- O senhor ficou zangado de verdade quando eu falei no *seu* exército.

- Eu sou um criador de gado.

Ergueu o cálice e examinou-o contra o luar.

- Mas, se houver necessidade, eu tenho muitos amigos. E meus amigos têm muitos amigos.”

(RUAS, Tabajara. **Netto perde sua alma**. 3 ed.
Rio de Janeiro: Record, 2005)

RESUMO

Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO POLÍTICA DE ANTÔNIO DE SOUZA NETTO (1835-1866)

AUTOR: MATHEUS LUÍS DA SILVA

ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 24 de Abril de 2015.

A presente dissertação “Trajetória e Atuação Política de Antônio de Souza Netto” foi desenvolvida na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira”, no Curso de Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com auxílio de Bolsa CAPES/DS. O objetivo da dissertação foi investigar a trajetória e a atuação política do General Farroupilha Antônio de Souza Netto, principalmente no período posterior à Revolução Farroupilha (1835-1845). O general que proclamou a República Riograndense esteve incluído em diversos outros conflitos no contexto platino e atuou nesses conflitos em consonância com os interesses do Império. Entretanto, uma parte da historiografia argumentou, nos últimos anos, que o Império foi obrigado a intervir na região, em favor dos brasileiros residentes na fronteira do Rio Grande do Sul ou além dela, para evitar uma nova tentativa de separação da Província. Nesse sentido, buscamos demonstrar a trajetória política de Netto, um militar brasileiro residente no Uruguai. Procuramos investigar quais os argumentos que o General utiliza para convencer o Império a atender as demandas dos brasileiros residentes na zona da fronteira. Fizemos isso trabalhando com base na história política e utilizando-nos de fontes como periódicos, correspondências, relatórios de ministérios do Império, documentações militares, bibliográficas, entre outros. O resultado dessa pesquisa e cruzamento de dados acabou revelando um indivíduo que estabeleceu fortes relações com diversos setores da política Imperial, tendo amigos na “Paróquia e na Corte”, amizades solidamente construídas e publicamente defendidas. Nesse sentido, identificamos que a guerra, a terra e a zona de fronteira são as bases de seu poder e sua influência na política no Império em meados do Século XIX, mais precisamente entre os anos de 1845 até 1866, ano em que o General Netto morre na guerra do Paraguai.

Palavras-chave: Trajetória Política. Fronteira. Antônio de Souza Netto.

ABSTRACT

Master Thesis
Graduate Program in History
Universidade Federal de Santa Maria

TRAJECTORY AND POLITICAL ACTION OF ANTÔNIO DE SOUZA NETTO (1835-1866)

AUTHOR: MATHEUS LUÍS DA SILVA
ADVISOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN
Santa Maria, April 24th, 2015.

This master thesis “Trajectory and political action of Antônio de Souza Netto” was developed in the Research Line “Integration, Politics and Frontier”, in the History Master’s Degree in the Graduate School Program at Universidade Federal de Santa Maria, supported by CAPES/DS. The purpose of this master thesis was to investigate the trajectory and political action of the General Farroupilha Antônio de Souza Netto, mainly in the period after the Farroupilha Revolution (1835 – 1845). The general who proclaimed the Riograndense Republic was included in other conflicts in the La Plata Region and who served in these conflicts in accordance with the interests of the Empire. However, a part of the historiography argued in recent years that the Empire was forced to interfere in the region, in favor of the Brazilians who lived on the frontier of Rio Grande do Sul or beyond, to avoid a new attempt to separate the Province. In this sense, we demonstrate the political trajectory of Netto, a Brazilian military who lived in Uruguay. We seek to investigate the arguments used by the General to convince the Empire to answer the demands of the Brazilians living in the Frontier. We did this work based in the political history and using as sources the newspapers, correspondences, Empire ministries reports, military documentation, bibliographic, among others. The result of this research and cross-checking revealed an individual who has established strong relationships with various sectors of Imperial policy, with friends in the “Parish and Court”, solid built friendships and publicly defended. In this sense, we identified that the war, the land and the frontier are the foundation of his power and influence in the politics in the Empire in mid-nineteenth century, more precisely between the years 1845 to 1866, the year when the General Netto dies in the Paraguay War.

Keywords: Political Trajectory. Frontier. Antônio de Souza Netto.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Antônio de Souza Netto. Reprodução de Azevedo Dutra: Retrato do General Antônio de Souza Netto, óleo sobre tela, século XIX.....	29
Figura 2 – Gravura de João Antônio da Silveira.....	41
Figura 3 - Regiões onde poderiam estar as terras do General Netto.	57
Figura 4 - Recorte de Mapa Físico do Uruguai atual.	58
Figura 5 - Teófilo Ottoni.	73
Figura 6 - Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana.....	78
Figura 7 - Carta em que Netto aceita a patente de Brigadeiro.	80

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, 1962.....	103
--	------------

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1 A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E ANTÔNIO DE SOUZA NETTO	29
1.1 Antônio de Souza Netto na historiografia	30
1.2 Antônio de Souza Netto nas fontes documentais	39
2 ANTÔNIO DE SOUZA NETTO APÓS A REVOLUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM POLÍTICO MILITAR NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO	45
2.1 Antônio de Souza Netto nas fontes bibliográficas	48
2.2 Como atuava o general: trajetória de Antônio de Souza Netto pós-Revolução Farroupilha, a partir de relatórios de governo, jornais e cartas	60
2.3 ENTRE O MILITAR E O POLÍTICO	76
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS	95
ANEXOS	101

INTRODUÇÃO

O Século XIX foi o período em que grandes transformações ocorreram no espaço fronteiriço platino. Foi especialmente nesse século que se formaram os Estados Nacionais na América Latina, contexto espacial e histórico no qual destacamos a Revolução Farroupilha (1835-1845).

A Revolução Farroupilha é um importante acontecimento para a história do Rio Grande do Sul, motivo pelo qual a historiografia sempre se preocupou com este episódio, fazendo com que a quantidade de trabalhos sobre o tema seja numerosa. Além de influenciar a produção historiográfica, esse período influenciou também produções literárias e filmicas. Porém, essa influência e essas produções não levaram ao esgotamento do tema, pois cada produção teve seu contexto e muitas temáticas ainda necessitam ser aprofundadas.

Na tese de doutorado de Maria Medianeira Padoin (1999), foi apresentada a Revolução Farroupilha não apenas como uma rebelião liberal ocorrida no Brasil, mas também como uma das variáveis do processo de construção dos estados nacionais no espaço fronteiriço platino. Nesta tese, o federalismo foi abordado como um elemento identificador da complexidade das relações de poder de então e, assim, das disputas inter-regionais e internas no seio da elite dirigente deste movimento político. Assim, nessas relações de poder, foram identificadas divergências de significados do federalismo vinculadas a projetos políticos diferenciados de construção do Estado Nacional, mesmo que todos pertencessem ao universo das ideias liberais.

Nesse contexto e temática, optamos por estudar a figura de Antônio de Souza Netto, devido ao fato de haver pouca ou nenhuma produção aprofundada sobre sua atuação e trajetória de vida. Esse personagem foi um importante militar do contexto fronteiriço platino, atuando ativamente contra o Império do Brasil na Revolução Farroupilha. Possuía terras no Uruguai¹ e participou dos conflitos contra Oribe e Rosas (1851-1852) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), porém, dessa vez, ao lado do Império do Brasil. Essa aparente contradição nos chama atenção, ainda mais quando nos deparamos com o fato de que foi elevado ao posto de Brigadeiro em 1858.

No entanto, nenhum trabalho historiográfico se preocupou em problematizar ou analisar essa possível contradição, muito menos em vincular as atuações de Antônio de Souza Netto ao

¹ Nesse caso estamos nos referindo a região onde atualmente está localizado a República Oriental do Uruguai. Ao longo o trabalho, a mesma região poderá aparecer com as denominações de “Banda Oriental” ou “Província Cisplatina” conforme a adequação ao contexto histórico.

espaço fronteiriço platino. Acreditamos que essa vinculação existe e necessita ser estudada de forma mais aprofundada.

As poucas referências à trajetória de vida de Antônio de Souza Netto estão presentes em trabalhos mais tradicionais, como os de Dante de Laytano (1985) e Claudio Moreira Bento (1993). Contudo, esses trabalhos apresentam breves biografias, com dados inexatos sobre o personagem. Não é foco desses trabalhos problematizar a atuação de Netto no contexto do espaço fronteiriço platino, como nos propomos no presente estudo.

A fronteira platina, nesse estudo, não é compreendida como uma linha ou um limite político, mas sim como uma zona ou uma região de trocas, contatos e conflitos. É preciso entender que essa região tem uma historicidade que auxilia a estabelecer diversas relações que não respeitam uma limitação político-institucional, fazendo-se presentes em ambos os lados da linha e, por isso, reforçando a ideia de “região”, de “zona de fronteira”. Devemos esclarecer que não pretendemos negar a existência da fronteira enquanto limite político-institucional, muito menos sua relevância para as escolhas e estratégias de cada indivíduo, especialmente de Antônio de Souza Netto, objeto desse estudo. Entretanto, não é o “limite” a parte mais importante dessa relação, no nosso entendimento, mas sim toda a definição do entorno e como os indivíduos se utilizam dessa zona de fronteira.

A historiografia tem defendido visões distintas de fronteira. Em nossa análise, muitas dessas visões têm sentido e relevância comprovados e embasados por amplos estudos empíricos. Eis a grande questão para os trabalhos históricos: acreditamos que qualquer abordagem sobre a fronteira, assim como sobre qualquer outra temática na História, deva partir de elementos empíricos que sustentem as afirmações.

Um esforço recente que se propôs a discutir essa temática é o trabalho de Thompson Flores (2002). Ao estudar os crimes ocorridos na fronteira do Rio Grande do Sul, a autora concluiu que esta é um fator importante na estratégia de atuação dos indivíduos fronteiriços, os quais aprendem a manejá-la. Daí surgiu um importante entendimento sobre fronteira, que a autora optou chamar por “Fronteira Manejada”, conceito muito relevante para entender a realidade dos crimes nessa região de contato humano. Se um indivíduo cometia um crime, a partir dos registros judiciais do período, o limite caracterizava-se como uma possibilidade de escapar da punição pelo crime em função das dificuldades das autoridades em agir do outro lado da fronteira. Nesse

sentido, a fronteira era utilizada como estratégia de atuação presente e identificável em processos criminais de meados do século XIX.

Thompson Flores (2002) também explica porque os fronteiriços não podem ser entendidos como elementos de um grupo coeso. Para a autora, diferentes posições sociais influenciavam a maneira como cada indivíduo se relacionava com a fronteira, fator-chave para o entendimento que daremos a esse espaço, a partir de nosso personagem (FLORES, 2002, p. 69).

Ainda segundo Flores (2002, p. 71), “Esse aspecto acusa que os agentes estão conscientes de habitarem um espaço de fronteira, por onde passa uma linha que coloca em contato duas soberanias onde vigem sistemas diferentes. É nessa incoerência do espaço que reside a margem que eles manejam”.

A partir de algumas colocações de Thompson Flores (2002), podemos dizer que Antônio de Souza Netto consegue “manejar” a zona de fronteira para que sirva aos seus interesses, de acordo com o momento histórico em que o limite político estatal é reforçado pelos governos. Conscientemente, ao dizer isso, estamos afirmando que Netto estabelecia relações sociais “transfronteiriças” (pois perpassam a fronteira, mas não a desconsideravam), que, ao manejar os recursos que a zona da fronteira lhe apresentava, Netto escolhia as estratégias que certamente melhor pareciam atender aos seus objetivos, ainda que essas escolhas nem sempre possam ser entendidas como o exercício de uma racionalidade plena. Estamos dizendo que Netto é apenas um indivíduo dentre diversos que estavam estabelecidos além do limite político (neste caso, do Império), todos eles diversos e não um corpo único e coerente de interesses e ações.

Todavia, quando Flores (2002, p. 72) assevera que o limite é “reconhecido pelos fronteiriços” e que ele cumpre função concreta em suas vidas, precisamos discordar parcialmente, utilizando-se, para tanto, de nossa base empírica.

Acreditamos que essa será uma relevante contribuição que a análise do personagem trará. Em determinados momentos, como tentaremos mostrar no decorrer desse trabalho, Netto utilizou a zona de fronteira como uma estratégia para sua ação. Sua força e influência foram potencializadas pelos mecanismos que a região lhe ofereceu. No entanto, parte relevante de sua estratégia consistia em negar a existência do limite político. Brevemente, podemos adiantar que Netto exige, dentre outras reivindicações, que o Império faça algo em relação às agressões que alguns estancieiros brasileiros estavam sofrendo no território uruguaio. Para ele, era função do Império, por meio de seus comandantes de fronteira, proteger as terras dos súditos brasileiros,

inclusive no Estado Oriental. Entretanto, se o Império optasse por não fazer nada, alegando que a fronteira inviabilizaria a ação das tropas imperiais, ele mesmo faria; afinal, se ele estava além da fronteira e o Império não servia para protegê-los, um novo Estado, independente tanto do Império como do Estado Oriental, seria a solução para proteger os brasileiros residentes nessa região.

Por este motivo, afirmamos que Netto maneja a zona de fronteira; porém, que, entre suas estratégias, estão presentes tanto o fato de não reconhecer a fronteira como um limite de ação para o Império, quanto o fato de reconhecer a fronteira como um limite mas, a partir disso, propor uma atitude radical que solucionasse o seu problema. Se essa fronteira (enquanto limite) existia, ela deveria ser delimitada após as terras dos súditos brasileiros (na prática, reforçando a ideia de zona de fronteira) ou então ele mesmo controlaria aquela região, independentemente dos interesses do Império ou do Estado Oriental.

Esse entendimento de que, em terras brasileiras, deveriam valer as leis do Império é oriunda de uma herança política e cultural do período em que Netto se estabeleceu nessa região: a Guerra da Cisplatina. A partir dessa conjuntura, na qual o território pertencia ao Império do Brasil, muitos proprietários não aceitavam as intervenções estatais uruguaias após a independência em 1828. Reforçamos isso inclusive pela indicação da localização das terras de Netto. No final da década de 1850 e início de 1860, as terras do general estavam bastante afastadas da linha que separava o Império do Brasil do Estado Oriental.

Cabe reforçar que não se trata de um exemplo isolado ou de menor relevância para a análise. Isso porque sabemos que o Império efetivamente interveio no Estado Oriental, atendendo aos pedidos de diversos estancieiros que queriam o fim dos conflitos internos na região. Com essa intervenção, o Império assinou tratados que beneficiaram os estancieiros brasileiros residentes no Estado fronteiriço uruaio. Foi a partir desses tratados que estancieiros brasileiros puderam ter, com maior segurança, a presença de escravos trabalhando em suas terras no Estado Oriental, onde a escravidão fora abolida. Negar a fronteira enquanto limite de atuação político-militar foi uma forma de manejar, com êxito, os recursos dessa fronteira.

Uma proposta de estudo pautada pela construção de uma trajetória de vida desperta nos historiadores algumas desconfiças, ainda que esse gênero esteja em expansão nas últimas décadas. Ao escrever sobre isso, Souza (2003, p. 96) aponta o “mal-estar” gerado por “Le retour” da biografia, de experiências na área da História Política e principalmente de pesquisas que eram construídas a partir de técnicas narrativas. Ainda segundo a autora, existem dois usos principais

para as biografias, a biografia representativa e o estudo de caso. A primeira acontece em função do estudo não do singular, mas sim dos elementos que podem ser representativos de uma sociedade ou de uma classe em determinado período. Essas biografias costumam estar alicerçadas sobre dados estatísticos e por isso não geram tanto mal-estar aos historiadores. Já o estudo de caso aparece como um complemento para estudos macroestruturais. Para a autora, essas duas formas de usos da biografia valorizam pouco os elementos biográficos em si.

A proposta que Souza (2003) defende para biografia move-se em direção contrária às apresentadas; para ela, deve-se partir sempre do personagem e identificar o contexto a partir das movimentações do indivíduo por ele:

A proposta é de inversão: ao invés de partir de um contexto geral para situar a atuação de alguns personagens, o contexto passa a ser desenhado em função da circulação desses personagens e dos episódios em que se envolvem. O contexto passa a ser plural. Daí a opção de alguns historiadores pelo conceito de configuração (SOUZA, 2003, p. 105-06).

Quanto às questões referentes à biografia, Schmidt (2003) explica que existem quatro críticas recorrentes para os trabalhos biográficos: o problema da narrativa cronológica, o problema do elitismo, o problema da representatividade e o problema da ilusão.

Segundo Schmidt (2003), a crítica de que as biografias seriam narrativas cronológicas, factuais, sem preocupações analíticas e explicativas partiu sobretudo do movimento dos “Annales” que se caracterizou por defender a história-problema. Contudo, como demonstra o autor (2003), até mesmo autores vinculados a essa matriz teórica puderam produzir biografias baseadas nas técnicas narrativas sem deixar de lado a história-problema. Nesse sentido, deu-se o entendimento de que o indivíduo pode ser foco de um estudo que busque responder questões mais amplas.

Já o problema do elitismo decorreu da escassez ou da dificuldade de encontrar documentação pertinente para que se podesse realizar trabalhos. Entretanto, este problema pôde ser superado “com o uso de muita criatividade na localização e leitura de novas fontes ou na releitura de documentos conhecidos” (SCHMIDT, 2003, p. 67), que tem proporcionado estudos biográficos sobre indivíduos comuns, com inspiração na micro-história italiana.

Sobre o problema da representatividade, Schmidt (2003) argumenta que podem existir duas respostas para esse problema. A primeira trata do fato de que, por mais singular que possa

ser um indivíduo, ele sempre compartilha determinados códigos culturais com os seus contemporâneos. Reforçando essa ideia, lembra do trabalho de Ginzburg (2008), o qual considera que não se deve retirar das classes mais baixas o conceito histórico de indivíduo e que um “indivíduo medíocre destituído de interesse por si mesmo – e justamente por isso representativo – pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social inteiro num determinado período histórico” (GINZBURG, 2008, p. 20). Porém, Schmidt (2003) também se pergunta o que é, afinal, representatividade e apresenta uma outra resposta para essa questão que diz respeito justamente tentativa de romper com essa ideia:

Ao invés de se pretender representativa, a biografia pode servir para introduzir o elemento conflitual na explicação histórica, para ilustrar, matizar, complexificar, relativizar ou mesmo negar as análises generalizantes que excluem diferenças em nome das regularidades e das continuidades (SCHMIDT, 2003, p. 68).

Trata-se, acima de tudo, de evitar a tentação de criar o homem médio e acabar apagando toda a sua individualidade em busca de esquemas que se preocupem em ser representativos.

Por fim, quanto ao problema de que as narrativas do gênero biográfico atuam como geradoras de uma ilusão no que diz respeito ao sentido e à coerência da vida, Schmidt (2003) aponta que não cabe à biografia ser narrada como uma revelação de sentido, uma retrospectiva de um plano pré-fixado. É necessário que ela leve em conta os movimentos pelos diferentes espaços sociais nos quais o indivíduo se insere, bem como “suas percepções subjetivas, oscilações, hesitações e mesmo o acaso” (SCHMIDT, 2003, p. 69).

Nesse sentido, Bourdieu (1996) trabalha com o conceito de “trajetória”, que ele identifica “como uma série de *posições* sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações” (BORDIEU, 1996, p.189) e que nos será muito útil neste trabalho.

Quando consideramos que Antônio de Souza Netto conseguiu se inserir na elite política do Império e ter suas demandas atendidas, temos consciência de que o primeiro problema que se apresenta nesse sentido é o de conceituar elite. Assim, partimos da proposta de Heinz (2006, p. 7-8):

A noção de elite, pouco clara e seguidamente criticada por sua imprecisão, diz respeito acima de tudo à percepção social que os diferentes atores têm acerca das condições desiguais dadas aos indivíduos no desempenho de seus papéis sociais e políticos. Se, em

outros momento, sua imprecisão conceitual pôde ser percebida como uma deficiência por cientistas sociais e historiadores ciosos em dotar suas análises de “consistência científica”, esta mesma imprecisão tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, instrumental: de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros [...].

Isto é, a elite configura-se como um grupo de indivíduos destacados perante os outros e com poder de atuação, de transformação e de decisão na sociedade.

Sobre o conceito de poder, é interessante notar a definição de Elias (1994, p. 50), que o apresenta como sendo a margem individual de ação que é associada a certas posições sociais que podem determinar uma oportunidade de influenciar a “auto-regulação e o destino de outras pessoas”.

Não pretendemos realizar aqui uma biografia de Antônio de Souza Netto, tampouco pretendemos esgotar a análise referente ao personagem. O que buscamos nesse trabalho é problematizar parte de sua trajetória política, escolhida a partir das evidências empíricas. Entretanto, acreditamos que, ainda assim, este trabalho é a demonstração da construção de uma trajetória política de um personagem da elite em meados do século XIX. Com isso, acreditamos estar contribuindo para a problematização das discussões históricas e combatendo simplificações e/ou generalizações.

Dessa maneira, apresentaremos, no primeiro capítulo, uma análise da trajetória de Netto durante a Revolução Farroupilha e uma revisão bibliográfica que nos ajudou a encontrar o que já foi escrito sobre esse personagem. A análise mais detalhada será realizada com base nos documentos da Coleção Varela e será voltada para investigar a manutenção das relações pessoais deste personagem e sua atuação na guerra. Sabemos que Netto participou do grupo político denominado “Maioria”, que, em determinado momento, perdeu a relevância política perante o Movimento Farroupilha (1835-1845). Todavia, segundo Moreira Bento (1993), Netto foi um dos signatários da “Paz de Ponche Verde”² o que indica que esteve presente no movimento revolucionário até o seu final.

² A Paz de Ponche Verde, também chamada de Tratado de Ponche Verde ou Convenção de Ponche Verde, foi o resultado das tratativas entre os farroupilhas e o Império para acabar com a guerra. Aqui sinalizamos que não se trata de um acordo de rendição ou similar. Por isso, comumente sustentamos que os farroupilhas não venceram a guerra, mas tampouco foram completamente derrotados. O tratado estabelecia algumas das reivindicações dos farroupilhas, como o direito de escolher o presidente da província, observando-se que o escolhido foi o “pacificador da província”,

No segundo capítulo, trataremos de Netto após o período de 1845. O principal objetivo é estudar e problematizar sua trajetória após o fim da Farroupilha, vinculando sua trajetória ao contexto político e militar do Império, e identificar sua inserção nesse contexto conturbado que culminou com duas intervenções no Estado uruguaio e com a Guerra no Paraguai. Nesse sentido, nosso trabalho alcançará, por fim, julho de 1866, quando Antônio de Souza Netto morreu no Hospital Militar de Corrientes.

Este trabalho foi desenvolvido na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira”, do Mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com Bolsa CAPES/DS (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Demanda Social). Ele é o resultado de uma trajetória de estudos sobre a Revolução Farroupilha e seus personagens, iniciada ainda quando o autor estava na graduação, sob a forma de projetos de iniciação científica no Curso de História da mesma universidade, que também tiveram financiamentos, por meio de bolsas de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). O projeto de iniciação científica chamado “Os Farroupilhas no processo de construção e consolidação dos Estados Nacionais no Espaço Fronteiriço Platino” teve como resultado, entre outros, a produção do trabalho de conclusão de graduação “A elite Farroupilha Riograndense: um estudo sobre Antônio de Souza Netto, David Canabarro e José Mariano de Matos”. Dessa maneira, a presentedissertação de mestrado é a consolidação de quase cinco anos de estudo vinculado à temática que pretendemos desenvolver nas próximas páginas e que, ao que nos parece, têm avançado desde a graduação.

Tanto na graduação quanto no mestrado, o estudo foi desenvolvido vinculado ao Projeto Guarda-Chuva “América Platina: processos de formação e de consolidação dos estados nacionais no século XIX e no início do século XX”, proveniente do grupo de pesquisa “História Platina: sociedade, poder e instituições”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do “Comitê Acadêmico História, Regões e Fronteiras”, da Associação de Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), sob orientação da Professora Doutora Maria Medianeira Padoin.

o então Barão de Caxias. O tratado foi aceito pelos farroupilhas em fevereiro de 1845 e ratificado pelo imperador alguns meses depois.

1A REVOLUÇÃO FARROUPILHA E ANTÔNIO DE SOUZA NETTO

Ainda que tenhamos o interesse de avançar o estudo para o período posterior ao da Revolução Farroupilha, é necessário, antes, determo-nos um pouco nos primeiros anos de vida do general, bem como na sua inserção na política, por meiodesse movimento que, como pretendemos evidenciar, é um fato-chave na carreira de Antônio de Souza Netto (Figura 1).



Figura 1 - Antônio de Souza Netto. Reprodução de Azevedo Dutra: Retrato do General Antônio de Souza Netto, óleo sobre tela, século XIX.

Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos, Porto Alegre, Brasil.

1.1 Antônio de Souza Netto na historiografia.

Corria o ano de 1803 quando Antônio de Souza Netto nasceu³ na estância paterna, em Capão Seco, distrito de Povo Novo, na atual cidade de Rio Grande. Era filho de José de Souza Netto, natural de Esteio, e Teutônia Bueno, natural de Vacaria. Seus avôs paternos eram Francisco Souza, natural de Colônia do Sacramento, e Ana Maria, natural de Açores. Seus avôs maternos eram Salvador Bueno da Fonseca (estancieiro em Vacaria) e Ignácia Antônia de Araújo Rocha, ambos naturais de Itu, em São Paulo⁴.

Estudou na Freguesia de São Francisco de Paula (atual Pelotas), junto com seus irmãos Rafael e Domingos Netto, conforme afirma Rosa (1935). Já adulto, mudou-se para Bagé, onde se tornou estancieiro, criador de gado e cavalos. Logo após a incorporação da Província Cisplatina pelo Império Brasileiro, Netto foi residir nas terras onde hoje se localiza o Uruguai. Na Guerra Cisplatina (1825-1828), foi nomeado Capitão de Milícia e encarregado da defesa da fronteira. Com a criação da Guarda Nacional (1831) passou a ser Coronel de Legião da Guarda Nacional de Bagé. Alguns autores observam que, ao iniciar o movimento de 1835, Netto era Comandante do Corpo da Guarda Nacional de Piratini, composto por recrutas de Piratini, Canguçu, Cerrito (Vila Freire atual), Bagé e Piraí, distritos pertencentes à vila de Piratini (criada por decreto imperial em 1830).

Netto foi considerado, pelos autores Laytano (1983) e Bento (1992), como o segundo homem em importância na República Riograndense. Esses autores consideram que Netto teve uma brilhante carreira militar, alcançando o posto de Coronel da Legião da Guarda Nacional de Piratini, legião que foi convertida, durante a Revolução Farroupilha, em Brigada Liberal.

Proclamador da República Riograndense, Netto atuou na Revolução Farroupilha desde seu primeiro momento até seu último instante. Comandou o Exército Farrapo e foi o responsável

³ Segundo Moreira Bento (1992), Netto nasceu no dia 25 de maio de 1803. Já Spalding (2001) afirma que Netto nasceu no dia 11 de fevereiro de 1801. Segundo nossas pesquisas em bases de dados sobre nascimentos, Netto teria sido batizado em 20 de julho de 1803, tendo nascido em 25 de maio do mesmo ano. Consideraremos, portanto, esta data e não a data anotada por Spalding (2001). A base de dados a que nos referimos é o site familysearch.org, vinculado à Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias. Esse site é muito conhecido por historiadores que trabalham com biografias e com trajetórias pois trata-se de um esforço institucional na tentativa de computar dados genealógicos do maior número de pessoas possível.

⁴ Essas informações são uma síntese das informações encontradas em Rosa (1935), Laytano (1983), Moreira Bento (1992).

pelo cerco à cidade de Porto Alegre (1836 a 1838)⁵, sem poder tomá-la definitivamente para os farroupilhas. Com o fim da guerra civil, Netto foi morar no Uruguai, atitude que Guazzelli (1997) denominou como “autoexílio” do general⁶.

Com aproximadamente 34 anos, Netto encontrou-se à frente de um exército que lutava contra o Império do Brasil. Orientado por conselheiros⁷, resolveu proclamar a República Riograndense, em 11 de setembro de 1836. Em janeiro de 1837, foi nomeado General da República e, com o retorno de Bento Gonçalves da prisão e sua escolha para presidente da república, Netto atuou como braço direito de Bento Gonçalves e Chefe do Estado-Maior do Exército da República. Também foi deputado na Assembleia Constituinte, em 1842.

A Revolução Farroupilha é um evento que possivelmente modifica toda a trajetória do General Netto. A atuação no movimento vai permitir que este indivíduo tenha uma “moeda de troca” nas relações que ele estabeleceu posteriormente: a capacidade e a disposição para a guerra. Este evento é tão significativo e marca tanto a trajetória do general que, nos registros culturais atuais, qualquer pessoa que conheça sua história faz referência sempre à sua atuação entre 1835 e 1845, com ênfase na proclamação da República. É nesse movimento que ele se torna General, ainda jovem, com aproximadamente 35 anos.

É preciso reconhecer que sua escolha por proclamar a República, sem a presença de Bento Gonçalves (principal liderança do movimento), demonstra que Netto tinha boas relações com esse indivíduo, pois a autoridade de seu ato não foi contestada naquele período. Ainda que o movimento político originária da guerra fosse composto de diversos setores da sociedade e bastante complexo, as principais divergências quanto a posicionamentos políticos, quanto aos rumos da guerra e quanto à forma de governo adotada só ficaram claras a partir da década de 1840, com a ascensão do “grupo da minoria”, em oposição às lideranças do “grupo da maioria”, que estavam à frente do movimento desde 1835⁸.

Sobre a Revolução Farroupilha, cabe abordarmos brevemente a historiografia sobre o período. A temática da Revolução Farroupilha (1835-1845) é um marco historiográfico para o

⁵ Porto Alegre era a capital da Província para o Império e, com o início da rebelião, em 20 de setembro de 1835, foi tomada pelos farroupilhas. Ficou sob comando farroupilha até 15 de junho de 1836, quando os imperiais reconquistaram a cidade. Houve três cercos farroupilhas importantes que não obtiveram sucesso. Porto Alegre foi designada pelo Imperador como “Mui Leal e Valorosa”.

⁶ Iremos tratar esta questão do “autoexílio” no próximo capítulo.

⁷ Segundo Laytano (1983), após a batalha no Seival, Netto foi convencido por Manoel Lucas de Oliveira e Joaquim Pedro Soares a proclamar a República pois, do contrário, o movimento correria o risco de se dividir.

⁸ Sobre a complexidade das disputas internas do Movimento Farroupilha, consultar Padoin (1999).

Rio Grande do Sul. Como já afirmamos anteriormente essa, temática foi amplamente estudada e, além de ter influenciado historiadores, está fortemente representada na cultura do atual estado do Rio Grande do Sul, alcançando as mais diversas formas de produção, seja na literatura, seja no cinema, seja na televisão.

Gutfreind (1992) identificou duas “matrizes” na historiografia riograndense: a platina e a lusitana. A matriz platina refere-se às análises que vincularam a história do Rio Grande do Sul ao contexto platino. O principal autor dessa matriz é Alfredo Varela (1933), o qual defendia que a Revolução Farroupilha era um movimento resultante da Revolução de Maio de 1810. A matriz lusitana diz respeito às análises que tratam a história do Rio Grande do Sul minimizando a influência platina e defendendo a “inquestionável supremacia da cultura lusitana na região” (GUTFREIND, 1992, p. 11); visão essa que apresenta a Revolução Farroupilha como mais uma das revoltas regenciais características do período, além de necessariamente rechaçar o caráter separatista.

Guazzelli (1997), concordando com Gutfreind (1992), analisou as duas matrizes, comparando produções que foram contemporâneas, no caso, as obras de Varela (1933) e de Walter Spalding (1982), o primeiro da matriz platina e o segundo da matriz lusitana.

Varela (1933) e Spalding (1982) abordam aspectos como as causas, o desenvolvimento e os resultados da Revolução, trazendo distintas explicações para o “decênio” farroupilha, mas ambos entendendo que a Revolução Farroupilha foi um movimento amplamente popular. Para esses autores de matrizes diferentes, as lideranças tiveram êxito em captar as demandas populares por liberdade ou por justiça, motivo pelo qual o movimento teria tido forças para sustentar-se por aproximadamente dez anos. As obras desses autores trazem diversas informações sobre os farroupilhas, que iremos especificar mais adiante, mas deixam em aberto algumas questões e possibilidades temáticas, dentre elas, o modo como as lideranças farroupilhas mantinham relações econômicas, militares e inclusive pessoais com lideranças do outro lado da zona de fronteira ou com os legalistas, e, até mesmo, as complexas relações dentro do próprio movimento.

As obras destes autores podem ser compreendidas no seu contexto histórico, tendo sido escritas nos primeiros 50 anos após a queda do Império, demonstrando uma forte preocupação com a perspectiva da construção da noção de identidade que poderia ser nacional ou regional ou,

ainda, ser regional mas ultrapassar os limites políticos territoriais, conforme o entendimento de cada autor.

Já a tese de Guazzelli (1997) mostra justamente como o contato e a possibilidade de mover-se pelos territórios do Prata foram essenciais para o Movimento Farroupilha. Ao contrário de Varela (1933) e Spalding (1982), Guazzelli (1997) não possui uma preocupação central em discutir se a Revolução Farroupilha foi um movimento separatista por ideologia ou uma revolta contra a opressão do Império. Em seu trabalho, oriundo de um contexto de produção bastante diferente, o autor tenta construir uma análise baseada na relação das elites sulinas com os caudilhos rioplatenses, sem ignorar a revolta de um setor com o poder centralizador do Império. Ele realiza sua análise, entre outros aspectos, identificando pontos importantes no discurso das lideranças farroupilhas, que são permeados por “crises”, “identidade” e “nostalgia”. Sintetizando:

A “crise” no Rio Grande de São Pedro, motivadora da rebelião dos farroupilhas contra o Império, foi um elemento presente no discurso formulado pelos representantes de uma fração do grupo dominante provincial, os proprietários das estâncias de criação de gado da Campanha e das Missões, justamente aqueles que eram também responsáveis pela guarda da mal definida fronteira contra os castelhanos do Rio da Prata. Problemas políticos – relacionados a uma perda de prestígio pela debacle militar na Guerra da Cisplatina e a intromissão das autoridades do Império num âmbito que julgavam próprio – e econômicos – dificuldades da produção regional na competição com os concorrentes platinos e impedimentos que a Corte criava para os negócios privados na fronteira -, fizeram com que os estancieiros-comandantes procurassem uma solução que negava o Estado nacional (GUAZZELLI, 1997, p 13-14).

Embora cite diversas lideranças farroupilhas, Guazzelli (1997) não se aprofunda numa análise mais detalhada dos perfis delas e, diversas vezes, ao se referir às relações estabelecidas com os caudilhos do Prata, geralmente utiliza a expressão “os Farroupilhas” de maneira genérica. De certa forma, ele identifica o caudilho “castelhano” como o “poder” do outro lado da zona de fronteira, mas não faz o mesmo ao analisar os farroupilhas. Assim, para Guazzelli (1997) é a República Riograndense e não Bento Gonçalves (ou qualquer outra liderança farroupilha) que busca estabelecer alianças com Rivera, Rosas ou Oribe e que tenta estabelecer uma diplomacia com os caudilhos vizinhos. O autor certamente propõe isso porque deve identificar que existe uma estrutura administrativa estatal mais visível na República Riograndense do que nos vizinhos do Prata, afinal a “Argentina”, por exemplo, ainda não estava constituída como o Estado Nacional que conhecemos hoje.

Guazzelli (1997) não estuda especificamente as lideranças farroupilhas, mas apresenta um panorama geral, que se refere ao fato de os estancieiros lutarem por seus interesses pessoais que, em determinado contexto, chocaram-se com os interesses do Império. Também reforça, durante todo seu trabalho, a inserção que os líderes farroupilhas tinham no Império, tanto antes quanto depois da Farroupilha. Além disso, embora não se detenha no estudo das lideranças, traz uma importante contribuição, que é atualmente uma das preocupações de novos trabalhos historiográficos, no que diz respeito ao destino político e militar das lideranças farroupilhas após o movimento armado de 1835 a 1845:

Voltavam os chefes da fronteira do Rio Grande ao histórico papel de sentinelas avançadas do Brasil. As medidas protecionistas aos produtos pecuários e os prestígios militares sacramentados pela manutenção dos postos alcançados na insurreição, foram compensações econômicas e políticas benvindas pelos senhores da fronteira. Alguns permaneceriam inconformados: Bento Gonçalves, desmoralizado e empobrecido, morreria pouco tempo depois; Netto exilou-se no Estado Oriental, onde atuaria contra os blancos; Portinho recusara o título de Barão em nome do seu republicanismo; Canabarro e Lucas de Oliveira repudiariam o legalista Chico Pedro até o final dos seus dias. Mas exceto o primeiro, por razões óbvias, os demais lutariam nas campanhas contra Rosas e no Paraguai sob a bandeira do Império. Ou seja, importavam menos os eventuais ideais republicanos e federalistas, desde que os interesses do Rio Grande fossem atendidos nos anseios privados dos seus caudilhos (GUAZZELLI, 1997, p. 396-397).

Aliás, aqui se encontra um ponto importante na análise de Guazzelli (1997): embora reconheça a existência de influência de ideais federalistas e republicanos, o autor acredita que “essas ideologias” eram usadas apenas como discurso legitimador dos objetivos da elite farroupilha, sem maior relevância nas opções e nos conflitos internos do movimento. O autor não se propõe a analisar os ideais do Movimento Farroupilha. Esse trabalho de análise das ideologias presentes no Movimento Farroupilha foi feito por Padoin (1999), em sua tese de doutorado, e permite-nos ter uma visão diferente e mais ampla sobre essa questão.

Como já frizamos, Padoin (1999) apresentou a Revolução Farroupilha não apenas como uma rebelião liberal no Brasil, mas como uma das variáveis do processo de construção dos Estados Nacionais no espaço fronteiro platino. Esse processo teve divergências quanto ao significado de federalismo e até mesmo aos projetos políticos propostos.

Por exemplo, como já mencionado, havia, entre os farroupilhas, o “grupo da maioria”, representado por Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Netto, José Domingos de Almeida, Mariano de Matos, entre outros, e o “grupo da minoria”, representado por David Canabarro e Vicente da Fontoura. Segundo Padoin (1999), esses dois grupos se diferenciam

especialmente quanto ao entendimento do federalismo e, assim, quanto à proposta de estado para o Brasil. Tal diferença de posicionamento e especialmente a divergência interna na elite farroupilha foram por muito tempo silenciadas. A autora também deixou claras as relações dos diversos membros da Farroupilha com a maçonaria, um fator importante para todo o tipo de troca possível.

Para Padoin (1999), a elite farroupilha apresentou posicionamentos divergentes internamente, que foram interpretados por outros autores como “despreparo intelectual” ou “desconhecimento da Ciência Política” (PADOIN, 1999, p. 285). No entanto, segundo a autora, concepções políticas distintas geraram projetos políticos distintos, fato que pode ser amplamente observado na Assembleia Constituinte de 1842, que deu origem à Constituição de 1843, a qual, em realidade, nunca saiu do papel.

Isso significa que não eram apenas os anseios privados dos caudilhos que moviam a política e os conflitos na Província, pois:

A Revolução Farroupilha surgiu como fruto dos interesses econômicos e políticos pertencentes à elite da campanha rio-grandense e a outros setores sociais que, por vínculos e crenças políticas, se uniram em um projeto político que teve no federalismo sua bandeira (PADOIN, 2001. p. 76-77).

Em sua obra, a autora também salienta a importância da Região Platina, sem a qual não seria possível compreender as relações e os desdobramentos que levaram ao conflito.

Por se configurar em uma região fronteiriça, de disputas, de trânsito e de interesses, sendo também um espaço social e economicamente construído, enquanto espaço de circulação de homens e ideias, de culturas e de mercadorias; adquirindo, portanto, um sentido “transnacional” (PADOIN, 1999, p.149).

Padoin (1999) e Guazzelli (1997) trazem contribuições muito relevantes para o entendimento da Revolução Farroupilha e apontam elementos muito claros com relação à trajetória política e militar dos personagens envolvidos.

Alguns trabalhos, com um caráter mais tradicional, possibilitam-nos acesso a informações detalhadas sobre o perfil dos personagens, bem como sobre sua atuação político-militar. Essas informações são referentes ao período da Revolução Farroupilha, com breves citações para os períodos posteriores.

Em seu trabalho, Laytano (1983) apresenta um panorama bastante abrangente da Revolução Farroupilha. Ele trata sobre aspectos ideológicos, geográficos, econômicos e sociais do movimento, considerando importantes acontecimentos dos dez anos do conflito, e aborda brevemente alguns personagens farroupilhas que tiveram maior destaque, no seu ponto de vista, sendo sua análise bastante limitada no que se refere ao período posterior a 1845. Essa limitação é admitida se pensarmos que não é do interesse de Laytano (1983) escrever sobre o período posterior, mas sim sobre o período da guerra.

Laytano (1983) reafirma que as lideranças que se rebelaram no movimento de 1835 foram importantes militares da fronteira, encarregados de enfrentar os “castelhanos” e que estavam desprestigiados pelo governo central. A forma como o autor trata a biografia dos generais da República demonstra como não existe uma preocupação sistemática de se aprofundar em suas trajetórias político-militares, mas de demonstrar, por si só, a inserção dos farroupilhas no Império antes e depois da guerra, como no trecho referente a Antônio de Souza Netto:

Herói do Combate de Seival. Proclamador da República. Nasceu em Povo Novo em 1803 e morreu em Corrientes em 1866. Coronel da Legião da Guarda Nacional de Bagé. Brigadeiro, depois, na Guerra do Paraguai. Desistiu dos vencimentos a que tinha direito, em favor da Nação. General do Exército Rio-Grandense. Foi republicano convicto (LAYTANO, 1983. p. 130).

Na verdade, com o auxílio da leitura da obra deste autor, conseguimos assim destacar personagens marcantes no movimento, já que Laytano (1983) faz um importante levantamento sobre os generais, os ministros, os vice-presidentes da República Riograndense, a Marinha, entre outros. O autor (1983) apresenta dados sobre a Assembleia Constituinte, sobre as eleições para essa Assembleia, sobre como funcionava a Justiça na República, entre outros aspectos. Vale registrar que esta obra de Laytano foi escrita nas comemorações do centenário da Revolução Farroupilha, em 1936, em pleno governo de Getúlio Vargas.

O autor Spencer Leitman (1979) propôs-se a realizar uma análise socioeconômica do conflito e, por isso, seu trabalho é rico em detalhes, principalmente ao se referir às questões da produção econômica da Província, às crises, às dificuldades com a competição do charque “castelhano”, entre outros. Porém, o fator preponderante é a questão do gado e de sua circulação e a das relações econômicas entre o que o autor chama de *caudilhos Riograndeses* e os caudilhos do Prata. Assim, Leitman (1979) reconhece a importância da figura do militar para a República,

como Bento Gonçalves que consegue estabelecer relações com os caudilhos vizinhos por ter contato com essas lideranças:

Bento Gonçalves desertou em 1811 na campanha de Dom Diogo na Guerra Cisplatina, e se dirigiu para a fronteira, para o distrito de Serro Largo, na Banda Oriental, servindo por algum tempo com o herói da Independência uruguaia, José Gervasio Artigas. Quando deixou a milícia uruguaia, permaneceu em Serro Largo, comprou estâncias, dirigiu um armazém e taverna, e fez um bom casamento (LEITMAN, 1979. p. 26).

Bento Gonçalves negociava com os caudilhos platinos, vivia num ambiente de zona de fronteira e casou-se com uma uruguaia de família influente na sociedade; situação semelhante à de Antônio de Souza Netto, que também possuía terras fora dos limites do Império e também fora preponderante nas questões fronteiriças.

O Império não conseguia estabelecer o seu poder na região de uma maneira diferente desta: patrocinando os líderes militares fronteiriços. O problema é que essa situação permitia a essas lideranças um poder de enfrentamento perante o Império em caso de descontentamento, o que se verificou entre 1835-1845. Assim, a elite que se rebelou contra o Império é claramente uma elite altamente inserida no poder local/regional desse mesmo Império.

Outro autor que se preocupou com a história da Revolução Farroupilha, mas sob outro ponto de vista, foi Moreira Bento (1992). Militar e pesquisador, ele buscou retratar a história da Revolução Farroupilha sob a ótica da história militar tradicional. Esse autor proporciona grandes contribuições para o entendimento e registro das trajetórias militares de personagens da elite Farroupilha. Moreira Bento (1992) escreve sobre os “chefes” do exército farrapo, trazendo uma biografia rica em dados que são importantes para análise, mas que precisam ser problematizados e ampliados para responder às questões a que nos propusemos em nosso trabalho. Em sua obra, podemos perceber a inserção das lideranças farroupilhas no Império, pois ele demonstra claramente que o Movimento Farroupilha teve suas bases na Guarda Nacional, por meio da ação de alguns de seus comandantes.

Abordaremos traços biográficos dos citados oficiais gerais com amparo em diversas fontes e com ênfase na significação histórica e traços do perfil militar. O último para apoiar estudos sobre liderança militar brasileira, assunto relevante no desenvolvimento da Doutrina Militar Brasileira (MOREIRABENTO, 1992, p. 45).

Como se pode notar, a preocupação principal de Moreira Bento (1992) é com a trajetória militar das lideranças farroupilhas, portanto, trata pouco sobre as relações com o Prata e constrói uma história das principais batalhas da Revolução Farroupilha.

Flores (1985) escreve sobre a formação da Província de São Pedro e dos farroupilhas, inclusive demonstrando que a designação de farroupilhas não se relaciona com as vestimentas dos combatentes e sim com a visão política que defendiam. Segundo Flores (1985), os farroupilhas eram chamados, no Brasil, de liberais exaltados. Esse autor também é um dos poucos a explicar o porquê do uso do conceito de “Revolução” para o período:

O movimento farroupilha classifica-se como revolução porque, de acordo com o conceito liberal da época, houve uma mudança na forma de governo: pela primeira vez no Brasil instituiu-se de fato um governo republicano, de 1836 a 1845, abrangendo a província do Rio Grande do Sul, Lages e Laguna em Santa Catarina (FLORES, 1985. p. 23).

Flores afirma ainda que a Revolução Farroupilha foi um movimento liberal que pretendia conquistar garantias, por meio de um conjunto de leis; reorganizar a estrutura do poder, por meio de um federalismo que significasse autonomia para a província e para o município; e obter o controle do poder político do Estado por meio de representantes do povo. Ainda segundo o autor, a ideia de federação acabou expandindo-se para a de separação no momento em que o movimento se viu sem o apoio de outras províncias do Império. Isto é, para Flores (1985), o movimento não era separatista, mas acabou sendo levado a proclamar a República após não obter apoio das demais províncias do Império, inviabilizando uma Revolução a nível nacional.

Já Coelho de Souza (1944) também escreve sobre a Revolução Farroupilha. Para ele, os objetivos das lideranças farroupilhas não era a separação do Império; entretanto, diversos contextos da guerra levaram os líderes do movimento a proclamar a República. O autor identifica, como primeira fase política da Revolução, o período que compreende desde a abdicação de D. Pedro I até a proclamação da República Riograndense e atribui a guerra a erros políticos e a manobras de indivíduos como Araújo Ribeiro, entre outros. Ademais, aborda brevemente os personagens e não se preocupa com suas trajetórias após 1845.

De modo geral, ao analisarmos a historiografia, podemos perceber que a inserção dos farroupilhas no Império do Brasil, depois do movimento armado e de sua possível contradição quanto a isso, não foi uma preocupação dos historiadores. Mais do que uma possível contradição,

queremos identificar como esses indivíduos conseguiram se inserir num contexto social contra o qual lutaram por quase dez anos. Além disso, acreditamos que este tipo de análise possa ajudar a compreender melhor a política do Império.

1.2 Antônio de Souza Netto nas fontes documentais

Quanto ao período da Farroupilha, encontramos muitos documentos, e, em estudos sobre a Revolução Farroupilha, encontramos referências a Antônio de Souza Netto. Diversos autores realizaram pequenas biografias sobre esse indivíduo, sempre preocupados em explicar sua atuação na Farroupilha e sua importância para a proclamação da República.

Não iremos nos ater nos estudos desses autores, porque queremos focar na demonstração de algumas relações construídas nesse período⁹ e que serão importantes para compreendermos a trajetória do general no período pós-farroupilha, principalmente o sucesso de sua inserção na política do Império. Essas pequenas biografias costumam repetir informações, com poucas divergências entre si e, de modo geral, com informações semelhantes às que já foram apresentadas¹⁰.

Também iremos sustentar, com base em documentos desse período, uma das estratégias, segundo nossa análise, mais relevantes do general, a qual acreditamos que será facilmente percebida pelo leitor no decorrer desse trabalho: a opção de Antônio de Souza Netto por atuar nos bastidores, deixando escassos rastros e gigantescos desafios à empreitada a que nos propomos realizar, que é a de identificar e problematizar parte de sua trajetória inserida no contexto político do Império.

Esta estratégia, de agir nos bastidores, pode ser captada em cartas que Netto encaminhou para Domingos José de Almeida durante a Revolução. Em 15 de outubro de 1839, Netto estava preocupado que a redação do jornal farroupilha “O Povo” pudesse estar em mãos não confiáveis, o que prejudicaria a Revolução:

⁹ Optamos realizar uma seleção dos indivíduos próximos à Netto, que realizamos, se deu por conta de uma necessidade documental. Optamos por estudar os que tinham relevância política no período e os que eram relacionados com o general durante a farroupilha e se mantiveram próximos a ele depois de 1845.

¹⁰ Como, por exemplo, os trabalhos de Rosa (1935), Spalding (1982), Coelho de Souza (1944), Flores (1985), etc.

[...] Lembro a V.Exa. que é muito conveniente ter uma pessoa circunspeta e prudente a testa da redação do Povo = afim de não saírem ao prelo alguns papéis que nos não convém sejam públicos pelo prejuízo que causa ao serviço, mesmo força moral que dá ao inimigo: há tempos foi publicado um officio em que V. Exa. estranhava a conduta de Camilo pelo preço enorme porque assinou o recibo de algumas reses, e ora o mesmo solicita por isso sua demissão: este moço é interessante no serviço, e me parece bom em alguns casos termos alguma tolerância (nos limites da possibilidade).
 [...] Muito mais imprudente foi a inserção de uma carta do Lucas, carta em que nos apresentava as faces de um precipício! Receba V. Exa. estas reflexões ditadas por minha convicção, e que me parecem se não devem desprezar¹¹.

Netto tinha consciência de que a publicização de alguns atos da Revolução seria prejudicial para a imagem do movimento, tanto interna quanto externamente. Notamos que, em nenhum momento, ele refuta a ideia de que Camilo tenha agido de maneira equivocada; contudo, aponta a necessidade de “alguma tolerância”. Nos dois casos citados por Netto, parece claro que a publicação das cartas foi o que causou o mal-estar no general, que preferia que alguns atos do governo ficassem resguardados.

Alguns dias depois, em 12 de novembro de 1839, a precaução quanto a quais itens seriam ou não publicados no jornal “O Povo” voltou a ser tema de uma carta que Netto enviou para Almeida reforçando sua posição. O jornal não devia publicar os problemas internos do movimento, ao menos não enquanto a República estivesse em guerra contra o Império:

[...] Sabendo que V. Exa. escrevia alguns artigos para nosso jornal, com os quais há feito grande serviço, ignorava tivesse sobre seus ombros sua redação, aliás não usaria da frase de que usei, censurando a impressão das duas peças que apontei, com respeito a Camilo e Lucas, **por entender em minha humilde opinião que atualmente não convém dar publicidade a nenhum papel que levemente enuncie nossas faltas e desarranjos internos, o que me parece mais próprio para tempo ordinários em cuja época tais publicidades serão de tanto proveito, quanto agora danosas.**¹²

Embora possa parecer uma preocupação banal para tempos de guerra, parece também que Almeida tinha intenção de dar publicidade a todo tipo de informação referente à República, atitude em relação a qual Netto tinha uma posição divergente do então Ministro da Guerra Interino. Essa disposição para não publicizar todos os atos que realizava parece-nos uma estratégia que Netto utilizou durante toda sua trajetória. Nas décadas de 1850 e 1860, que trataremos no próximo capítulo, Netto teve uma atuação política bastante identificável, ainda que essa identificação seja possível somente por meio do contato com interlocutores e do acesso a

¹¹ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS Volume 13. CV-6181. [Recortes e grifos nossos.]

¹² Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS. Volume 13. CV-6185. [Recortes e grifos nossos.]

cartas restritas (como relatórios restritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e cartas do Presidente da Província aos Cônsules do Império no Estado Oriental).

Encontramos poucos vestígios de Netto não apenas porque eles podem ter se perdido com o tempo, mas porque essa era, conforme defendemos aqui, uma das estratégias de atuação do próprio general.

Netto conseguiu construir, durante a Revolução Farroupilha, diversas relações pessoais que ultrapassaram o período do movimento. Uma dessas relações foi com João Antônio da Silveira (Figura 2). Nos documentos da Coleção Varela, encontramos pelo menos 40 cartas trocadas entre os dois generais da República. Os assuntos tratados são os mais diversos. Netto, nas cartas, procurava informar sua posição e sempre atribuía funções a João Antônio da Silveira.

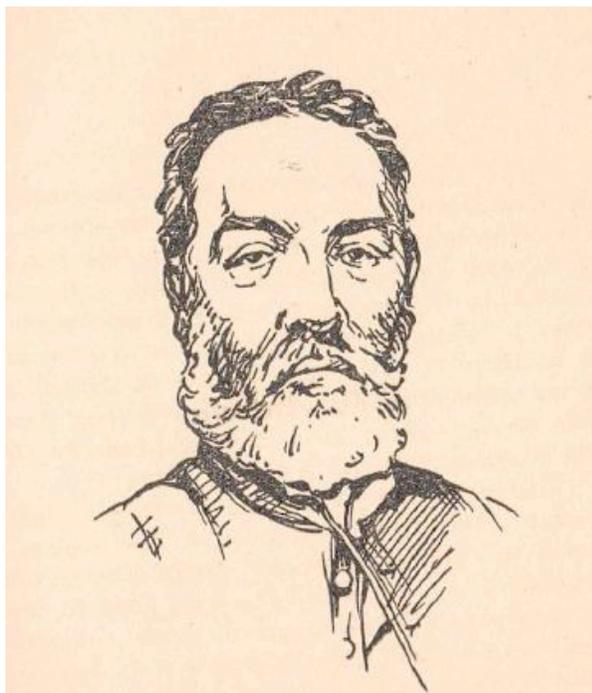


Figura 2 – Gravura de João Antônio da Silveira.

Fonte: Rosa (1935, p. 76).

Na maioria das cartas, há sinais de proximidade entre os dois, como podemos notar pelo seguinte tratamento: “Amigo João Antônio da Silveira”. Por parte de João Antônio da Silveira, encontramos “Amigo e comandante Netto”, como mostra o excerto a seguir:

Amigo João Antônio

Sendo impraticável minha marcha a esse destino, assim pelo seu movimento sobre Jerônimo Jacinto, como por retardar a operação indispensável sobre a margem direita do Jacuí, **me privei do prazer de abraçá-lo, o que me pesa.**

Conto certo não hesitará aproximar-se se o inimigo marchar sobre mim. **Rogo-lhe supra com o que precise José Antunes da Porciúncula**, e quando as circunstâncias o permitam o enviará para o ponto em que me achar. Muito folgo com a notícia que me dá de se irem armazenando as coisas por essa parte. O amigo Luis muito se lhe recomenda.

Continua a ser

Seu Companheiro e Amigo

Antônio Netto

Agosto, 26 de 1840¹³.

Aqui, notamos primeiramente o tom fraterno da carta, demonstrando a amizade e a consideração que o General Netto tem para com o seu amigo. Outro ponto que nos chama a atenção é a recomendação para que “supra com o que precise José Antunes da Porciúncula”. A família Porciúncula tinha laços de parentesco com Bento Gonçalves, o que provavelmente justifica a proteção a esse indivíduo. Bento Gonçalves também parecia ser muito próximo de Netto; não apenas pela proteção dada a esse parente, por intermédio de Porciúncula, mas também porque o então Coronel Netto foi quem proclamou a República, na ausência da principal liderança do movimento, o então Coronel Bento Gonçalves. Isso não parece ter causado desconforto em Bento Gonçalves. Além disso, Netto atuou junto ao seu amigo, inclusive como Comandante da Armas da República, enquanto Bento ocupava a Presidência da República.

Outro aspecto que abordaremos mais adiante é o fato de que a família dos Porciúncula era uma das presentes no Estado Oriental na década de 1850. Isto é, ao que parece, Netto, além de liderança militar, possuía apoio e estava cercado por companheiros da Farroupilha quando começou a fazer suas queixas ao Império. Essas questões provavelmente foram consideradas pela Corte, o que, de certo, foi um bom argumento para a negociação.

Dentre diversos registros, chamou-nos a atenção uma publicação de “O Correio Mercantil” de março de 1860, na qual o jornal informa sobre uma disputa judicial entre o herdeiro do Coronel Gomes de Melo (legalista¹⁴) e Faustino José de Lima, que foi designado como arrendatário da estância do Coronel Gomes de Melo durante o período de guerra. Essa atribuição era comumente feita pelo governo da República quando confiscava os bens daqueles que estavam do lado do Império. Desta disputa judicial, resultou que Faustino José de Lima foi condenado a pagar o aluguel do campo e a expectativa de cabeças de gado que as terras teriam

¹³ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRs. Volume 13. CV-6199 [Grifos nossos]

¹⁴ Legalista no período da Revolução Farroupilha, ou seja, lutou pelo Império contra os farroupilhas.

produzido. O periódico informa que a estância havia sido bem administrada e entregue ao herdeiro, no final da guerra, com “notável excesso de rezes”. Entretanto, pelo decreto de anistia, nenhum cidadão poderia ser responsabilizado pelos atos praticados durante o período da guerra. Devido a esses entendimentos, em 1850, foi encaminhada à Corte, a seguinte petição:

Aquelle cidadão é judicialmente executado por um verdadeiro acto practicado naquella crise; e tão fatal exemplo será, por certo, precursor de centenaes de outros que absorvão a fortuna de milhares de cidadãos que tomarão parte naquella revolução. Os supplicantes mesmo como os principaes chefes da extinta republica, e ora inteiramente devotados ao throno de Vossa Magestade Imperial, não considerão seguras as fortunas que preparão para seus filhos, se porventura aquelle exemplo não for reparado como abusivo e infringente do decreto de amnistia com que Vossa Magestade Imperial pacificou o Rio Grande: é com esse intuito que os supplicantes fazem esta reverente supplica, e pelo seu benigno acolhimento.

E.R.M.

Pelotas, 29 de janeiro de 1850.

Antonio de Souza Netto, general; João Antonio da Silveira, idem; Manoel Lucas de Oliveira, coronel; Daniel Gomes de Freitas, idem; Jeronymo José de Castilhos, idem; Antonio José de Oliveira, idem; [...] ¹⁵

As razões de essa petição ter sido publicada dez anos após seu encaminhamento à Corte seria a falta de resposta e de encaminhamentos por parte desta. Também poderia ser o caso de alguma outra medida judicial estar acontecendo, referente ao período da República. Outra possibilidade é a de que os responsáveis pelo periódico quisessem reforçar publicamente as condições que pacificaram a Província. Apesar de, até o momento, não saibamos efetivamente quais os resultados de tal petição, ela é interessante porque permite identificarmos uma série de lideranças dispostas a auxiliar na defesa do indivíduo processado. Embora o periódico asseverasse que a petição é assinada pelos principais líderes do movimento, notamos que apenas dois generais assinam o documento: Antônio de Souza Netto e João Antônio da Silveira. Outros militares também assinaram, mas não são os principais da República. Além disso, podemos mencionar a ausência de Bento Gonçalves, já falecido nesse período, mas principalmente a ausência de David Canabarro, por exemplo, basicamente o negociador do Tratado de Paz com o Império.

Essa petição sugere um grupo com interesses em comum, além de ser a defesa de um indivíduo (Faustino José de Lima). Assim, podemos pensar que, de uma forma ou de outra, aqueles que assinaram o documento têm relações que os ligam e fazem com que atuem em

¹⁵ Correio Mercantil, 24/03/1860. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em 15 de maio de 2013. [Transcrição nossa, recorte nosso].

conjunto, ao menos na defesa de um conhecido. Nesse momento, não temos o interesse de identificar a amplitude de atuação desse grupo – isso possivelmente ficará para um estudo posterior. Entretanto, alguns desses indivíduos nos ajudam a entender a inserção de Netto na política do Império. Mais adiante abordaremos como, ao que parece, essa relação próxima entre Netto e João Antônio da Silveira sugere que o Ministro da Guerra nomeou este último comandante de uma divisão que estava sob o comando de Canabarro em 1865¹⁶.

No próximo capítulo, iremos estender a análise para o período posterior a 1845. Com isso, poderemos retomar a trajetória de alguns desses indivíduos que seguiram próximos ao General Netto e que auxiliaram sua inserção no Império ou a comprovar a relevância política o General no contexto estudado.

¹⁶ Trataremos nas próximas páginas desse assunto. Por meio de métodos similares de cruzamento de documentações, conseguimos identificar uma sólida relação entre Antônio de Souza Netto e o conselheiro do Império Silva Ferraz.

2 ANTÔNIO DE SOUZA NETTO APÓS A REVOLUÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE UM POLÍTICO MILITAR NA FRONTEIRA MERIDIONAL DO IMPÉRIO

Para que seja possível estudar a trajetória e a atuação política de Antônio de Souza Netto após a Revolução Farroupilha, é necessário buscarmos, na historiografia, trabalhos que tenham tido alguma preocupação quanto ao que ocorreu com os farroupilhas após a Guerra. Também é necessário um estudo do período em que nosso objeto de estudo está inserido ou, em outras palavras, é preciso historiar os anos que Netto viveu, mais especificamente no período pós-1845, para que possamos, posteriormente, focalizar nossa análise em meados da década de 1860.

No entanto, pudemos identificar silêncios na historiografia quando buscamos respostas sobre a trajetória de vida do personagem. A maior parte dos apontamentos biográficos sobre Antônio de Souza Netto tratam do período da Farroupilha (1835-1845), estendendo-se brevemente sobre a possibilidade de atuação nos demais conflitos militares do Império, sobre seu “autoexílio”¹⁷ no Uruguai, ou sobre sua morte na Guerra do Paraguai (1866). Esses dados geralmente estão contidos em obras que se propõem a trabalhar a Revolução Farroupilha, e os dados biográficos sobre Antônio de Souza Netto aparecem apenas como complementos para os objetos trabalhados pelos autores. Mesmo assim, essas produções são muito relevantes, porque traçam um panorama geral e de cunho cronológico, que auxilia no levantamento de dados para complementar nossa pesquisa. Entre essas obras, temos Laytano (1983)¹⁸, Rosa (1935) e Varela (1933).

Também temos o trabalho de Moreira Bento (1992), que é a produção com maior quantidade de dados sobre o personagem. Ainda que indique a participação de Netto nas guerras externas do período, o autor não problematiza essa atuação do personagem nem apresenta sua trajetória política. Seu estudo busca demonstrar o perfil militar das lideranças do Movimento Farroupilha e as estratégias de guerra e guerrilha utilizadas no conflito que ocorreu entre 1835 e 1845. Nesse sentido, tenta construir o perfil militar de Netto a partir de sua atuação na Revolução Farroupilha, utilizando-se de breves citações sobre períodos posteriores, com o intuito de confirmar suas teses. Essa produção, assim como as demais citadas anteriormente, é relevante,

¹⁷ A interpretação de Netto exila-se na Uruguai é de Guazzelli (1997).

¹⁸ Sempre que citamos este livro gostamos de salientar que trata-se de uma publicação de 1934, reeditada em 1983. Faz-se necessária essa observação para que se possa compreender o contexto de produção da obra de Dante de Laytano, pertencente a geração como as de Othelo Rosa e Alfredo Varela.

como já expusemos, para o levantamento de dados biográficos a respeito da personagem, que permitem ao pesquisador a busca de maiores indícios sobre a trajetória de vida de Netto, instigando-o, com a finalidade de analisar e problematizar essa trajetória, principalmente após 1845.

Principalmente durante o período das regências, o Império teve de lidar com diversas revoltas que ameaçaram sua integridade territorial, dentre elas a Farroupilha, que foi a mais extensa, durando quase 10 anos. Segundo Souza (2003), a ação liberal que teve início com a abdicação de D. Pedro I, havia desmobilizado o Exército, panorama que só se modificaria a partir de 1837, com a regência conservadora de Araújo Lima. Para esse gabinete, as revoltas regionais eram consequência da má administração dos negócios públicos e do descontrole das forças militares.

Ainda segundo Souza (2003), uma das estratégias do governo central para consolidar o poder e vencer as revoltas foi integrar parte das elites regionais à estrutura do Exército. Dessa maneira, o governo distribuiu patentes em sinal de confiança para as elites que se demonstravam subordinadas, pois não era a intenção do governo conservador exterminar famílias, mas sim fazê-las identificarem-se com os princípios da monarquia e usarem de suas influências a favor do Império.

Após 1850, o Império do Brasil experimentou um período de relativa tranquilidade política, ao menos no que diz respeito às revoltas regionais que ameaçavam sua unidade. Foi nesse ano que a última revolta regional, a Praieira, foi vencida, acabando por consolidar o poder central e garantir, de forma mais ou menos forte, a unidade do Império, que não experimentaria, apesar de uma ou outra ameaça¹⁹, nenhuma outra revolta regional e/ou separatista sob o governo de D. Pedro II. Essa relativa tranquilidade política só foi possível devido a estratégias que procuraram integrar as elites locais ao poder, tecendo redes que garantiriam a sustentação do Império.

No caso da elite sulina, segundo Vargas (2010), os farroupilhas e seus descendentes acabaram percebendo que a continuidade de ações que usavam o conflito armado contra o Império como estratégia talvez não fosse o melhor caminho para a defesa de seus interesses

¹⁹Referimo-nos aqui não somente ao personagem estudado neste trabalho, que chegou a expor um projeto separatista, como comentaremos adiante, mas também a Pedro Chaves, escolhido senador do Império após ameaçar realizar um movimento armado caso seu nome fosse preterido para o cargo. Sobre esse caso, ver notas de Vargas (2010). Ainda que houvessem ameaças, nenhum dos dois casos de fato se efetivou.

políticos e econômicos. “Nesse sentido, ao invés da insurreição, a participação direta no próprio governo central tornava-se uma alternativa mais vantajosa para uma ampla parcela das elites riograndenses” (VARGAS, 2010, p.19).

Todavia, Antônio de Souza Netto não ocupou cargos políticos na administração do Império, não apoiou candidatos (até onde nossas pesquisas alcançam afirmar) e não ocupou cargos militares com funções definidas no Império. Atuou em duas guerras ao lado do Império, após 1845, sempre comandando uma “Brigada de Voluntários” que ele mesmo arregimentava entre seus correligionários. Foi ao Rio de Janeiro representar o interesse de estancieiros radicados em territórios uruguaios na década de 1860 e parecia conseguir mediar interesses de diversos indivíduos.

Quando afirmamos que não ocupou cargos militares com funções definidas, referimo-nos aos cargos que garantiam maior poder de intervenção na sociedade, como Comandante da Fronteira ou de algum destacamento permanente, Comandante das Armas da Província ou qualquer outro cargo militar. Faz-se necessário explicitarmos a diferença, em nossa perspectiva, entre “cargo” e “patente”. O “cargo” geralmente corresponde a uma função, assim como a patente. Contudo, podemos dizer que todo indivíduo que possuía um cargo militar tinha também uma patente no Exército ou na Guarda Nacional, mas nem todo indivíduo que tinha uma patente da Guarda Nacional ou do Exército exercia um cargo. Existiam vários indivíduos que possuíam patentes militares durante o Império, o que lhes concedia um poder social muito grande. Entretanto, sua atuação em cargos militares está restrita aos períodos de guerra.

Não queremos aqui dizer que um Coronel da Guarda Nacional não tinha benefícios devido a seu posto em períodos de paz; o que queremos dizer é que a função oficialmente estabelecida e reconhecida pelo Império se evidenciava na guerra, quando o indivíduo tinha de assumir seu posto e partir para o campo de batalha. Ainda assim, numa sociedade predominantemente rural e militarizada, como era a região fronteira platina, uma patente significava algo para a sociedade que convivia com o conflito.

Em nossas pesquisas, portanto, buscamos identificar quem era Netto, como atuou e como sua atuação foi interpretada e reproduzida em sua época. Na sequência, realizamos uma análise sobre como é trabalhada a figura Antônio de Souza Netto em algumas bibliografias e sobre como ele é apresentado nas fontes pesquisadas.

2.1 Antônio de Souza Netto nas fontes bibliográficas

No capítulo anterior, realizamos apontamentos sobre Netto nas fontes bibliográficas, referentes ao período da Farroupilha. Agora, queremos retomar essas bibliografias para analisar sua trajetória posterior a esse movimento. Para isso, retomaremos algumas informações afim de problematizar questões relevantes para a sequência deste trabalho. Iniciaremos com a questão do “autoexílio” do general.

Como já expusemos, nosso personagem foi o proclamador da República Riograndense e atuou na Revolução Farroupilha desde seu primeiro momento até seu último instante. Comandou o Exército Farrapo e foi o responsável pelo cerco à cidade de Porto Alegre (1836 a 1838)²⁰, sem poder tomá-la definitivamente para os farroupilhas. Com o fim da guerra civil, Netto foi morar no Uruguai, atitude que Guazzelli (1997) denominou como um “autoexílio” do general.

É importante observar que a República Oriental do Uruguai, enquanto “Banda Oriental” (em referência à posição geográfica que o território ocupa em relação ao Rio da Prata), bem como grande parte do território da Província do Rio Grande de São Pedro, era disputada pelas Coroas Ibéricas e posteriormente pelos novos Estados que se formaram na região. Buenos Aires aspirava incorporar aos seus domínios esses e outros territórios, para consolidar as “Províncias Unidas do Rio da Prata”, conforme a configuração do antigo “Vice-Reino do Rio da Prata” espanhol. Portugal (e posteriormente o Império Brasileiro) considerava o território estratégico para a garantia do seu domínio também na Região Platina, além de considerar a importante ligação desta região, através do Rio da Prata, com territórios do interior do Brasil.

Assim, entre 1825 e 1827, Império do Brasil e Províncias Unidas do Rio da Prata enfrentaram-se, buscando incorporar definitivamente o território, enquanto parte da elite local buscava a independência. O final do conflito resultou na criação da República Oriental do Uruguai, em 1828. No entanto, a criação do novo Estado não impediu que brasileiros tivessem negócios, relações e terras na Banda Oriental. Grande parte da terra e do gado estava em posse de brasileiros, situação que se manteve ao longo do século XIX, principalmente (mas não exclusivamente) nas regiões de fronteira com a Província do Rio Grande do Sul, conforme têm

²⁰ Porto Alegre era a capital da província para o Império e, com o início da rebelião, em 20 de setembro de 1835, foi tomada pelos farroupilhas. Ficou sob comando farroupilha até 15 de junho de 1836, quando os imperiais reconquistaram a cidade. Houve três cercos farroupilhas importantes que não obtiveram sucesso. Porto Alegre foi designada pelo Imperador como “Mui Leal e Valorosa”.

demonstrado os estudos de Menegat (2013) sobre os estancieros brasileiros radicados no Uruguai.

Em 1851, a situação política no Estado Uruguaio era preocupante. Envolvido em disputas internas desde 1838 (Guerra Grande 1838 – 1852), o país possuía dois governos: o Gobierno de la Defensa, comandado pelos *colorados* e localizado em Montevideu sitiada, e o Gobierno del Cerrito, em frente à Montevideu e sob o comando de Oribe. Para conseguir terminar com a Guerra Grande, o governo de Montevideu solicitou ajuda ao Império Brasileiro para vencer Oribe, que tinha o apoio de Rosas (caudilho bonaerense). Os *blancos* tinham, em sua política, uma visão nacionalista de combate às elites estrangeiras que dominava o país, nas quais se incluíam os estancieros brasileiros. Com a intervenção, o Império definiu praticamente uma tutoria sobre o Estado Uruguaio, ao mesmo tempo em que defendeu os interesses dos estancieros brasileiros radicados nesse território²¹.

De acordo com Nahum (2003), o Império, em troca do auxílio, pressionou o governo de Montevideu a assinar cinco tratados, que estabeleciam: direitos de intervenção do Império no Estado Uruguaio; auxílio financeiro à Montevideu; benefícios aduaneiros, principalmente para o gado e o charque que cruzava a fronteira com o Brasil; além da definição da fronteira entre Brasil e Uruguai nos moldes que conhecemos hoje, passando para o território brasileiro Laguna Mirim e o Rio Jaguarão e fazendo com que o Uruguai perdesse definitivamente imensos territórios até então em disputa.

Para Golin (2004), o principal tratado foi o que estabelecia os limites territoriais, os demais faziam parte da arquitetura geopolítica que possibilitou o acordo territorial. Os tratados de Aliança, Extradicação, Prestação de Socorro Financeiro e Comércio-Navegação estabeleciam direitos que claramente beneficiaram o Império e os súditos brasileiros; em especial, o Tratado de Extradicação, que garantia que o Estado Oriental devolveria quaisquer escravos que tentassem fugir, e o de Comércio-Navegação, que retirava qualquer taxa sobre o gado a pé que cruzasse a fronteira em direção ao Brasil, pelo período de dez anos.

Outro autor que se refere a esses tratados é Guazzelli (2009), o qual aponta que eles foram favoráveis aos riograndenses. Em troca da garantia dos *colorados* no poder, esses asseguravam cláusulas favoráveis aos súditos do Império na Província do Rio Grande, mas sempre que os *blancos* conseguiram assumir o poder, após o final da Guerra Grande, esses tratados eram

²¹ Para essa breve exposição sobre o contexto uruguaio, utilizamo-nos de Nahum (2003).

contestados e faziam-se propostas de modificações, o que gerava descontentamento por parte dos riograndenses.

O fato é que, além de garantir a segurança do território, o Império também beneficiou milhares de brasileiros residentes no Uruguai como, no caso que estudamos, Antônio de Souza Netto. Segundo Moreira Bento (1992, p. 100, grifos nossos):

Homem feito foi estabelecer-se em Bagé, fundada em 1811-12 por D. Diogo de Souza, **depois no atual Uruguai quando este foi incorporado ao Brasil com o nome de Província Cisplatina de 1821-1828**. Nesta época, em Bagé estabeleceu-se com estância. Dedicou-se à compra e venda de gado e a seu *hobby*, a criação de cavalos para corridas (ou parilheiros para cancha reta). Como comerciante, criador de gado e desportista (carreirista), **percorreu o Rio Grande e o Uruguai atuais, onde estabeleceu largo círculo de amizades e despertou admiração**.

Tendo em vista esses indícios e os tratados entre o Estado Oriental e o Império Brasileiro, não é possível afirmar que Netto se “autoexila” em território Oriental (GUAZZELLI, 1997, p. 396). Com o fim da Revolução Farroupilha, Netto se estabelece na sua estância no Uruguai por possuir terras nessa região.

Por vezes, as descrições da trajetória de Netto apresentam ainda o fato de que o General lutou na Guerra do Paraguai a favor do Império do Brasil, foi nomeado Brigadeiro Honorário do Império e abriu mão de seus vencimentos na Guerra do Paraguai. A grande questão é que, entre os anos de 1845 e 1866, ou seja, entre o ano em que finda a Revolução Farroupilha até o ano em que Netto morre em Corrientes, existe pouco ou quase nenhum estudo sobre seu papel político.

Sabemos que Antônio de Souza Netto identificou-se, durante a Farroupilha, com o “grupo da maioria”²². Esse grupo teve preponderância nas decisões sobre a guerra até meados de 1842, quando o grupo da minoria ascendeu politicamente e passou a contestar os atos e a liderança do movimento diretamente na figura dos líderes da maioria, entre eles, Antônio de Souza Netto e

²² Os farroupilhas dividiram-se em dois grupos: O “grupo da maioria”, composto por Bento Gonçalves da Silva, Antônio de Souza Netto, e o “grupo da minoria”, composto por Antônio Vicente da Fontoura, David Canabarro, entre outros. Quanto às diferenças entre os dois grupos, Padoin (2001, p. 131-132) aponta a relação do projeto que propunham para a região: “Bento Gonçalves da Silva e seu grupo [...] propunha um projeto de um ‘novo Estado’, ou seja, um Estado soberano, independente e republicano – a República Rio-grandense, admitindo federarem-se ao Brasil, desde que a condição de República Federal fosse mantida. [...] Já o grupo da minoria, representado por Antônio Vicente da Fontoura e David Canabarro, pregava a federação mas que o Rio Grande do Sul continuasse na condição de província [...], pois para a minoria, mesmo com a instalação da República Rio-grandense, o Rio Grande do Sul era definido como sendo província e não Estado, no qual os laços da Monarquia Imperial deveriam garantir unidade, uma maior autonomia administrativa e uma participação direta desse grupo no poder provincial. Assim pretendiam uma reforma na organização administrativa do Estado Imperial, bem como participar diretamente do poder político representativo provincial”.

Bento Gonçalves, que foram contestados enquanto lideranças políticas. Nesse momento, houve uma mudança significativa na condução política da república: Bento Gonçalves afastou-se da Presidência da República e pouco tempo depois Canabarro assumiu como Comandante das Armas. Isso ocorreu devido aos constantes fracassos militares que a República sofreu e às dificuldades de manutenção da guerra, bem como aos desentendimentos durante a Assembleia Constituinte de dezembro de 1842²³.

A historiografia deixou de se preocupar com Antônio de Souza Netto após o fim da República Riograndense e, quando encontramos citações relacionadas a ele, elas são, por vezes, contraditórias. Por exemplo, em relação a ter ou não participado da guerra contra Oribe e Rosas: Dante de Laytano (1983) afirma que Netto participou da guerra contra Oribe e Rosas (1851-1852) e que nessa oportunidade fora elevado a Brigadeiro Honorário do Imperial Exército Brasileiro; Moreira Bento (1992, p. 105) diz, no entanto, que Netto jamais participara da guerra contra Oribe e Rosas:

Na guerra contra Oribe e Rosas 1851 – 1852, não participou, pois, segundo Wiedersphan, “vivia no Uruguai, suspeito e espiado pelo Império”, para onde recolheu-se embora signatário da Paz de Ponche Verde.

No entanto, nas guerras contra Aguirre do Uruguai (1865), e contra Solano Lopez do Paraguai (1865-1870), teve oportunidade de prestar relevantes serviços à Integridade e à Soberania do Brasil [...].

Trabalhos mais atuais mencionam Netto, às vezes, para exemplificar outros contextos mais amplos, como é o caso, por exemplo, do artigo publicado por Guazzelli (2009), no qual o autor sustenta que o Império acabou envolvido em diversos constrangimentos no Prata entre 1850 e 1864, causados por Antônio de Souza Netto, pelo Barão do Jacuí e outros, que culminaram com a intervenção no Império nessa região e o conflito contra o Paraguai. Embora reconheça o interesse de outros estancieiros na região, Guazzelli (2009) afirma que o problema principal para o Império era Netto, tanto por sua força político-social, quanto pelo perigo que este indivíduo representava para uma nova separação da Província em caso de não atendimento das reivindicações dos estancieiros brasileiros residentes no Estado Oriental. Vejamos:

²³ Para Moreira Bento (1992), a mudança dos postos de comandos da Revolução deu-se em função da dificuldade de manutenção da guerra. Já Padoin (2001) nos explica a complexidade das disputas político-ideológicas que culminaram com os desentendimentos durante a Assembleia Constituinte de 1842. Pereira (2013) tem estudado a questão do poder local no período da Revolução Farroupilha, analisando também a proposta de Carta Constitucional de 1842 e as disputas internas do movimento.

Netto já enfrentara problemas com os *blancos* de Oribe durante a Guerra Grande, e agora se indispunha contra o presidente *blanco* Berro, por interferência do Estado nos assuntos privados dos estancieiros rio-grandenses como o trânsito de gado pela fronteira e a questão dos escravos. Assim, quando iniciou a rebelião de Venancio Flores, em abril de 1863, Netto o apoiou, criando uma situação muito séria para o Império, que terminaria se envolvendo no conflito da Banda Oriental (GUAZZELLI, 2009, p. 77).

Bastante focado na explicação das “regiões-províncias” na Guerra da Tríplice Aliança e no modo como essas dificultaram a consolidação dos Estados Nacionais envolvidos no conflito, Guazzelli (2009) reitera o que já havia explicitado, com mais brevidade, nas conclusões da sua tese de 1997, na qual defende que o Império necessitava dos estancieiros que se revoltaram contra o governo central para garantir a ordem nos limites da fronteira e que esses estancieiros foram anistiados aceitando participar dessas funções “desde que os interesses do Rio Grande fossem atendidos nos anseios privados dos seus caudilhos” (GUAZZELLI, 1997, p. 397).

É interessante frisar que havia outros atores nesse processo de violência contra os *blancos*, como o Barão do Jacuí. Se Netto comandava ataques em guerrilha contra as tropas dos *blancos* de dentro do território uruguaio, outros líderes, como Francisco Pedro de Abreu (o Chico Pedro, Moringue ou Barão do Jacuí), comandavam ataques e saques desde a fronteira²⁴. Nesse sentido, o Império tinha outras opções para negociar e com as quais deveria se preocupar além de Netto. Frisamos isso para que a análise não se torne mecânica nem se engesse numa determinada relevância *a priori* de Netto: ele era um entre diversos atores envolvidos e, de alguma maneira, conseguiu ter preponderância política num jogo relacional que tentaremos compreender ao longo desse trabalho.

Quanto ao Barão do Jacuí, sabemos que, além de ter agido violentamente contra os *blancos* dentro do território uruguaio, também atuou politicamente, no contexto do Império, no âmbito das facções políticas. Segundo Vargas (2010), Francisco Pedro tinha relações parentais com políticos importantes e era adversário político de Osório²⁵. Ainda conforme o autor, Osório estabeleceu, nesse período, acordos políticos importantes com David Canabarro, ex-farroupilha que acabou tornando-se Comandante da Fronteira com o fim da Farroupilha. Como veremos

²⁴ José Iran Ribeiro (2012) estuda o personagem Barão de Jacuí, comandante militar que lutou em favor do Império na Farroupilha e que recebeu o título nobiliário no final da guerra. O texto que citamos foi retirado dos Anais da III Reunião do Comitê Acadêmico História, Região e Fronteira da Associação de Universidades do Grupo Montevideu, realizado em 2012, na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), RS, Brasil.

²⁵ Manuel Luís Osório foi um importante militar da Província do Rio Grande do Sul e também foi um importante político liberal na década de 1850. Quando o movimento farroupilha teve início, em 1835, ele engajou-se na luta junto a Bento Manuel Ribeiro, passando, logo depois, para as linhas imperiais, em que lutaria até o final da Guerra.

adiante, Netto e Canabarro parecem ter mantido alguma relação, embora essa não possa ser considerada amistosa. Entretanto, Osório parecia ter relações muito próximas com Netto, como poderemos demonstrar também na próximaseção deste capítulo.

Reckziegel (2011) também reconhece a relevância de Antônio de Souza Netto para a política do Império, ainda que não de forma tão incisiva quanto Guazzelli (2009) faz em sua análise. Para a autora, Netto é um representante com poder de barganha e negociação, mas parte desse poder de negociação não está no simples fato de ter sido farroupilha e sim no fato de representar o interesse de diversos estancieiros radicados no exterior. Assim, é possível identificar, embora Reckziegel (2011) não aborde explicitamente isso, que Netto possuía alguma relação bastante ampla que lhe permitia representar uma gama grande de proprietários do espaço fronteiriço platino.

Reckziegel (2011) afirma que Netto vai até o Rio de Janeiro interceder pelos estancieiros brasileiros radicados no Uruguai. Cabe observarmos que o Barão do Jacuí, braço direito, na Farroupilha, do então Barão de Caxias, também estava envolvido nos conflitos, e, mesmo assim, o negociador junto à Corte Imperial foi o republicano Netto, o qual, em 1836, havia separado a Província do Império, e não o ajudante do pacificador da Província. Ribeiro (2012) responde, em parte, essa questão ao afirmar que o Barão do Jacuí havia perdido prestígio na Corte Imperial em função de seus sucessivos ataques aos *blancos*. No entanto, Netto também agia em guerrilhas contra os *blancos* e também trazia problemas para o Império, além de já ter em seu “histórico” a proclamação da República Riograndense.

No que diz respeito à ida de Netto até a Corte para interceder pelos interesses dos riograndenses em território Uruguaio, Guazzelli (2009, p. 81) é mais enfático do que Reckziegel e aponta que o Imperador foi obrigado a interceder pelos riograndenses:

Novamente o general Antônio de Souza Netto era o principal protagonista, fazendo-se porta-voz dos brasileiros residentes na Banda Oriental. Os problemas privados sobrepunham-se aos nacionais, e a audiência de Netto na Corte em março de 1864 criara um impasse para o Império, que preferia atender aos seus reclamos do que arcar com outra guerra civil [...].

O autor (2009, p. 81) ainda completa: “As dificuldades para a organização nacional mais uma vez fizeram a Corte intervir no Uruguai, favorecendo os rio-grandenses, e este foi o estopim para a ruptura do Paraguai com o Império”.

Conforme nossas pesquisas, parece que, muito além de um problema de organização nacional, o Império decidiu interceder em favor do riograndenses por considerar suas reivindicações. Vale lembrar que, nesse período, um dos conselheiros do Imperador era Silva Ferraz²⁶ e que, no ano seguinte, esse mesmo político assumiu o Ministério da Guerra. Como apontaremos na próxima seção deste capítulo, Silva Ferraz e Netto parecem ter sido bastante próximos.

Com base nessas considerações, podemos acenar para duas hipóteses sobre o porquê de o Império ter optado por negociar com Antônio de Souza Netto e não com o Barão do Jacuí. A primeira delas é a de que o Império teria feito a escolha por determinação política, com a intencionalidade de dar voz, ouvir e estabelecer um estreito vínculo com determinada facção política da época, da qual o então Brigadeiro Netto era representante. Em favor dessa hipótese, está o fato de a facção política liderada por Osório (com apoio de Canabarro) ter tido preponderância na Província do Rio Grande do Sul, pelo menos até 1868 (VARGAS, 2010).

A segunda hipótese é a de que Netto foi ouvido como um intermediário justamente pelo motivo contrário. Isto é, ele não estava amplamente envolvido nas principais facções políticas da época, ainda que tivesse amigos envolvidos ou, melhor, não estava envolvido em apenas uma facção. Aliás, por não estar pessoalmente envolvido em disputas políticas ou, ao menos, assim não transparecer, é que Netto conseguia firmar relações sólidas com pessoas como o Presidente da Província do Rio Grande do Sul no ano de 1858, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, um político conservador; ao mesmo tempo em que tinha a total confiança de Osório, um liberal muito importante na Província. O que cabe dizer é que não encontramos uma atuação expressiva de Netto em favor de candidaturas políticas, como ocorre com Osório, Canabarro ou o próprio Barão do Jacuí, segundo os estudos de Vargas (2010). Esse aparente distanciamento de questões político-eleitorais pode ter ajudado Netto a se tornar um mediador político entre os estancieiros radicados no Uruguai, o governo central e determinados setores dos liberais e até mesmo dos conservadores.

Doratioto (2002), em seu estudo sobre a Guerra do Paraguai (1865-1869), também aponta a presença de Netto como um representante dos estancieiros brasileiros radicados em território uruguaio.

²⁶ Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana, a respeito de quem falaremos mais adiante.

Vindo do Rio Grande do Sul, o general Souza Netto trazia uma representação formal dos pecuaristas dessa província e de outros instalados no Uruguai, ao governo brasileiro, denunciando as desordens da fronteira e buscando apoio armado oficial; seria a guerra. O Gabinete de Zacarias temia perder o controle da situação, tendo em vista a possibilidade de os estancieiros gaúchos tomarem a iniciativa de, aliados aos *colorados*, fazer guerra a Montevideú por se sentirem desamparados pelo Rio de Janeiro na defesa dos seus interesses (DORATIOTO, 2002, p. 51).

Nesta sua obra, que tem por objetivo explicar o amplo processo da guerra, é dada ênfase a personagens como Duque de Caxias, Osório, Solano Lopez, entre outros. Por este motivo é que a ênfase na atuação de Netto é representativa sobre sua relevância política, ainda que não exista, nessa obra, maiores discussões a respeito da atuação do personagem. Ao contrário de outros autores, Doratioto (2002) não tem preocupação em nomear e apontar muitos dos indivíduos que participaram da guerra, ainda que faça isso com alguns notáveis.

Outra importante produção relativa ao período e à temática que nos propomos estudar são os estudos de Menegat (2013) sobre os estancieiros brasileiros radicados em território uruguaio. A autora analisa um cadastro dos súditos brasileiros radicados na fronteira com o Estado Oriental. De acordo com Menegat (2013), quase metade das maiores propriedades estavam localizadas em Taquarembó, uma região dentro do território uruguaio, e, segundo sua análise, seriam terras de ocupação mais tardia.

Pelo mesmo cadastro, tivemos acesso à localização das terras de Netto. Ele aparece nessas listas em três ocasiões, das quais duas podem ser um registro repetido, algo que poderia ocorrer, segundo Menegat (2013, p. 11):

Confrontar os dados dentro da própria lista oferece alguns indícios interessantes. O primeiro deles, a repetição dos nomes de alguns proprietários, demonstrando que possuíam mais de uma estância, numa provável estratégia para melhorar as condições de trânsito de gado. Dos 1198 nomes listados, 103 se repetem pelo menos uma vez. A possibilidade de que um número significativo desses nomes, que não encontramos em outras fontes para confronto, sejam de homônimos é grande, além de eventuais equívocos no momento de produção das listas, ainda assim, considero seguro trabalhar com a percepção de que um percentual em torno de 9% dos proprietários possuíam mais de uma propriedade no Estado Oriental.

Não podemos ter certeza porque apenas um dos registros descreve detalhadamente a localização das terras. Os outros dois registros trazem uma região mais ampla, ocupada por diversos proprietários, sem especificar o local exato das terras. O General aparece na listagem dos proprietários que têm posses ao “sul do Arapehy-Grande e ao norte da Coxilha do Haedo”,

onde se registra que o General ocupa pessoalmente “Quatro léguas de campo de sua propriedade, que se dividem ao N. com a Coxilha do Arvorito; ao S. com a Coxilha do Haedo; a L. com a mesma; e a O. com o Quiguay-Grande”²⁷. Ainda segundo esse mesmo relatório, nas observações, está escrito, “ignoram-se os seus prejuízos”, bem como se ignora a quantidade de gado disponível na propriedade.

Os outros dois registros, menos detalhados, referem-se a 12 léguas de campo, numa região próxima à região a que nos referimos anteriormente, que se localizariam:

Departamento de Pai-Sandú, Pontas do Arroio-Mállo até Rio Negro e Uruguay, Pontas do Queguay até desaguar no Uruguay, margem esquerda do Rio Negro desde a barra do Arrio-Mallo até o Uruguay, Pontas do Queguay e margem direita deste rio até o Uruguay²⁸.

Nesse registro, não está especificado o local exato das terras; entretanto, trata-se da mesma região, próxima ao Rio Queguay (local referido em algumas cartas de Netto), no Departamento de Paysandú. O terceiro registro nessa lista é referente a três léguas de campo “no Estado Oriental na parte correspondente a esta fronteira do Jaguarão”. Nesse registro, consta apenas a informação de que a terra está “em poder do dono” e que está localizada na “Costa do Jaguarão Grande”. Partindo desses indícios, pudemos supor que a terra do General Netto estava situada mais ou menos nas regiões demonstrada na figura 3. Podemos identificar esses dados com o auxílio do mapa físico do Uruguai atual, que está reproduzido na figura 4.

²⁷ Todas as referências desta parágrafo são ao “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislatura” de 1851. Agradecemos ao Professor Doutor Luís Augusto Farinatti por ceder-nos cópia desse Relatório.

²⁸ “Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislatura” de 1851.



Figura 3 - Regiões onde poderiam estar as terras do General Netto.

Fonte: Imagem editada pelo autor, com auxílio de imagens de satélite atuais obtidas via Google Earth.



Figura 4 - Recorte de Mapa Físico do Uruguai atual.

Fizemos este recorte para demonstrar a localização da Coxilha do Haedo em relação ao Rio Queguay Grande.

Fonte: Wikimedia Commons (2015a).

É preciso termos em mente que estamos propondo localizar a região aproximada onde as terras do General Netto se localizavam. Como os dados sobre a fronteira do Jaguarão são mais escassos, a região pode ser maior. No caso de Paysandú, os dados são um pouco mais exatos e permitem uma aproximação maior com o local exato onde estavam as terras do general. Por possuir terras em duas regiões distintas, podemos supor que Netto mantinha relações em ambas as regiões. Sabemos ainda da existência de uma propriedade de Netto no Departamento de Tacuarembó, no Estado Oriental, mas não pudemos definir com exatidão sua localização. Temos a certeza da existência de tal propriedade devido à documentação que analisaremos a seguir.

Para compreender como Netto pôde ser recebido na Corte, em 1864, é importante analisarmos o Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, datado de 1862, que trata da notícia de que Netto estaria disposto a declarar a independência, auxiliado por antigos

amigos de determinado território, e que teria mais homens e armas do que teve em 1836, quando sustentou a guerra por quase dez anos.

[...] Admirado eu de tudo o que acabava de ouvir, perguntei ao Snr. Netto com que elementos, forças, armas [?] contavão para lançarem se em uma empresa tão arriscada. Respondeu-me que se quizesse poderia dispor de 10 mil homens, mas que apenas lhe bastavão 4 mil para se fazerem senhores de toda a margem direita do Rio Negro, da qual a maior parte do territorio já lhes pertencia; que esses 4 mil homens, tinha-os elle, no momento que desse um signal, á frente dos quaes se collocarião os Coroneis Ismael Soares da Silva, Felicissimo José Martins, Joaquim Pedro Soares, Majores Bento Martino, e Guedes, Capitães Vicente Cypriano de Simas, Cypriano Machado, e outros seus antigos companheiros, com quem diz estar de perfeita intelligência; e que finalmente dispunhão hoje de melhores meios para sustentar uma guerra de de que outrora dispozerão para entreter a guerra no Rio Grande por 10 annos[...]²⁹.

Esse relatório foi escrito por Melchior Carneiro de Mendonça Franco³⁰, ninguém menos do que o Cônsul Geral do Império em Montevidéu. Esse senhor foi a Taquarembó com o intuito de ouvir as queixas dos súditos brasileiros e de se inteirar sobre a situação na fronteira. Ele foi recebido na casa de Antônio de Souza Netto, que prontamente tratou de agir de modo estratégico, ameaçando separar a região do domínio do Império. Essa manifestação de Netto se enquadra no que entendemos como uma estratégia de inserção política e parece-nos ter sido vital para que ele fosse recebido pelo Império. Porém, acreditamos que isso só foi possível porque ele já possuía certo capital político, afinal não teria sido procurado por um integrante do governo imperial caso não tivesse relevância e poder local. Também se trata, em nosso entender, de uma estratégia, porque, para o próprio encarregado de colher tais informações com o General Netto, a forma com que este falou sobre a realização desse levante pareceu suspeita. No entanto, a confirmação das informações prestadas pelo General, por parte de um conhecido de Carneiro de Mendonça, teria deixado este confuso:

[...] Sabendo que se achava no Departamento o Coronel Joaquim Pedro Soares, com quem tenho relações, mandei chama-lo a toda pressa. Veio, e por elle me foi confirmado, antes de vêr a Netto, tudo que este me tinha revelado.

Confesso a V. E. que até agora ainda estou confundido com taes revelações, que com minuciosidade lh'as relato para que, regulando-se pela idéa que faz do caracter do General Netto, que ha mais tempo conhece, possa formar um juizo seguro sobre a possibilidade de ter existido esse plano de sublevação. A carta inclusa confiou-me elle

²⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Correspondências Gerais caixa 33. [Transcrição nossa].

³⁰ Não encontramos muitos dados sobre esse indivíduo. Até onde nossas pesquisas puderam concluir, ele era Cônsul Geral do Império em Montevidéu, pelo menos entre os anos de 1862 e 1863.

no proposito de convencer-me do que disse-me, e de feito da leitura dessa carta se depreheende que alguma cousa ha concertado entre elles[...]³¹.

É por meiodeste relatório, também, que identificamos certa relação entre Antônio de Souza Netto e o então Comandante da Fronteira e Brigadeiro do Imperial Exército Brasileiro, David Canabarro:

[...] De volta à Estancia do Snr. Netto, estreitadas mais as nossas relações, fez me elle novas revelações. Disse-me que se eu não apparecesse alli naquella occasião e para o fim a que hia, o levantamento teria tido lugar impreterivelmente no dia 20 do corrente nas novas carreiras concertadas para o referido dia nos Montes Brancos perto da fronteira comandada pelo Brigadeiro Canavarro, e agora, accrescentou o Snr. Netto, com muito mais certeza de ter bom exito, porque o movimento era decididamente apoiado pelo dito Brigadeiro [...]³².

Se os planos detalhados por Netto para o Senhor Carneiro de Mendonça tinham, de fato, chance de serem colocados em prática, talvez nunca saberemos; o que realmente sabemos é que dificilmente Netto falaria do apoio à sua causa por parte de Canabarro se não mantivesse relações com ele. Além do mais, numa realidade complexa como a da zona de fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, Netto e Canabarro deviam saber que essa ameaça poderia, ao mesmo tempo, gerar uma reação extrema por parte do governo central, colocando o próprio posto de Canabarro, de Comandante da Fronteira, em risco.

No entanto, além disso, também era um importante recado para a Corte do Rio de Janeiro, possivelmente informada de que foi ao destituir Bento Gonçalves do comando da fronteira, em 1835, que teve início uma revolta que durou quase dez anos no sul do Império. Desde a Farroupilha, muitas coisas haviam mudado, mas é importante compreendermos que não é apenas de disputas eleitorais e dentro de facções que se desenvolvia a política do Império. A terra e a guerra no contexto da fronteira ainda tinham acentuado valor.

2.2 Como atuava o General: trajetória de Antônio de Souza Netto pós-Revolução Farroupilha, a partir derelatórios de governo, jornais e cartas

Nesta seção, queremos especificar um pouco mais as diversas fontes utilizadas para o trabalho. Com o decorrer da pesquisa histórica, conseguimos acesso a algumas fontes relevantes e

³¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Correspondências Gerais caixa 33. [Transcrição nossa]

³² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Correspondências Gerais caixa 33. [Transcrição nossa]. Cabe apontar que o dia 20 mencionado nesse trecho refere-se ao dia 20 de setembro.

inéditas para nossa pesquisa. Isso nos levou a uma necessária e importante abertura no horizonte de possibilidades quanto à origem e ao tratamento das fontes, enriquecendo o potencial do trabalho e aumentando significativamente a quantidade de documentos disponíveis para o estudo.

As cartas que foram utilizadas no primeiro capítulo deste trabalho são, em grande parte, da Coleção Varela. Essas cartas representam a maior seleção de material produzido por Antônio de Souza Netto durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Nela, está presente uma quantidade significativa de cartas de cunho administrativo militar, que informam sobre movimentações de tropas, solicitações de recursos e o andamento da guerra. Há um número menor de cartas de caráter pessoal, enviadas a amigos, e que não tinham objetivo administrativo direto. Por meio do conteúdo dessas documentações, pudemos identificar as relações que Netto construiu dentro do Movimento Farroupilha, as quais acreditamos que, em sua maioria, mantiveram-se depois do fim da guerra, em 1845.

Encontramos também, em nossas pesquisas, alguns relatórios de governo em que Netto é citado. São relatórios destinados ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul e também às autoridades do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Além disso, encontramos arquivos uruguaios, cartas e relatórios de governo, que citam Netto. Essa documentação é particularmente interessante por apresentar, em geral, um ponto de vista diferente e, às vezes, até mesmo conflitante com o da documentação produzida pelas autoridades brasileira.

No presente capítulo, privilegiamos as fontes encontradas na Hemeroteca Digital Brasileira, vinculada à Biblioteca Nacional do Brasil. Esse arquivo digital tem possibilitado o acesso a diversas fontes documentais que antes dificilmente seriam acessíveis. Além de facilitar a consulta, essa ferramenta permite que pesquisadores possam ter acesso a documentações importantes dos períodos a que se propõem estudar. Entre as fontes disponíveis, o maior número é proveniente de periódicos, mas existem também relatórios de presidentes de províncias e outros tipos de publicações.

Com a análise dos periódicos, pretendemos demonstrar como, de fato, o personagem a que nos propomos estudar estava inserido nas questões político-militares do Império. Num segundo momento, pretendemos analisar parte desses periódicos em que o personagem é citado, para auxiliar no entendimento e na identificação de suas estratégias de inserção e seus posicionamentos políticos e na análise de sua trajetória. As pesquisas são baseadas nos periódicos “O Correio Mercantil” e “Diário do Rio de Janeiro”.

Após a análise dos periódicos, realizamos um cruzamento de dados com cartas e relatórios de governo e outras documentações pertinentes ao estudo. Decorrentes desse cruzamento, surgiram os argumentos que sustentamos nesse trabalho.

Em nossas pesquisas nos periódicos do Império entre os anos de 1850 e 1856, disponíveis no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira, encontramos 158³³ ocorrências³⁴ de Antônio de Souza Netto. Essas ocorrências distribuem-se entre diversas publicações como em “A Revista”, “O Correio Mercantil”, “Diário do Rio de Janeiro”, “O Cearense” e “Publicador Maranhense”. De todos estes, o que possui maior quantidade de ocorrências é “O Correio Mercantil”, no qual o nome do General Netto aparece 81 vezes, mais da metade das 158 ocorrências; em segundo lugar, está o “Diário do Rio de Janeiro”, com 47 ocorrências válidas³⁵. A maior parte das 158 ocorrências (107) compreende os três últimos anos da vida do General Netto (1863-1866). Há um número bastante reduzido de ocorrências na década de 1850 e, mesmo assim, entre essas, a maior concentração é próxima aos anos finais desse período. Para o presente trabalho, utilizaremos apenas “O Correio Mercantil” e o “Diário do Rio de Janeiro”, pois ambos são editados na Corte e apresentam uma orientação política diferente, sendo considerados concorrentes. Além disso, as publicações em que Netto aparece em outros periódicos que nos interessariam costumam ser reproduções das publicações desses dois periódicos da Corte.

De todas as ocorrências, apenas quatro são transcrições de cartas de Antônio de Souza Netto. Algumas ocorrências citam Netto como um ponto de referência relacional e até mesmo espacial (trabalhamos com exemplos desses casos na sequência do texto). Há um número de ocorrências também se referindo à morte do General e inclusive à preocupação com o destino de seus bens no Uruguai, como nos exemplos a seguir: “O meu camarada e amigo, general Netto, esteve doente quando deu-se a batalha de 24 de maio; e mesmo assim assistiu a ella; porém recahiu de forma tal, que acaba de sepultar-se em Corrientes a 2 do presente mez”³⁶.

³³ Esse número é em referência à quantidade de edições diferentes em que o personagem é referenciado.

³⁴ Utilizamos o termo “ocorrências” porque nos interessa toda e qualquer citação sobre o personagem. Sendo assim, uma ocorrência pode ser uma carta assinada por ele, uma carta cujo assunto era ele, uma nota do jornal sobre seu falecimento ou basicamente qualquer parte do periódico com alguma referência que acreditamos ser a Antônio de Souza Netto.

³⁵ Referimo-nos aqui a “ocorrências válidas” porque, após 1870, começa a ser mencionado outro General Netto nesse periódico, residente no Rio de Janeiro.

³⁶ Trecho de carta escrita por Osório para um de seus filhos em 5 de julho de 1866, publicada originalmente no “Correio Paulistano” e republicada no “O Correio Mercantil” um mês depois. O Correio Mercantil, 06/08/1866. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso: 15 maio 2013.

Este trecho, retirado de uma carta que Osório enviou ao seu filho, dando notícias sobre a guerra e falando sobre a morte de Netto, é significativo porque evidencia a proximidade do General Netto com o General Osório. Após essa carta, que foi publicada, Osório enviou outras, a outras pessoas, sempre elogiando o amigo que, segundo ele, acompanhava-o em todas as batalhas desde o início da guerra. Com base no conteúdo dessas cartas que foram publicadas em periódicos do Império, pudemos supor que esses dois personagens eram próximos.

Sobre a preocupação com os bens do general Netto, temos o seguinte excerto:

O general Netto legou sua imensa fortuna a uma filha natural de dois anos, porém muito se teme pela liquidação desses bens enraizados todos no Estado Oriental, e ramificados em sociedades de diversa espécie.

Se ultimamente a poderosa casa Mauá teve uma verdadeira luta com as autoridades locais para tomar conta da sua grande estancia de Mercedes, exonerando um administrador que não lhe convinha, mas que aquelas autoridades sustentavam, o que se não deve temer pela fortuna de uma menina de 2 anos?

Os jornais de Montevideo fallarão de grandes deixas feitas no testamento do general Netto, inclusive a quantia para comprar dois encouraçados, mas desconfio que são meras invenções. - De Corrientes nada dizem a tal respeito³⁷.

O trecho apresentado é particularmente interessante porque, em nossas pesquisas nos arquivos uruguaios, não conseguimos identificar, até o momento, nem o testamento, nem o eventual inventário do General Netto. Nos registros paroquiais também não conseguimos encontrar os registros de suas filhas, de seu casamento ou de qualquer óbito em sua família no Uruguai³⁸. Entretanto, Moreira Bento (1992) afirma que Netto teve duas filhas e, em publicação de um jornal de medicina uruguaio já neste século, em 2002, encontramos uma pequena biografia de um bisneto do nosso personagem, o que indica que seus descendentes seguiram vivendo no Uruguai. É importante pontuar que o nome da esposa, da filha e do genro do General Netto indicados nesta publicação são os mesmos indicados por Moreira Bento (1992).

Pero veamos los orígenes de Mendilaharsu: vasco-francés por lado paterno. El general Antonio de Souza Netto (bisabuelo de Carlos), casado con María Escayola, tuvo una hija: María Antonia (Abuela de Carlos) que se casó con Domingo Mendilaharsu (abogado). De esta unión nació Julio Raúl, quien se casó con María Blanco Acevedo. El único hijo de este matrimonio fue nuestro homenajeado³⁹.

³⁷ Seção de notícias gerais sobre o exterior, geralmente montada com base em periódicos de fora do Império. Correio Mercantil, 21/07/1866. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

³⁸ Procuramos nos registros das paróquias do Uruguai, noo Archivo de La Curia de Montevideo.

³⁹ Texto retirado de “Homenaje del Sindicato Médico del Uruguay al Profesor Emérito Dr. Carlos Mendilaharsu”. **Noticias:** Organó oficial del Sindicato Médico del Uruguay. Octubre de 2002.

O único registro de época sobre descendentes do General Netto que temos é um requerimento de um escravo que se diz filho do General:

Ilmo. e Exmo. Senhor Conde, General do Exercito, e Prezidente da Provincia.
 Diz Moisés de Souza Netto, praça da 5ª Companhia de Cavalaria da Guarda Nacional, Escravo, e tão bem filho de Antonio de Souza Netto; que andando elle supplicante com as forças do Comando do dito Pay, e senhor, contra a Legalidade; e sendo estas em junho de 1840, nos Campos do finado Cônego Salgado, atacadas e destroçadas, pelo hoje Barão de Jacuhy, Coronel e Commandante da 8ª Brigada do Exercito Francisco Pedro de Abreu. O Supplicante se passou armado para as forças Legais do dito 5º Corpo, em cujas forças e Brigada sucessivamente tem andado desde então, arostando todos os perigos da Guerra, em defeza da Ley e do Throno do Brazil, visto que pelo Governo do Brazil foi afiansado, que todo o Captivo que andasse nas fileiras rebeldes, se pasase Armado a servir na Legalidade, ficáva liberto, e tendo assim praticado o Supplicante, servindo constantemente em defeza da Ley, e do Throno, e como já seja finda a Guerra, quer o mesmo em virtude da dita Ordem do Governo, Documento pelo qual se mostre livre e não posa ser victma do ódio e más tenções de seu Pay e Senhor, que foi Antonio de Souza Netto, pelo que
 Pede a V. Exa. se digne munir o Supplicante com o competente Documento, para livremente poder tratar de sua Vida, tudo em cumprimento a precitada determinação do Governo do Império.
 Espera Receber Merce⁴⁰.

Até o momento, não encontramos nenhuma outra documentação sobre este escravo. O requerimento, com tal teor, foi atendido, e Moisés de Souza Netto recebeu a alforria do então Conde de Caxias. Temos conhecimento de que, nas representações culturais da figura de Antônio de Souza Netto, o General é referido como um republicano e abolicionista convicto. Todavia, é preciso problematizar essas questões, primeiro porque temos de considerar que o abolicionismo, na primeira metade do século XIX, não era um conceito consolidado que previa a igualdade entre brancos e negros. A liberdade era oferecida apenas aos escravos que eram soldados, que lutavam em favor dos vencedores. Nos Estados da América, onde a escravidão fora abolida no final século XIX, os negros levaram muitos anos para conquistarem direitos civis. Não abordaremos, neste trabalho, questões vinculadas à escravidão, uma vez que não é nosso objetivo⁴¹.

Ainda quanto aos periódicos do século XIX, chamou-nos a atenção também a presença de notícias relacionadas ao General em publicações cearenses e maranhenses, por exemplo, o que nos parece um fator significativo sobre sua rede de relações e influência dentro do Império, que, ao que tudo indica, conseguiu alcançar regiões distantes de onde Netto vivia. Para um estancieiro militar, aceito pelo Império por ser um chefe regional importante no auxílio do controle da

⁴⁰ Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Volume 20, Anexo A.

⁴¹ Sobre a questão dos negros e mulatos na Revolução Farroupilha, indicamos a leitura de Marques (2013).

fronteira, parece-nos que as relações de Netto podem ter alcançado uma significativa distância geográfica.

Um dos periódicos em que nos baseamos, “O Correio Mercantil”, surgiu no período de 1860 a 1863, como propriedade de “Muniz Barreto, Filhos e Octaviano” e, a partir de 1863, de “Muniz Barreto, Mendes Campos e Comp”. Era editado na cidade do Rio de Janeiro e tinha edições para todos os dias da semana. Na Hemeroteca Digital Brasileira, estão disponíveis todas as edições desse periódico, menos as publicadas em francês. Ele existiu entre os anos de 1848 até 1868. Segundo Molina (2011)⁴², era um periódico de caráter liberal, a favor da abolição da escravidão e rivalizava com o “Diário do Rio de Janeiro”, o qual acabou por absorver, em 1868, “O Correio Mercantil”.

O Correio tinha quatro páginas, como os outros jornais. A assinatura trimestral custava 4 mil réis e a anual, 20 mil. No começo dos anos 1850, era também publicado em francês, aos domingos. Um dos seus principais atrativos eram os folhetins em série. Em suas páginas, Joaquim Manuel de Macedo publicou em 1848 o romance em capítulos *Dois Amores* e Teixeira e Sousa publicou *A Providência*. Em 1852 e 1853, Manuel Antonio de Almeida escreveu as *Memórias de um Sargento de Milícias*, sob o pseudônimo de “Um Brasileiro”, o primeiro romance de costumes retratando as classes mais humildes publicado no Brasil, num estilo simples e vigoroso, que contrastava com o texto rebuscado da época (MOLINA, 2011).

A afirmação de que “O Correio Mercantil” era um periódico de cunho liberal e de que o *Diário do Rio de Janeiro* era seu concorrente reforça uma ideia que já pontuamos nesse texto: Netto pode ter atuado como um mediador entre diversos setores da sociedade, inclusive entre alguns liberais e alguns conservadores. Do “Diário do Rio de Janeiro” são as ocorrências mais antigas, inclusive do período da Revolução Farroupilha:

Piratinim, 30 de novembro de 1840.

Movido pelo ardente patriotismo e adesão a causa que aos verdadeiros rio-grandenses cumpre defender, animo-me a pegar a penna para cumprimentar a V. Ex., e ao mesmo tempo acusar-lhe a remessa da carta do Exm. Sr. general Netto, e prezo aos céus que ella produza o effeito que esperamos, resultando a vantagem de vermos unida a grande familia rio-grandense, e a pátria salva de improvisio das garras da aristocracia, e da infame e asquerosa nação lusitana, que tanto procura abater os virtuosos filhos do

⁴² Desconhecemos um trabalho acadêmico sobre esse periódico. Assim, para auxiliar na nossa análise, utilizamo-nos do artigo do jornalista Molina (2011), disponível na internet.

Continente, fazendo reviver os meus desejos de prestar-me. Termino esta saudade a V. Ex. como seu attenciosissimo patricio. - *João Simplicio Ferreira*⁴³.

A seguir, está transcrito um trecho de uma extensa carta de Netto, direcionada a João da Silva Tavares, com o intuito de recrutá-lo, na época, para as fileiras farroupilhas:

[...] O Brasil é dos brasileiros, embora ainda pupillos dos portuguezes, e esta patria querida é dos rio-grandenses; a elles e só a elles, devem pertencer seus destinos. A natureza e topographia de seu solo, sua fertilidade e riqueza, e o caracter de seus habitantes sobejamente garantem a independência e liberdade que jurarão. [...] Ouso affiançar a V. Ex. que, se for penetrado das verdades que venho de repetir, e quizer coadjuvar-nos com seus esforços, será recebido com braços abertos, e o governo garantirá as vantagens que V. Ex. goza, bem como áquelles individuos que o acompanhão, tendo demais a gloria immortal de haver contribuido para a independencia e liberdade de seu paiz⁴⁴.

Trata-se de uma tentativa, que não obteve êxito, de recrutar, para a Revolução Farroupilha, João da Silva Tavares, militar que havia sido escolhido para comandar a fronteira de Jaguarão, em substituição a Bento Gonçalves, dias antes do início da guerra civil, em 1835. Uma outra referência a Netto no *Diário do Rio de Janeiro*, na qual iremos nos deter novamente mais adiante, data de 1858. Nesse texto, um correspondente não identificado do periódico na Província do Rio Grande do Sul faz uma longa exposição sobre assuntos diversos. No final do texto, o correspondente cita Netto e passa a ideia de que o Presidente da Província tem alguma relação com o General:

[...]O principio da auctoridade é respeitado entre nós, e o correspondente do *Jornal do Commercio* julga que é cortejo ao homem o que não passa de consideração ao principio. Consta que o presidente tem estripto ao general Netto, convidando-o para vir a esta capital, para depois mandar dizer para o Rio, como ja mandou, que é uma visita a S. Ex.[...]⁴⁵.

Essa notícia, demonstra que Antônio de Souza Netto já possuía, no final da década de 1850, um capital político e uma rede de influencias que era reconhecida até por possíveis

⁴³ Não há comentários por parte do jornal sobre essas cartas específicas. *Diário do Rio de Janeiro*, 15/12/1840. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013. [Transcrição nossa, recorte nosso.]

⁴⁴ *Diário do Rio de Janeiro*, 15/12/1840. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição nossa, recorte nosso.]

⁴⁵ O “Sr. Ferraz” a que a carta se refere trata-se de Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Presidente da Província do Rio Grande do Sul entre 16 de outubro de 1857 e 22 de abril de 1859. *Diário do Rio de Janeiro*, 05/08/1858. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição nossa, recorte nosso].

adversários, pois Antônio de Souza Netto era liberal⁴⁶ e porque o texto, como veremos mais adiante, desperta desconfiança sobre a relação entre Netto e Silva Ferraz, então Presidente da Província.

Sabemos que Netto alcançou a patente de Brigadeiro do Império, embora raramente ele seja referenciado com essa patente quando os periódicos tratam dele, sendo normalmente citado como General Netto e não como Brigadeiro Netto. Nesse sentido, é importante assinalarmos alguns detalhes de sua trajetória militar, ainda que não nos dediquemos integralmente à análise da vida militar do personagem.

Quando a Revolução Farroupilhainiciou, em 1835, Netto ocupava o posto de Coronel da Guarda Nacional. Em 1836, ele proclamou a República e foi aclamado por sua tropa como General. Com o fim da Guerra, em 1845, quase todos os farroupilhas foram afastados dos postos na Guarda Nacional (houve exceções, como, por exemplo, David Canabarro), mas mantiveram seus títulos militares da República. Assim, Netto passou a ser referenciado como “General”, mesmo não estando vinculado a nenhum corpo militar. É interessante notarmos que essa patente não constava no Decreto de 4 de maio de 1831, que tratava do assunto, ou seja, a patente de “General” não existia na hierarquia do Exército Imperial. Eram chamadas de “Oficiais Gerais” as patentes de Marechal-de-Exército, Tenente-General, Marechal-de-Campo e Brigadeiro.

Quando Netto aceitou a patente de Brigadeiro igualmente não passou a comandar nenhum corpo militar efetivo, e suas tropas, tanto na invasão do Uruguai, em 1864, quanto na Guerra do Paraguai, eram chamadas de “Brigada Ligeira de Voluntários”, um corpo de cavalaria, que ele mesmo arregimentava, basicamente um corpo de milicianos. Diferentemente da patente de General, a patente de Brigadeiro estava prevista no decreto de 4 de maio de 1831 e fazia parte da hierarquia do Exército Imperial⁴⁷.

Aqui reforçamos o que já afirmamos: Netto não possui cargos no Império. Entretanto, a patente militar tem função específica na estratificação social e ser um “General” ou um “Brigadeiro” significava mais do que ser somente um “estancieiro”.

O interessante nessa questão referente à carreira militar de Netto é que não existem dados precisos sobre suas promoções. A maior parte dos indícios são oriundos de Moreira Bento

⁴⁶Salientamos que o termo “farroupilha” estava vinculado a posições políticas liberais mais radicais. Para maiores informações, ler Padoin (1999).

⁴⁷ Para maiores informações sobre a hierarquia e estrutura do Exército imperial, ver Souza (2008).

(1996). Nos arquivos da Guarda Nacional⁴⁸ em que pesquisamos, não encontramos referências a “Antônio de Souza Netto”. No Arquivo Histórico do Exército Brasileiro, não há um fundo específico sobre o personagem (como há no caso de outros militares e principalmente brigadeiros do período). As informações que obtivemos nesse mesmo arquivo foram de que Netto não era militar de carreira, de que o posto de Brigadeiro era honorário e de que qualquer informação deveria estar em arquivos da Guarda Nacional. Essa consideração sobre ter sido “Brigadeiro Honorário” pode explicar o fato de Netto não ser referenciado como “Brigadeiro” nos periódicos em que é mencionado, ainda que o seja, poucas vezes, em algumas cartas do período.

Voltando ao “O Correio Mercantil”, encontramos diversas citações neste periódico que tratavam Netto como um ponto de referência espacial e relacional, como já mencionado. Afirmamos isso porque numa publicação intitulada “Diário Oficial”, por exemplo, citam-se os motivos que levaram o governo imperial a intervir na República do Uruguai, em 1864, e as diversas “agressões” enumeradas, dentre as quais a primeira a ser apresentada é o assassinato do “capataz da estancia do general Netto”. Na sequência, a notícia apresenta outras “agressões” que outros súditos brasileiros teriam sofrido:

[...] Exemplifiquemos, citando de preferencia os assassinatos e outras actos de barbaridade executados ou manados executar pelas autoridades orientaes, para que assim capitulados melhor aprecie a opinião publica a extensão do mal que tortura milhares de brasileiros tão perto do solo da pátria:

1855. O comissário de policia de Lorena assassina o capataz da estancia do general Netto.

O coronel Trifon Ordonez manda fuzilar a Luciano da Costa.

1857. Um sargento e soldados de policia assassinão na povoação do Quaraim, departamento do Salto, a João dos Santos.

1858. Uma partida da força oriental apodera-se de Manoel Ribeiro dos Santos, e, a pretexto de leva-lo a presença do chefe político do departamento de Serro Largo, assassina-o.

O comissário de policia, comandando uma patrulha, assassina a Joaquim Ferreira.

O comissário de policia do departamento de Serro Largo, Nicomedes Coronel, assassina em Aceguá a Leonardo Jose da Silva, de avançada idade, casado e com 11 filhos.

Um cabo, e dous soldados de policia, assassinão em Palma Sola (departamento do Salto) a Manoel Antonio da Silva.

1859. Soldados de policia que conduzião Manoel André pra depor como testemunha em um processo na villa do Salto assanião-o.

A policia de Olimar, levando preso para a dita villa a José Orlando, assassina-o.

1860. Um cabo ou sargento de policia, que alias constava ser desertor do exercito imperial, assassina João Alves da Fontoura Riquinho, no rincão de Ortigas.

⁴⁸ Pesquisamos nos acervos da Guarda Nacional no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre/RS e também consultamos o acervo da Guarda Nacional no Arquivo Nacional do Brasil, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Nada foi encontrado sobre esse personagem.

[...] O sargento de policia Pedro Portella, depois de prender a Eduardo de tal a ordem do comissário de policia D. Iabelino Gomes, assassina-o em Curraes, departamento do Serro Largo.

1862. Outro comissário de policia, autorizado pelo respectivo chefe político, assassina a João de tal [...] ⁴⁹.

A ofensa maior nesse caso específico não foi apenas a morte de um súdito brasileiro, mas sim o possível dano causado ao General Netto, que teve seu capataz assassinado. Em nossas pesquisas, não conseguimos identificar o nome do capataz que trabalhava na estância do General, algo interessante de salientar, afinal, como é possível notar no restante da transcrição, a maioria das vítimas está identificada com nome. Isso nos leva a pensar que, nesse caso, o General Netto é uma referência relacional relevante para que o assassinato do capataz fosse uma motivação (entre outras mais) para o Império intervir no Estado vizinho. Isso significa que é mais grave, perante os editores dessa publicação, o fato de terem assassinado alguém próximo ao General Netto do que se o assassinado fosse apenas um capataz de uma estância brasileira.

Em outro momento, mais um assassinato ocorrido próximo à “estância do general Netto” é citado. Nesse caso, a referência parece-nos espacial:

[...] No dia 23 de dezembro do anno findo, **perto da estancia do general Netto**, no Estado-Oriental, foi assassinado um jovem que apenas teria 24 annos de idade, brasileiro e alli residente, **por um oriental**; este attentado foi occasionado por uma disputa sobre corrida de cavallos; o seu aggressor consta-me que ficára ferido também, porem não sei se em perigo: esta noticia foi-me dada por pessoa verdadeira, porem que apenas sabia o nome do infeliz patricio que perdemos; chamava-se Emilio, é primo do major Manoel Ignacio da Silva, residente nos suburbios desta cidade [...] ⁵⁰.

Ainda que a maioria dos leitores do periódico dificilmente soubesse com exatidão onde se localizava tal estância, podemos supor que a intenção da notícia é demonstrar como esse fato teria trazido incômodos, riscos e perturbações ao General Netto e como seria uma agressão a ele e, em consequência, aos brasileiros de modo geral. Assim, relacionar este assassinato ao General Netto parece-nos mais representativo da importância de sua figura no período do que no caso anterior. Nessasituação, a vítima, conforme indica a publicação, nem se quer tinha qualquer relação com Antônio de Souza Netto (ao contrário do capataz da sua estância, com o qual ao menos havia uma relação de trabalho). Aparece outra relação pessoal nessa publicação: o rapaz era primo do major

⁴⁹O Correio Mercantil, 03/11/1864. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição, grifos e recortes nossos].

⁵⁰O Correio Mercantil, 08/02/1862. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

Manoel Ignacio da Silva, mas ainda não encontramos maiores informações sobre esses indivíduos.

Por meio o conteúdo das páginas de “O Correio Mercantil”, podemos identificar claramente algumas das estratégias de atuação e das formas de negociação utilizadas pelo então Brigadeiro Netto. Também podemos identificar uma parte considerável das suas redes de relações. Em maio de 1863, o Império do Brasil rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, o que a historiografia brasileira convencionou chamar de “Questão Christie”⁵¹. Sob o risco de uma guerra contra o Reino Unido, diversos setores das elites do Império iniciaram a movimentar-se no sentido de viabilizar um esforço de Guerra. No Uruguai, Antônio de Souza Netto foi consultado pelo então Vice-cônsul Daniel Gomes de Freitas sobre a possibilidade de reunir forças para uma possível guerra contra o Reino Unido. Netto respondeu diretamente ao Cônsul Geral no Uruguai, Carneiro de Mendonça, o qual já conhecia pelo menos há um ano, quando havia confessado a esse senhor seus planos de fazer a guerra na fronteira com ou sem o Império⁵². A resposta foi a seguinte:

Gueguay, 3 de março de 1863 - **Meu cônsul geral, amigo** e Sr. Carneiro de Mendonça. - Transmitindo-me o nosso vice consul em Tacuarembó, Daniel Gomes de Freitas, os jornais que V. Ex. lhe havia remetido **para que se inteirasse das ocorrências que se davam no Rio de Janeiro pelo inaudito procedimento do ministro ingles, consulte-me ele se estaria disposto a coadjuva-lo no empenho de promover uma subscrição entre os brasileiros residentes nesse departamento, a exemplo do que se tem praticado no império**, com o fim de auxiliar o governo com melhores meios de resistência a **tão injustas imposições da legação britânica**.

Respondi-lhe que brevemente me acharia com ele para entendermo-nos a respeito.

Desde já porém, levo ao conhecimento de V. Ex. que não só estou deliberado a subscrever-me com mil patações, e com mais dez mil se houver declaração de guerra, mas ainda neste ultimo caso, resolvido a prestar meus débeis serviços pessoais, cavalos, e alguma cousa mais de que carecerem os brasileiros, que ainda no estrangeiro se quiserem prestar ao serviço da nação.

Fazendo-lhe esta comunicação, para que lhe sirva de governo, felicito a V. Ex. pelo acrisolado patriotismo de que nesta conjuntura têm dado exuberantes provas o nosso augusto monarca, o governo imperial e todos os brasileiros. Tenho a honra de assinar-me de V. Ex. affectuosissimo amigo e obrigado criado. - Antonio de Souza Netto⁵³.

⁵¹ Apontamentos sobre a Questão Christie podem ser verificados em Carvalho (2007).

⁵² Como já falamos anteriormente no item 1 deste capítulo. É o mesmo Cônsul Geral que vai até a casa de Antônio de Souza Netto e é informado sobre as intenções de se fazer a guerra na fronteira caso o Império não atue em favor do interesse dos Brasileiros radicados no território uruguaio.

⁵³ O Correio Mercantil, 01/05/1863. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

Esta carta, publicada em “O Correio Mercantil”, é especialmente esclarecedora para demonstrar como o General Netto tinha acesso a setores do poder, ao Cônsul Geral do Brasil no Uruguai, nesse caso, e como esses setores respaldavam suas estratégias políticas, que, ao que parece, estavam em consonância com as estratégias políticas do Império naquele momento.

Essa carta torna-se ainda mais esclarecedora quando levamos em consideração o relatório que já citamos na seção anterior desse texto: Netto fala amplamente ao Cônsul Geral que tinha meios e disponibilidade para realizar a guerra contra os *blancos* e contra o Império, caso o governo central não escutasse suas solicitações; apesar disso, Carneiro de Mendonça, que chegou a desconfiar de tais afirmações do General, não se furtou de recorrer a ele para o caso de uma guerra contra a Inglaterra. Cabe destacar essa relevância principalmente porque a decisão de publicar a carta no periódico foi do Ministro dos Negócios Estrangeiros, um homem da Corte e na Corte. É preciso considerarmos também que estar ao lado do Império foi uma estratégia que Netto utilizou amplamente, principalmente após 1855, muito provavelmente por ter entrado em conflito com uruguaios, como nossas pesquisas documentais revelaram. Ainda que no ano anterior, 1862, Netto tenha afirmado que, com quatro mil homens eles tornar-se-iam senhores de toda a margem direita do Rio Negro, quando o Império o chamou, ele não deixou nenhuma dúvida sobre sua disposição para atuar do lado brasileiro.

Essas duas posições de Netto, uma delas desafiando o Império, mas que esteve presente apenas em Relatórios Reservados do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e a outra de adesão total ao Império, publicada num jornal da Corte, complementam-se e entendermos tais atitudes como uma estratégia política. Em ambas as oportunidades, Netto reafirma seu poder como um líder militar que tem capacidade de juntar gente e fazer uma guerra, seu principal argumento para negociação. De certa maneira, Netto deu um recado ao Império, dizendo que seus interesses e os interesses de seus correligionários, deveriam ser considerados, pois, dessa maneira, a Corte teria dois motivos pelos quais atuar: para evitar uma guerra, patrocinada pelos estancieiros, na fronteira com o Uruguai e para que esses estancieiros estivessem dispostos a lutar a favor do Império em eventuais conflitos.

Também é devemos considerar que a publicação dessa carta servia para demonstrar a todo o Império que o General Netto estava completamente de acordo com as ações da Corte e que a ameaça separatista estava superada. Afinal, Canabarro já havia, há muito tempo, sido incorporado ao Exército e comandava uma parte da fronteira. Com a adesão pública de outra liderança, muito

próxima e possivelmente herdeiro político do já nessa época falecido Bento Gonçalves, a Corte tentava demonstrar que os riograndenses estavam incluídos no Império e que não havia motivo para desconfiar de sua lealdade ao Imperador.

Entretanto, ainda que reconheçamos e enfatizemos a relevância e o sucesso de Antônio de Souza Netto em se manter próximo aos setores que exerciam poder no Império, isso não se deu sem que houvesse dificuldades. O jornal “O Correio Mercantil” parece ter agido de forma a propagandear as atitudes de Netto (e de outros comandantes também) de modo a construir uma imagem de patriota e preocupado com o Império. Contudo, nem sempre essa imagem foi bem compreendida, e a influência bem como a preponderância regional que o General estava assumindo foram, algumas vezes, contestadas.

Isso é visível em uma reprodução, no referido periódico, da fala do Senador Teófilo Ottoni, em uma seção do Senado, no ano de 1865, quando ocorreu uma discussão sobre a atuação violenta por parte de alguns estancieiros do Sul para com os uruguaios da fronteira e as consequências dessas agressões para a política do Império. Nessa oportunidade, alguns senadores teriam citado um episódio que remete ao General Netto. Teófilo Ottoni, então, advogou em sua defesa. Dentre as injustiças feitas para com o General, segundo Ottoni, estavam a obrigação de que ele licenciasse suas tropas, nas vésperas da Guerra do Paraguai, em 1865.

[...] Mas Sr. Presidente, não foi só o general Canavarro que mereceu os reparos do nobre senador pela província do Espirito-Santo, tambem vem no seu discurso uma aspensão que transparentemente alcança outro bravo rio-grandense, o general Netto. O nobre senador disse, que não devíamos ser tão severos para com Munhoz e Aparicio, a quem estava defendendo a seu modo, porque também do nosso lado havia debito para com o Estado Oriental, porque também do lado de cá tinham ido partidãs roubar gado ao Estado Oriental. E S.Ex. exemplificou esta sua asserção com um individuo que andava arrebanhando gado nas visinhanças do Uruguay.

O Sr. Jobim: - Na fronteira.

O Sr. Ottoni: - S.Ex. informou que esse individuo tendo sido estaquiado por uma guarda do Estado Oriental lograra evadir-se, e depois voltando com os seus degolára toda a guarda. Ora, o facto de estaquia conhecido ha muitos annos refere-se ao general Netto, por conseguinte **é ao general Netto que o nobre senador atira uma insinuação desta natureza.**

Eu depois que ouvi o nobre senador, fui procurar esclarecer-me para trazer ao senado as informações que pudesse obter. **Sou também amigo do general Netto, e estava certo que taes insinuações não podião alcançar o digno Rio Grandese, cuja espada na recente luta com o Estado Oriental prestou bons serviços. Eu deploro que o Sr. general Netto tenha sido arredado do Exercito, porque estou certo de que havia de conquistar grandes louros contra o nosso inimigo.**

O Sr. Ferreira Penna: - Está commandando forças.

O Sr. T. Ottoni: - Teve de dissolver as que commandava, e se está agora tratando de recompor a sua brigada e não é a commemoração de que foi estaquiado que ha de ir despertar o seu patriotismo⁵⁴.

Otoni foi um político liberal, e sua relação com o General Netto provavelmente teve início durante a Farroupilha, afinal, também liderou uma revolta regional nesse período, na província de Minas Gerais, em 1842. Além do mais, a proximidade entre ambos também pode ser entendida em função de seus posicionamentos liberais. Aqui é interessante atentarmos para a relação entre esses indivíduos, porque Otoni (Figura 5) vai chocar-se algumas vezes com outro poderoso aliado de Netto, Silva Ferraz. É com base na identificação de Netto com esses dois políticos que podemos afirmar que este agia como um intermediário importante na política imperial quando o assunto era o Sul do Império, conseguindo a confiança e a lealdade de dois políticos de facções completamente distintas, inimigas, por assim dizer, se considerarmos a violência e a força de algumas disputas eleitorais do século XIX.



Figura 5 - Teófilo Ottoni.

Fonte: Wikimedia Commons (2015b).

Voltando novamente às “agressões” sofridas por súditos brasileiros residentes no Estado Uruguaio, é importante esclarecermos que essa questão foi um problema político bastante

⁵⁴ O Correio Mercantil, 04/07/1865. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição nossa, grifos nossos].

complexo para o Império. A partir do que temos descrito, com base nas fontes e nas bibliografias, é possível compreender que ambos os lados (*blancos* e estancieiros brasileiros) praticavam agressões que agravavam os conflitos diplomáticos. É necessário pontuarque nem toda a sociedade imperial apoiava possíveis ações da Corte em favor dos súditos além da fronteira; essa condição foi disputada e teve de ser conquistada por aqueles que defendiam os interesses dos brasileiros radicados no Uruguai. Isso se deve ao fato de que muitos políticos consideravam, como demonstrado pela citação anterior, que a causa de todo o problema eram os brasileiros que se aproveitavam das características da região fronteiriça para, de alguma maneira, conseguir ocupar mais terras, obter mais gado ou qualquer outro tipo de benefício. Essas maneiras, via de regra, eram violentas, o que acabava gerando mais conflito.

Essa discussão teve espaço na sociedade imperial pois tratava-se de entrar ou não em guerra com um país vizinho, de intervir ou não em favor de súditos. Isto é, a opinião de que o Império deveria intervir em favor dos súditos brasileiros não era consensual. Além disso, acreditamos que tal decisão foi influenciada também por Antônio de Souza Netto e seus correligionários nas mais diversas esferas da sociedade. Na citação anterior, encontramos, ao menos, o Senador da Província do Espírito Santo defendendo que as agressões dos orientais teriam motivação nas agressões dos rio-grandenses, numa disputa clara que se percebe, em definir quem iniciou o conflito e quem deveria ser responsabilizado. Não é plausível pensarmos que tal defesa se fazia por tratar-se de um representante da Província do Espírito Santo, talvez pouco conhecedor da realidade sulina, pois o local de nascimento pouco se relacionava com as bases políticas no Período Imperial e este senhor era José Martins da Cruz Jobim, nascido em Rio Pardo, na Província do Rio Grande do Sul, deputado geral pelo Rio Grande do Sul em 1848, mas escolhido Senador pela Província do Espírito Santo em 1851⁵⁵.

Otoni é conhecido por ter sido um senador republicano, e a defesa que faz de Netto mostra-nos a existência de uma relação pessoal entre ambos, que é confirmada durante o discurso. Cabe ainda lembrar que Netto também tem sido retratado como um “republicano convicto” (MOREIRA BENTO, 1993). Ainda não sabemos porque exatamente Netto licenciou sua Brigada Ligeira, mas essa edição do periódico também parece evidenciar a existência de desconfianças por parte de alguns setores do Império quanto ao que poderia acontecer caso os

⁵⁵ Os postos e os cargos políticos no Brasil Imperial não tinham relação necessária com a Província de origem dos políticos. O fator mais importante eram as redes de relações que cada indivíduo conseguia construir. Sobre esse assunto é indispensável a leitura de, entre outros, Carvalho (2003), Martins (2007b) e Vargas (2010).

interesses de Netto mudassem de lado em algum momento. Essa desconfiança era importante se analisarmos dados e notícias publicadas pelo próprio periódico. Em dezembro de 1864, “O Correio Mercantil” noticiou: “O general Netto acha-se no lugar denominado Hospital; com ele seguiu o corpo do tenente-coronel Camillo Mancio; Dizem que conta já com 1000 voluntários. De todos os lugares se apresentam voluntários para engrossar essa coorte de bravos”.

Consta, na mesma edição, o seguinte:

O nosso valente comprovinciano general Netto fica na estancia Hospital com mais de 1000 bravos rio-grandenses; e **a julgar pela influencia que ha, reunirá para mais de 2 000 homens em menos de 10 dias.**

Corre por aqui que o exercito ao mando do generalissimo marechal João Propicio irá ocupar o norte do Rio Negro, ficando o sul entregue a Flores, Netto e Fidelis.

Constava no Rio-Grande , momentos antes da partida do Princeza, que tendo chegado a Pirahy no dia 17 o parque de artilharia remetido da corte, **o nosso exercito de operações em numero de 6000 homens**, e comandados pelo Sr. marechal João Propicio Menna Barreto, marcharia no dia 2 do corrente para o Estado Oriental; **e que o Sr. general Netto ja contava com 1400 voluntarios.**

Estas duas forças formam um exercito de 7400 homens das tres armas, cavalaria, infantaria e artilharia⁵⁶.

Essas notícias são reproduções de cartas enviadas com o intuito de informar sobre as mobilizações para a Guerra contra Aguirre. Sabemos que a tropa licenciada por Netto no início de 1865, contava com 1400 homens, mas cabe destacar a expectativa criada pelo jornal a respeito do potencial do General de arregimentar gente. Ainda que não tenha conseguido arregimentar 2000 voluntários, notamos claramente que ele era responsável por quase um quinto de toda a força que invadiu o Uruguai no início da Guerra contra Aguirre. Esse tipo de influência pode explicar o receio, por parte de setores da elite imperial, para com os interesses de Netto. Também é importante reparar também que o sul do Rio Negro foi deixado sob o comando de Netto, Fidelis e Flores. Este último é Venâncio Flores, caudilho *colorado* do Estado Oriental, que esteve exilado em Buenos Aires no início da década de 1860 e que se aliou ao Império do Brasil e à Argentina para tomar o poder em Montevideú, em 1863. Esse fato foi fundamental para que o Uruguai aderisse à Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai.

Parece-nos claro que Netto tinha boas relações com lideranças militares no Uruguai, a exemplo de Venâncio Flores, e que, por conhecer essas lideranças, talvez pudesse se inserir como um personagem relevante, e ao mesmo tempo perigoso, para o Império. Aliás, cabe destacar

⁵⁶ O Correio Mercantil, 04/12/1864. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

que, desde a Farroupilha, Netto e outras lideranças militares tinham relações mais sólidas com os *colorados*. Nesse sentido, as forças políticas dessa região estavam bastante delineadas: desde o final da farroupilha, Canabarro havia negado a ajuda oferecida por Rosas para manter a Revolução. Na década de 1850, Netto teria conflitos com os *blancos* de Oribe, apoiados pelo caudilho bonaerense. Na década de 1860, Netto comandaria tropas ao lado de Venâncio Flores, líder *colorado*. De certa maneira, em relação à política no Prata, excluindo-se o período da Revolução Farroupilha, tanto a Corte quanto as lideranças farroupilhas apoiaram-se no mesmo lado: escolheram estar próximas aos *colorados*.

2.3 Entre o militar e o político

Antônio de Souza Netto parece ter estabelecido uma rede de relações bastante sólida, que, no entanto, não pudemos materializar com um fluxo constante de cartas. Entretanto, os indícios a que tivemos acesso demonstram como Netto teve contato direto com alguns políticos que ocuparam postos-chaves, alguns deles alcançando altos postos de governo, como o caso que trataremos a seguir.

Era agosto de 1858, Netto tinha na época aproximadamente seus 55 anos e escrevia uma carta para o Presidente da Província, agradecendo a ele por encaminhar as documentações que o nomeavam Brigadeiro do Império⁵⁷. O presidente da Província do Rio Grande do Sul, neste período, era um político que pode ser considerado de expressão mediana na época: Ângelo Moniz da Silva Ferraz. Bacharel em Direito, foi eleito Deputado Provincial pela Bahia, conseguiu alcançar o posto de Deputado Geral entre os anos de 1842 e 1848, ocupou alguns cargos, como o de Inspetor da Alfândega da Corte, de Fiscal do Tesouro, e chegou ao posto de Senador do Império pela Bahia, em 1857. Nesse mesmo ano, Silva Ferraz rumou para a Província do Rio Grande do Sul a fim de ocupar o posto de Presidente da Província⁵⁸.

Ao chegar na capital, Porto Alegre, encontrou alguns desafetos, embora também pareça ter estabelecido laços muito fortes com personalidades importantes da Província. Em 5 de agosto

⁵⁷ Aqui utilizaremos “Brigadeiro do Império” pois essa é a forma presente na documentação. Conforme as pesquisas realizadas, supomos que não se trata de uma patente vinculada ao Exército Imperial; provavelmente se refere à Guarda Nacional, ainda que, como demonstramos, Netto não tivesse vinculação formal com esse corpo militar.

⁵⁸ Para acessar informações biográficas desse indivíduo, utilizamo-nos de Sacramento Blake (1883) e Martins (2007a).

de 1858, o “Diário do Rio de Janeiro” publicou, ao pé da página, uma nota de um correspondente no sul:

[...] Em resumo, pois, *toda a* imprensa, tanto na província como na côrte, que elogia o Sr. Ferraz, é o proprio Sr. Ferraz.

A imprensa independente e que na sua independência tem a garantia de sua imparcialidade é oposicionista [...]

O Sr. Ferraz, logo que chegou, escreveu a todas as pessoas de toda a província que suppôz influentes em suas localidades. São cartas sobre cartas, e quando por acaso chegam a esta capital, não faltam emissários que os convidem para as reuniões de palácio. Os governos têm *agentes* de toda a espécie. Muitas influencias tenho eu visto recusar-se, e outras apparecem mais por condescendência do que por affeição.

O principio da auctoridade é respeitado entre nós, e o correspondente do *Jornal do Commercio* julga que é cortejo ao homem o que não passa de consideração ao principio.

Consta que o presidente tem escripto ao general Netto, convidando-o para vir a esta capital, para depois mandar dizer para o Rio, como ja mandou, que é uma visita a S. Ex. [...].

Não temos a confirmação de que essa visita tenha ocorrido nessas datas, e é provável que não. Afirmamos isso porque a carta por meio da qual Netto aceita a patente de Brigadeiro é enviada para Ângelo Moniz da Silva Ferraz (Figura 6) no dia 30 do mesmo mês de agosto de 1858.

O correspondente observa que, ainda que Ferraz escrevesse a todos que julgasse influentes na Província, é para a relação com Antônio de Souza Netto que se deve voltar a atenção. Ao que tudo indica, Netto, ainda em 1858, era visto com desconfiança por parte de setores da elite, principalmente na Corte do Rio de Janeiro. Já outra parte da elite procurava negociar e manter o General próximo. Podemos, então, supor que ele sempre esteve próximo aos setores de poder, como já demonstramos anteriormente em relação à sua proximidade com liberais como Teofilo Ottoni e até mesmo Osório.

Contudo, quando estudamos a trajetória de Netto, temos dificuldade em estabelecer, de forma sólida, as suas redes de relações, devido a um impedimento de ordem documental, como já explicamos. Não há grandes acervos sequenciais de cartas trocadas pelo General com seus correligionários. Entretanto, indícios como esses parecem demonstrar que Netto tinha uma preferência por manter as suas atividades nos bastidores da política, unindo-se à indivíduos com potencial de influência em diversos setores da sociedade.



Figura 6 - Ângelo Moniz da Silva Ferraz, Barão de Uruguaiana.
Fonte: Wikimedia Commons (2015c).

Além desse registro no “Diário do Rio de Janeiro” e da nomeação de Nettocomo Brigadeiro do Império, existem outros indícios relevantes. A relação entre Netto e Silva Ferraz é mais antiga do que pôde supor o anônimo correspondente do “Diário do Rio de Janeiro” naquele início de agosto de 1858. Ainda em fevereiro desse mesmo ano, Silva Ferraz escreveu ao Encarregado dos Negócios do Brasil em Montevideú, o Senhor Joaquim Thomaz do Amaral, a seguinte carta:

Acusando a recepção do officio que V.Ex.^a se dignou dirigir-me em 24 de Dezembro do ano passado, no qual communica as medidas que o Governo dessa República adoptou para prevenir a revolta que ahi ultimamente teve lugar; tenho a significar a V.Ex.^a que logo que tive conhecimento desses movimentos procurei pessoalmente providenciar sobre a segurança da fronteira e proteção das pessoas e propriedades dos Brasileiros residentes nesse Estado, **prestando-me nessa occasião o Cidadão Antônio de Souza Netto os mais relevantes serviços, não podendo o mesmo dizer dos Vice-Consules Brasileiros na Fronteira.** Agradecendo a V.Ex.^a as obsequiosas expressões com que conclui aquelle seo officio lhe retribuo com minha particular estima consideração. Deoz Guarde a V.Ex.^a. Palacio. 24 de Fevereiro de 1858⁵⁹.

⁵⁹Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs). Códice A3-04.

Não tivemos acesso à carta enviada pelo Senhor Joaquim Thomaz do Amaral, mas julgamos importante observar que o Presidente da Província, ao se dirigir a uma autoridade do Império no Estado Uruguaio, deixa clara sua estima pelo então General Netto (Figura 7). Sua estima era tão grande que possivelmente garantiu, ao General, a promoção para o posto de Brigadeiro, dois meses após essa carta, em abril de 1858:

Esta em meu poder o officio que V.Ex^a se dignou enviar-me a 18 de Maio, communicando ser o **Ex^o Sr. Ministro da Guerra, em aviso de 19 de Abril, participando a essa Presidencia que Sua Majestade o Imperador houve por bem por Decreto do mesmo mês e igual anno, conceder-me as honras do Posto de Brigadeiro** e uso dos competentes distintivos. Apreciando como he de meu grato dever [?], manifesto a V.Ex^a meu sincero reconhecimento e a adhesao do Augusto Monarcha. Deos Guarde V.Ex^a. Fazenda de Sta. Theotonia em Queguay. 30 de Agosto e 1858. [Assina Antônio de Souza Netto]⁶⁰.

Todavia, não se trata apenas de uma questão de estima. Silva Ferraz deixa claro que Netto é muito mais útil para a proteção dos brasileiros residentes no Estado Oriental do que Vice-cônsules, funcionários designados pelo Império para atuar a favor do interesse do Império na fronteira. É necessário, porém, entendermos que, nesse momento, ainda no início de 1858, as reclamações dos brasileiros residentes naquele Estado estavam tomando força no âmbito do Império. Essa questão foi longa e tumultuada. No final, sabemos que o Império acabou intervindo militarmente no Uruguai, o que ajudou a dar início à Guerra do Paraguai (1865-1870). Entretanto, no princípio do ano 1858, nada estava ainda definido, e fica evidente que o interesse dos estancieiros brasileiros radicados no território Uruguaio não era o mesmo ou não era suficientemente considerado pelas autoridades Imperiais. Daí surgiu a necessidade de o Presidente da Província recorrer ao General Antônio de Souza Netto para proteger terras e súditos brasileiros além da linha da fronteira.

Cabe pontuarmos que, em regiões de fronteira, o Presidente da Província tinha como função inclusive chamar aos serviços a Guarda Nacional; e foi nesse contexto, enquanto Silva Ferraz era Presidente da Província, que Netto formou sua Brigada de Voluntários pela primeira vez. Essa mesma Brigada foi licenciada algumas vezes, mas atuou em diversos momentos até a Guerra do Paraguai.

⁶⁰ Todos os nossos dados referentes à nomeação de Netto como Brigadeiro Imperial são oriundos do documento que encontramos no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Existem pelo menos quatro cópias dessa carta nesse mesmo fundo. AHRS – Fundo Autoridades Militares [Transcrição nossa].

Exmo. Sr.
Sr. Netto

Está em meu poder o Officio que V. Ex.^a se dignou enviar-me a 18 de Maio, communicando ter o Sr. Ministro da Guerra, em carta de 19 d' Abril, participado a esta Presidencia que Sua Magestade o Imperador Nomeou por seu Decreto de mesmo mez, e anno, conceder-me as honras de Porto de Brigadeiro e uno dos competentes distintivos.

e apreciando, como he de meu grato dever, a alta honra, manifesto a V. Ex.^a meu sincero reconhecimento e adhesão ao Augusto Monarcha.

Deo. Guarde a V. Ex.^a Fazenda de Sta. Theotonia em Laguna a 30 d' Agosto de 1858.

Antônio de S. Netto

Mm.^o Exmo. Sr. Presidente
Sr. Angelo Correa da S.^a Serra.

Figura 7 - Carta em que Netto aceita a patente de Brigadeiro.

Fonte: Fundo Autoridades Militares, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

O cruzamento dessas trajetórias, a de Silva Ferraz e a de Netto, não despertaria tanto interesse se não soubéssemos o destino político do ex-Presidente da Província: ele deixou do cargo de Presidente da Província do Rio Grande do Sul em meados de abril de 1859 e assumiu como Primeiro Ministro do Império em agosto do mesmo ano. Durante boa parte do período em que Netto (e outros estancieiros) realizaram suas queixas contra os *blancos* de Aguirre, seu amigo

esteve à frente do Ministério de D. Pedro II, além de ocupar o cargo de Ministro da Guerra entre os anos de 1865 e 1866, quando a Guerra do Paraguai teve início.

A atuação de Silva Ferraz no contexto da Guerra do Paraguai e principalmente na resposta dada pelo Império à invasão paraguaia da fronteira, com a tomada de Uruguaiana (1865), levaram esse político a receber o título de Barão de Uruguaiana no ano seguinte. Segundo Martins (2007), Silva Ferraz acabou alcançando o posto mais alto da política Imperial, sendo Conselheiro de Estado durante os anos de 1866 e 1867; possivelmente um reconhecimento por sua trajetória, por sua atuação no Ministério da Guerra desde 1865 e por uma ampla rede de relações que permitiu que assumisse cargos importantes e chegasse tão longe. Não nos focaremos, neste trabalho, nas relações de Ângelo Muniz da Silva Ferraz; esse é um trabalho que pretendemos realizar posteriormente. Embora queiramos tratar de Antônio de Souza Netto, sua relação com Silva Ferraz, o qual alcança o topo da carreira no contexto do Império, é relevante para demonstrarmos que Netto não era apenas um “velho General esquecido” no Estado Oriental, que causava problemas ao Império e que não tinha relevância política. Queremos afirmar o contrário.

Queremos demonstrar que, apesar de não deixar tantos rastros, Netto atuava muito bem nos bastidores, angariando amigos e aliados em todas as linhas de frente, sustentando, de alguma maneira, as amizades de forma que sempre havia pessoas importantes intercedendo publicamente por seus interesses – são esses registros que chegaram até nós.

Um dos pontos mais interessantes dessa relação é o modo como, possivelmente, Netto e Silva Ferraz se conheceram de que maneira o político nascido na Bahia e formado Bacharel em Direito por Olinda, conheceu o general farroupilha, criando uma relação pouco provável para o período. Agregue-se mais um fator interessante: Silva Ferraz é identificado como um político vinculado a facção dos conservadores, enquanto Netto é liberal e republicano. É notório que as facções políticas tinham importância no embate político imperial, mas as relações pessoais tinham relevância igual ou maior nesse “cálculo” político, o que justifica a forte relação entre Netto e um conservador, assim como observamos com mais brevidade a relação de Netto com Teófilo Ottoni, um político liberal e republicano, não parece ter anormalidade com relação ao período. No entanto, não deixa de despertar curiosidade a maneira como Netto se movimentava por diversos setores políticos nacionais e encontrava certo respaldo. Esta característica é que resulta no seu poder político.

Supomos que a relação entre Netto e Silva Ferraz tenha se iniciado durante o período em que o Barão de Uruguaiana foi Presidente da Província do Rio Grande do Sul, pois sua trajetória política anterior não indica algum cargo que pudesse ter aproximado esses dois indivíduos. O que sabemos é que, desse encontro, permitido a partir do momento em que Silva Ferraz chegou ao Sul do Império, criou-se um vínculo forte, o qual chegou até nós por meio das fontes que mostram Silva Ferraz defendendo Netto perante autoridades. Alguns dos indícios são particularmente interessantes porque fazem percebermos que a relação entre eles era fortemente estruturada.

Um forte exemplo desta relação encontra-se na seguinte notícia do “O Correio Mercantil”, de 1865:

Por ordem do dia, publicada no quartel general em Uruguayana no dia 3 do corrente, ordenára o Sr. conselheiro Ferraz que os Srs. brigadeiro honorario David Canabarro, coronel Antonio Fernandes de Lima e o commandante da guarnição da villa de Uruguayana, capitão Valle, respondessem a conselho de investigação e a conselho de guerra, qualquer que fosse a decisão do primeiro.[...]

Pela mesma ordem do dia, que inserimos em seguida, **ordenára também o Sr. conselheiro Ferraz, que os Srs. brigadeiro Canabarro e coronel commandante superior Fernandes de Lima fossem interinamente substituidos nos commandos que exercem, de divisão e brigada, o primeiro pelo Sr. coronel João Antonio da Silveira, e o segundo pelo Sr. coronel José da Silva Ourives, podendo retirarem-se para suas casas, a aguardar a reunião dos membros do referido conselho, que funcionará na villa de S. Borja**⁶¹.

Nessa notícia, em que o nome de Netto não é sequer citado, podemos identificar a solidez da relação do General com o então Ministro da Guerra Silva Ferraz. Isso foi possível pois sabemos que o coronel João Antonio da Silveira era um forte aliado e amigo do General Antônio de Souza Netto, desde os tempos da farroupilha. Moreira Bento (1992) chega a afirmar que João Antônio da Silveira só se dispôs a ir para a guerra em 1864 porque foi pessoalmente convencido pelo General Netto.

Também sabemos que a relação entre Canabarro e Netto estava, ao menos, desgastada. Ainda com suspeitas em relação ao massacre em Porongos, Netto talvez nunca tenha confiado totalmente em Canabarro, independentemente de ele ter sido ou não responsável pelo ataque. O fato é que, após o final da Farroupilha, eles tiveram de conviver, um como residente no Uruguai e outro como Comandante da Fronteira. Netto queixou-se de Canabarro ao Presidente da

⁶¹O Correio Mercantil, 28/10/1865. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

Província, dizendo que aquele não protegia os brasileiros residentes no Estado Oriental. Por sua vez, Canabarro queixou-se, em outra oportunidade, da maneira como Netto arregimentava suas tropas, como consta em carta ao Ministério da Justiça:

Em caminho foi reunida mais força, uns voluntários e outros obrigados, empregando para isso não pequenas violências a ponto do brigadeiro Canabarro reclamar dizendo que dos Orientais nunca os brasileiros haviam tanto sofrido como estavam sofrendo com as reuniões ordenadas pelo brigadeiro Netto⁶².

Quanto à relação desgastada entre Netto e Canabarro, é interessante notarmos que a oportunidade ideal surgiu com a invasão paraguaia em Uruguaiana, quando Canabarro foi afastado do posto-chave de comando na fronteira, o qual foi assumido por um amigo do Brigadeiro Netto. Obviamente não desconsideramos que esse indivíduo pode ter alcançado este posto por outros motivos que não somente a relação pessoal que tinha com o General Netto, mas a escolha do nome de João Antônio da Silveira, não nos parece uma simples coincidência.

Também precisamos considerar que David Canabarro foi designado Comandante da Fronteira pelo próprio Silva Ferraz, em 1859. É notável que a relação entre os dois se desgastou nos anos que se sucederam, talvez pela atuação de Canabarro em disputas eleitorais ou por alguma questão envolvendo Netto, mas, em 1865, o próprio Ministro da Guerra retirou Canabarro de seu posto de comando, acusando-o de não defender as fronteiras do Império. Em sua defesa, Canabarro acusou de volta:

A província estaria defendida da invasão de 10 de junho, se nas fronteiras tivesse ao menos 5 mil homens de Infantaria com a cavalaria organizada, até podia tomar a ofensiva contra esses mesmos invasores que vieram de São Carlos. O Ministério da Guerra não preveniu como convinha a fronteira do Uruguai contra a invasão há muito prevista e esperada, e é do Ministério da Guerra que partem as recriminações por falta de tiros nos passos contra aqueles que a despeito de faltas fizeram o que estava ao seu alcance e entregaram o inimigo ao poder dos aliados⁶³.

O contexto político em que Canabarro é nomeado Comandante da Fronteira por Silva Ferraz (1859) e em que Netto diz que Canabarro apoiaria uma revolta armada na fronteira (1862) era muito diferente do contexto do início da Guerra do Paraguai, em 1865. Entretanto, algo

⁶²AHRS, A-2.16, Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Justiça, 1865 (apud FERTIG, 2010, p. 221).

⁶³ Ordem do dia nº 21. AHRS, Coleção Varela, CV-3511 apud Guazzelli (2009, p. 83).

mudou na relação desses indivíduos e eles entraram em choque— Canabarro com os outros dois, que seguiram unidos.

Já quanto às defesas públicas de Silva Ferraz ao Brigadeiro Netto, uma delas aconteceu na sessão do Senado de 30 de junho de 1866, um dia antes da morte do Brigadeiro Netto. O então Senador e Ministro da Guerra, Silva Ferraz, tomou a palavra, em meio a outra discussão, para tratar de um projeto que previa pensões e soldos para as forças atuantes no Paraguai, bem como o destino dessas forças após o fim da guerra. Não tivemos acesso ao projeto de lei, mas fica clara, durante o discurso do então Ministro da Guerra, sua reprovação ao projeto que, conforme pudemos captar, já havia passado por comissões internas do Senado. O teor exato do projeto talvez não seja o mais importante neste momento; o importante é que, em função de se posicionar contrário ao projeto, Silva Ferraz aparentemente entrou em choque com o então Marquês de Caxias e resolveu exemplificar uma situação, lembrando do Brigadeiro Netto:

Nasce isto do prejuizo de V. Ex. que não quer que haja brigadeiro senão do exercito; este prejuizo é muito antigo. Eu perguntarei a V. Ex.: não ha para o exercito mais do que dar alem do posto? São, Sr. presidente, idéas que vogão entre nós, mas que fazem muito mal, que é preciso que sejam debattidas, que sejam desfiadas. Por que razão ha de se dar as honras de coronel a um tenete-coronel, e não se ha de dar a um coronel as honras do posto immediato? Por causa da aristocracia do exercito? O que é que se ha de dar a um, que hoje tem as honras de brigadeiro, que se tem portado de maneira a mais galharda? **O que pôde dar-se ao brigadeiro honorario Netto, que tantos serviços tem prestado, chegando até a fazer cessão do seu soldo para o estado? Senhores, o espirito de certas provincias nossas é quasi todo militar; e, se alguns entendem que esse espirito deve ser arrefecido, eu, ao contrario, creio que elle deve ser alimentado**⁶⁴.

Esse trecho, segundo nossa análise, demonstra clara e novamente a proximidade de Netto com o Ministro Silva Ferraz. Possivelmente, o caso de Netto é apenas um exemplo, entre diversos possíveis; entretanto, é o exemplo escolhido pelo Ministro da Guerra para dar autoridade e força à sua fala no Senado, contrapondo um outro homem de muita relevância política e militar da época, o Marquês de Caxias, curiosamente o pacificador da Província.

Outro fator relevante a considerarmos é que, como afirmamos, Netto não tinha cargo no Governo Imperial após a Revolução Farroupilha (1835-1845), e sua nomeação como Brigadeiro não representou mudança com relação a isso. Com o Tratado de Paz de Ponche Verde, os líderes farroupilhas, de acordo com Fertig (2010), poderiam ser incorporados ao Exército Brasileiro,

⁶⁴O Correio Mercantil, 06/07/1866. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição, grifos e recortes nossos].

mantendo suas patentes militares da República. Além disso, estavam isentos do serviço na Guarda Nacional e no Exército de primeira linha, se assim desejassem. Isso reforça, em nossa perspectiva, o fato de que Netto estava disposto a lutar pelo Império do Brasil, agindo militarmente em uma milícia que não fazia parte do Exército e, ao mesmo tempo, não era totalmente composta por Guardas Nacionais, ainda que alguns corpos da Guarda Nacional eventualmente fossem cedidos para seu comando.

Segundo informações de diversos correspondentes, tanto no Estado Oriental quanto na República Argentina, somadas com algumas cartas de oficiais das Forças Armadas, atuantes nas guerras durante a década de 1860, é possível acompanhar notícias sobre as expectativas quanto à quantidade de tropas que Netto conseguiu arregimentar ao longo do tempo. É difícil precisar a quantidade de tropas que ele controlava. Conforme o período, arriscamo-nos a aceitar um número médio, mas sempre com base nas informações obtidas por meio dos periódicos. Sabemos que essas informações podem ser equivocadas, mas todas elas apresentam certa proximidade.

Por exemplo, em janeiro de 1865, “O Correio Mercantil” dizia que o General Flores possuía, agindo em prol de sua “revolução”, cerca de quatro mil homens, e que, desses, 1500 eram da Brigada do General Netto. Quase metade das tropas responsáveis por fazer a “revolução” (ou seja, por derrubar os *blancos*) no Estado Oriental eram obedientes ao “velho farroupilha”. No mesmo mês, esse jornal afirmou que o Império havia enviado sete mil homens, sem contabilizar nesse número a Brigada do General Netto, dentre os quais estava presente um dos corpos provisórios da Guarda Nacional, cuja localidade não foi especificada. É muito provável que o correspondente tivesse superestimado a quantidade de soldados brasileiros colocados à disposição para a derrubada do governo *blanco*, em Montevideu; entretanto, não encontramos grandes divergências quanto aos números.

Em dezembro do ano anterior, por exemplo, o “Diário do Rio de Janeiro” publicou a carta de um militar anônimo o qual afirmava que Netto tinha consigo um corpo de 800 voluntários e que o 4º Regimento de Cavalaria, um dos regimentos de Guardas Nacionais, fora “desprendido para fazer parte da força de Netto”⁶⁵ e que, junto com esse regimento, estavam cinco carretas cheias de armamentos. Mas porque alguns corpos da Guarda Nacional eram destacados para servir sob as ordens de Netto? A hipótese mais plausível que pensamos é a de que o General

⁶⁵Diário do Rio de Janeiro, 04/12/1864. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

contava com a amizade de comandantes desses corpos, que possivelmente solicitavam vincular-se à Brigada Ligeira do Brigadeiro Netto. Mas porque certos comandantes faziam isso? Somente por amizade e lealdade ao “velho General”? Cremos que sim, principalmente porque essa lealdade deveria gerar algum benefício social e político aos seus pares. Entretanto, outros fatores poderiam ter pesado no momento da escolha, como o que apontaremos a seguir.

Segundo uma cronologia produzida ainda durante a Guerra do Paraguai (1865-1869), Netto atuava com total autonomia em relação ao Comandante em Chefe do Exército. A referida cronologia foi publicada no ano de 1868, quando a guerra ainda não havia terminado, mas é referente a 10 de outubro de 1864 e, entre outras, informações traz:

O General João Propício dera a seguinte organização ao seu exercito:
Compõe-se de duas divisões, a 1ª commandada pelo brigadeiro Osorio, e a 2ª pelo brigadeiro José Luiz Menna Barreto [...].
Além das duas divisões, organizou-se a de voluntarios do general Netto, que operará sem dependencia do general em chefe⁶⁶.

O General Netto tinha autonomia para atuar independentemente das ordens do General em Chefe. Nesse período, em 1864, a guerra em questão era contra o governo *blanco*, de Montevideu, em apoio ao General *colorado* Venâncio Flores. Netto atuou como se fosse um comandante independente, o que provavelmente o auxiliou na empreitada de arregimentar correligionários para a batalha. Tamanha autonomia, do ponto de vista militar, podia resultar em certo descontrole durante as batalhas.

Em 1864, as tropas brasileiras e *coloradas* tomaram Paysandú, um dos locais das terras de Antônio de Souza Netto, numa importante vitória sobre os *blancos*. Diversas foram as descrições dessa batalha, tanto no “Diário do Rio de Janeiro” quanto no “Correio Mercantil”. Contudo, no “Diário do Rio de Janeiro”, publicou-se alguns dias depois uma carta de um militar anônimo, na qual havia queixas sobre a atuação do Exército Brasileiro, que seria completamente desorganizado e só teria alcançado a vitória em função de uma mistura de sorte e superioridade numérica. Nessa carta, fica explícita a atuação independente de Netto durante essa campanha no Estado Oriental:

⁶⁶ MORAES, A. J. de Mello. **Brasil Histórico**. Tomo III. Rio de Janeiro: Fauchon & Dupont, 1868. p. 100. Os apontamentos cronológicos foram escritos por P. Paulino da Fonseca e publicados nesta edição dessa espécie de almanaque histórico. Segundo o autor, ela é feita com base em notas de periódicos da época.

É isso ao menos o que nos faz prevê-lo que se passa no Sul: o major Mallet, marchando para o Pirahy com 2 baterias de artilharia a cavallo, sem que se tenha contado com elle nas duas divisões do exercito, nos leva a crer que como o general Netto ou o coronel Fidelis, vai elle operar independente do general em chefe!... Essa *independencia* do general Netto, essa pessima organização de brigadas, compostas de uma só arma, essa desordem que ali reina, é tal, que além de contristar-nos, revolta-nos e faz receiar grandes males para o paiz e para a classe a que pertencemos⁶⁷.

Além disso, essa carta anônima é representativa do descontentamento de setores militares de carreira com os rumos e a autonomia de certos líderes guerreiros no Sul do Império. Na Guerra do Paraguai, até mesmo devido às proporções que o conflito adquiriu, juntando três estados, o Exército Aliado teve um comando central, ocupado por Mitre, depois por Caxias, e, assim, conseguiu agir de maneira mais ou menos ordenada⁶⁸.

Entretanto, quando o assunto da guerra era o Estado Oriental, o Império aceitava deixar os destinos desse conflito sob o comando autônomo de alguns chefes locais, entre eles, Netto. Essa autonomia pode até mesmo ter desgastado a relação do General com Canabarro, nesta época Comandante da Fronteira. Os militares de carreira, mais vinculados à Corte, possivelmente eram um setor da elite, que também tinha ressalvas contra o poder dos riograndenses na fronteira meridional do Brasil, contribuindo para demonstrarmos a complexidade desse panorama político.

Após a campanha contra Aguirre, Netto estava decidido a ir pessoalmente ao Rio de Janeiro para relatar, ao Imperador, a atuação de sua Brigada na intervenção no Estado Uruguaio. No meio do caminho, foi dissuadido, pois havia algo mais importante a ser feito. A guerra contra o Paraguai aproximava-se, e o Império não podia abrir mão das tropas de Netto. Assim, em 14 de julho de 1865, os dois principais periódicos do Império, o “Correio Mercantil” e o “Diário do Rio de Janeiro”, noticiaram a adesão de Netto à campanha contra o Paraguai, reproduzindo integralmente uma circular do então Brigadeiro, chamando seus amigos à batalha:

Os nossos leitores hão de estar lembrados de que se fallou que o bravo general Netto seguira para Montevideo com o fim de chegar á Corte afim de expôr ao governo imperial os serviços que sua divisão de voluntarios prestara na guerra com o Estado Oriental; pois bem, o distincto general não passou de Montevideo porque ali entendeu-se com o bravo almirante visconde de Tamandaré e com o Sr. Octaviano, que lhe garantiram a desnecessidade de sua ida a corte, para tal fim, pois que elles se encarregariam da sua legitima e nobre pretensão; ao que; aquiescendo o distincto general Netto, resolveu reunir de novo seus bravos voluntarios, para o que expedio a seguinte circular, com que nos obsequiaram; e, a esta hora, deve já achar-se em campo mais esse bravo cabo de

⁶⁷Diário do Rio de Janeiro, 29/10/1864. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em:<<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição nossa].

⁶⁸Sobre isso, ver Doratioto (2002) e Guazzelli (2009).

guerra, reunido seus amigos e companheiros para marchar para essa cruzada de honra - a guerra do Paraguay.

Illm. Sr. **O momento de perigo se apresenta**, e o cacique sombrio do Paraguay, o invasor do nosso territorio indefeso, o violador do lar sagrado de nossas familias, pela segunda vez offerece aos briozos e valentes voluntarios rezidentes no Estado Oriental, a occasião de, no campo de batalha, serem os leaes defensores da patria e aquelles que hão de castigar o [?] arrojado do tyranno.

Desde que foi licenciada a brigada ligeira, um só momento não tenho tratado de mim para consagrar-me a tarefa de patentear ao nosso governo e ao Imperador, os relevantes serviços prestados pela brigada ligeira, a quem tive a honra de commandar. Tendo posto em relevo o valor e [?], abnegação e patriotismo, os esforços e serviços não foram, como devem ser, galareados pelo nosso augusto monarcha, nem por isso julgo que este facto, alheio à vontade do chefe do Estado, deva fazer adormecer o nosso patriotismo e esfriar os nobres esforços dos filhos da primeira nação da America do Sul.

O governo de Sua Magestade Imperial, dentro em poucos dias, será minuciosamente informado do honroso comportamento desde o primeiro official até ao ultimo soldado. O Exmo. Sr. visconde de Tamandaré, esse ilustre benemerito e ornamento da nação brasileira, homem leal e justiceiro, será o orgão por onde o governo imperial ea nação inteira hão de ser informados do que se passou na gloriosa jornada que deu em resultado o castigo dos nosso inimigos.

Tenho fê robusta que se nos fará justiça, e sempre estarei alerta para não deixar no olvido os importantes desinteressados serviços de toda a brigada ligeira.

Breve estarei em campo; conto com todos os meus amigos, como todos tem direito de contar com a minha amisade de gratidão.

De V. S. patricio e amigo, Antonio de Souza Netto. Montevidéo, 5 de abril de 1865⁶⁹.

Com base no conteúdo das publicações dos dois periódicos, podemos supor que a força política e o prestígio do General Netto eram muito consideráveis em 1865. Também podemos supor que o Império não podia se dar ao luxo de abrir mão do Brigadeiro e de seus voluntários e que o Império tratou de propagandear a guerra contra o Paraguai como “fácil”, certamente devido à necessidade de conseguir arregimentar soldados para o conflito. O General Netto também contribuiu com essa propaganda, tendo mais uma de suas cartas publicadas pelo “Correio Mercantil”:

O Sr. coronel João Manoel Menna Barreto fora nomeado para commandar uma das brigadas que têm de reunir-se ao exercito do Sr. general Ozorio, donde o Sr. Brigadeiro Netto escreveu a seguinte carta:

Amigo e Sr. Ismael.

Mocorotan, 25 de setembro.

Estamos com ordem de marcha e mui breve estaremos pelo Paraná. **Isto por aqui vai as mil maravilhas**; já não ha *paraguayos*, nem *blancos*; todos são patriotas e **todos correm a fazer parte da cruzada libertadora.**

O resto do paraguayos que se achão sobre o Riachuelo em Corrientes já não sabem o que hão de fazer. **Quanto a mim, meu amigo, a campanha a Assumpção não passará de um passeio militar.**

É seu amigo - Antonio de Souza Netto⁷⁰.

⁶⁹ Diário do Rio de Janeiro, 14/06/1865. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

Como sabemos, a campanha à Assunção foi bem mais do que um passeio militar e, especificamente para Netto, acabou marcando o fim de sua trajetória.

Ainda em 1866, foi publicado, no “Diário do Rio de Janeiro”, mais uma demonstração de como os interesses do Império e de Netto podiam facilmente entrar em acordo. Em 6 de junho, poucos dias antes de falecer, Netto é mostrado ao Brasil como um exemplo de doação e abnegação:

Por aviso expedido pelo ministerio da guerra em 5 de Abril findo, mandou Sua Magestado o Imperador louvar e agradecer ao Sr. Brigadeiro Honorário Antonio de Souza Netto, commandante da brigada ligeira de voluntarios, a prova que deu do seu patriotismo e desinteresse, por ter não só, deixado de receber vencimento algum desde que se acha em campanha, como declarado que desiste desses vencimentos e dos a que possa ter direito durante a presente guerra, em beneficio das despezas da mesma guerra⁷¹.

Poucos dias depois, em 12 de junho, Netto é mandado para Corrientes para tratar sua febre⁷². Em primeiro de julho, acabou falecendo “das febres” que tinha. Sua morte só foi noticiada nos periódicos do Império na metade do mês. A primeira notícia é de 17 de julho, no “Diário do Rio de Janeiro”. Numa quarta-feira, em 4 de julho, o periódico “La Esperanza”, de Corrientes, abordava a morte do General na seguinte nota:

El General Netto

Tenemos el dolor de anunciar la muerte de este valiente y prestigioso General Brasileiro cuyos restos fueron depositados el lunes, en el panteon de esta Ciudad, mientras la patria agradecida, los lleva a su seno.

El General Netto, era el digno y renombrado gefe de la vanguardia del Ejército Imperial, y no solo sus compatriotas, sino sus compañeros de armas en el ejército aliado, hacian justicia a sus nobles calidades, llorarán su desgraciado fin.

Una dolorosa enfermedad, lo ha conducido al sepulero, cuando las balas de los combates en que habia encarnecido su frente, supieron respetar su coraje.

Un numeroso acompañamiento lo condujo a su ultima morada, habiendosele tributado los honores militares de ordenanza.

Nos asociamos de corazon al justo dolor de la gran pérdida que ha hecho el Imperio y su Ejército, con la muerte de tan bizarro soldado, **que para nosotros tiene tambien la relevante virtud, de haber ajitado en su mente la idea republicana.**

Que la patria le tribute el reconocimiento que merece sus sacrificios y Dios lo reciba en su seno!⁷³

⁷⁰O Correio Mercantil, 28/10/1865. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição e grifos nossos].

⁷¹Diário do Rio de Janeiro, 06/06/1866. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>> Acesso em: 15 maio 2013 [Transcrição nossa].

⁷²O Correio Mercantil, 21/06/1866. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em 15 maio 2013.

⁷³La Esperanza, 04/07/1866. Archivo General de la Provincia de Corrientes, Corrientes, Argentina.

Esta nota é importante porque mostra o reconhecimento do General Netto perante os correntinos; tanto o reconhecimento de sua atuação militar, como, e principalmente, de sua disposição para a ideia republicana.

Na Corte, as homenagens ao General ficaram por conta de algumas cartas de Osório, que foram publicadas. Nelas, o então Marechal Osório afirmou que Netto “era seu companheiro inseparável e mais íntimo amigo no exército, e da sua experiência e lealdade tirava os melhores conselhos”⁷⁴ e que “não se consolará dessa perda”.

Em 24 de julho, uma publicação exaltava a personalidade de Netto, e outra marcava a hora de uma missa por sua alma e pela de outros generais. Algumas outras homenagens puderam ser lidas até agosto. A guerra duraria mais três anos, período no qual muitos outros oficiais e soldados perderam a vida.

As tropas do General Netto foram deixadas sob o comando de um velho conhecido seu, o Tenente-Coronel Caetano Gonçalves da Silva, filho do amigo de Netto, Bento Gonçalves⁷⁵. Isso, segundo nossa análise, reforça os laços de amizade entre Bento e Netto, inclusive indicando, possivelmente, o General Netto como um herdeiro do capital político de Bento Gonçalves. A morte do General Netto transferiu, ao filho de Bento, o capital político e social dessas lideranças das zonas de fronteira no Sul do Império. Caetano viveu até 1885. Depois da Guerra do Paraguai, o Império não teve nenhuma outra guerra em que esse capital pudesse ser utilizado.

⁷⁴O Correio Mercantil, 21/07/1866. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em:<<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

⁷⁵Diário do Rio de Janeiro, 14/08/1866. Hemeroteca digital Brasileira. Disponível em:<<http://hemerotecadigital.bn.br>>. Acesso em: 15 maio 2013.

CONCLUSÃO

Partindo dos achados desta pesquisa, resta claro para nós que Antônio de Souza Netto não foi apenas um líder militar do espaço fronteiriço platino; mais do que isso, parece-nos que ele foi personagem-chave para que os interesses do Império nessa região pudessem se consolidar, ao mesmo tempo em que garantiu que seus próprios interesses (e o de seus pares) também se consolidassem. Entretanto, essa relação nunca foi tranquila: Netto esteve sempre sob desconfiança de diversos setores do Império, principalmente porque, ao que tudo indica, mantinha relações muito importantes na fronteira, em ambos os lados, e, muitas vezes, também em regiões distantes dela. Portanto, para este trabalho, o estudo da fronteira como uma mera linha divisória não consegue abranger todas as possibilidades. Consideramos que, para o General Netto, a fronteira era uma zona de atuação que compreendia territórios muito além do limite político, pois boa parte do seu poder de barganha foi proveniente de ter conseguido negociar e mover-se, bem como arregimentar tropas e correligionários, seja do lado brasileiro, seja do lado uruguaio, onde muitos brasileiros viviam.

Ao mesmo tempo em que Netto cada vez mais se apresentou para nós como um interlocutor importante entre uma região e o poder central, é muito significativo que este indivíduo não tenha as mesmas estratégias de inserção na sociedade imperial que outros indivíduos tiveram. Sabemos que cada trajetória é única, não é referente a isso que estamos advogando aqui. Todavia, diversos estudos têm apontado como a inserção política dos indivíduos no Império era possibilitada e potencializada por redes de relações fortes, que garantiam postos políticos ou administrativos, além da troca de benefícios entre os membros das redes e da perpetuação no poder. Netto tinha sim uma rede de relações, pois, sem isso, dificilmente teria expressão nessa época. Entretanto, não é este o aspecto que nos importa; advogamos pela maneira como esse indivíduo adquiriu seu poder e se manteve nele.

Não podemos afirmar que Netto não intercedia por votos pelo simples fato de não termos encontrado vestígios nesse sentido. O que podemos afirmar, com base em nossas pesquisas, é a presença de outros mecanismos garantindo sua influência e sua atuação política, garantindo que seus interesses (e os de seus pares) fossem observados. A força de Netto estava no seu potencial e na sua disposição para a guerra, nos seus contatos com políticos de facções divergentes, na

ameaça de se rebelar contra o Império e, concomitantemente, em estar prontamente disposto a defendê-lo –bastava que a Corte soubesse entender a seus interesses.

Netto tinha amigos no Senado (como, por exemplo, Teófilo Ottoni), no Exército (Osório), no governo (Carneiro de Mendonça, Silva Ferraz), o que também conta e precisa ser considerado. Apesar disso, não teve nenhum cargo político ou posto administrativo. O que teve foi uma patente militar, mas não foi um militar de carreira e, ao contrário do que possa parecer, isso não significa que Netto não teve sucesso em seus objetivos: nenhuma fonte com que tivemos contato em nossas pesquisas indica que quisesse ocupar tais funções vinculadas a cargos públicos permanentes.

Por não atuar, até onde indicam nossas pesquisas, na política da “Paróquia”⁷⁶ (VARGAS, 2007), Netto não possuía os mesmos mecanismos para manter, ampliar e perpetuar suas relações. Mesmo assim, parece ter conseguido sustentar uma rede tão forte que possibilitou, ao Proclamador da República Riograndense, ser recebido pelo Imperador pessoalmente e reclamar sobre a situação de seus pares no Uruguai. O estudo mais aprofundado dessa rede, sob um viés teórico-metodológico específico, é uma possibilidade que esse trabalho abre para trabalhos futuros.

Ao que tudo indica, Netto tinha poder porque sabia manejar muito bem um prestígio pessoal fundamentado na terra e na guerra. Em seus negócios, em suas ameaças e em suas estratégias, sempre esteve presente algo muito importante para a sociedade da época: o poder de mando e de arregimentar gente para a guerra, além da própria disposição para o conflito.

Estes são apenas alguns exemplos de como Antônio de Souza Netto está inserido no círculo de poder do Império e de como ele estrutura suas estratégias de atuação com base na fronteira. Embora ter proximidade com Venâncio Flores quando o Império necessitou possa ter sido um elemento facilitador de sua inserção na política imperial, pode ser também, em outro momento, um motivo de preocupação sobre o que poderia acontecer na região de fronteira, caso os interesses desses indivíduos não estivessem em consonância com os interesses do Império.

Também é preciso considerar que não se trata apenas do interesse de um indivíduo com boas relações. É razoável pensarmos que Netto não era um militar com poder suficiente para realizar uma guerra separatista contra o Império do Brasil, mas, se pensarmos que representava interesses de uma região, de um setor da elite de determinada região, e que esse setor possuía

⁷⁶ De diversos estudos que têm sido feito sobre esse assunto, destacamos Vargas (2010) e Paniagua (2012).

interesses definidos e meios de sustentar uma guerra separatista, torna-se mais fácil entender o receio que os setores do Império sustentaram sobre seu poder político. O que nos chama a atenção é a maneira eficiente com que Netto pôde se estabelecer perante a política do Império, para ser esse representante de um grupo que se fazia presente na fronteira meridional do Império.

Podemos concluir que a Revolução Farroupilha foi um evento-chave na trajetória desse indivíduo. Sua atuação, nesse conflito, bem como as amizades que construiu e consolidou nesse período fizeram de Netto um estancieiro relevante dentre os muitos que viviam além da zona de fronteira do Império, ou seja, fizeram com que Netto adquirisse uma força política enquanto representante dos interesses dos fronteiriços.

Também podemos concluir que, de alguma maneira, a proximidade de Netto e Bento Gonçalves era muito grande. A morte do General Netto e a transferência do comando de suas tropas para Caetano Gonçalves, filho de Bento Gonçalves, também nos faz pensar que se trata de um certo tipo de “herança imaterial”, utilizando-nos da expressão de Levi (2000). Possivelmente, após a morte de Bento Gonçalves, em 1847, Netto “herdou” boa parte de seus principais amigos militares. Na verdade a ideia de “herança” não é a melhor para representar essa situação; podemos dizer que Bento Gonçalves proporcionou a Netto inserir-se em suas relações sociais. Com a morte de Bento, Netto possivelmente acabou assumindo as funções do antigo comandante nessa rede e algo semelhante provavelmente se verificaria com Caetano. Como Netto arregimentava sua Brigada Ligeira, é de se supor que Caetano era parte da Brigada e que, inclusive por isso, foi visto como o “herdeiro” desse capital político militar da zona de fronteira, que tinha suas origens no próprio pai de Caetano, Bento Gonçalves.

É importante frisarmos que, ainda que Netto tenha sido considerado liberal e republicano, com ligações com liberais da política Imperial, um dos seus aliados mais poderosos foi um político conservador: o Barão de Uruguaiana, que provavelmente intercedeu pela nomeação de Netto como Brigadeiro. Foi ele que defendeu o General perante os Cônsules e Vice-cônsules do Império, no Uruguai, e perante o Marquês de Caxias, no Senado. Foi Silva Ferraz quem, como Primeiro Ministro, ouviu as queixas contra os *blancos* e, em 1865, já como Ministro da Guerra, conduziu o início da Guerra do Paraguai. Esse contato com liberais e conservadores da política imperial certamente foi um diferencial importante que permitiu a Netto ampliar seu poder político.

Netto considerava já desde Revolução Farroupilha que nem todas as ações políticas deveriam ser publicizadas, o que certamente foi algo marcante de sua trajetória. Como já

dissemos muitas vezes ao longo desse trabalho, não encontramos séries de cartas escritas pelo General após o período da farroupilha. A documentação é escassa e, em sua maioria, refere-se a ele, ao invés de ser produzida por ele. Acreditamos que parte dessa documentação deve ter se perdido. Apesar disso, ao analisarmos as cartas publicadas, principalmente as dos anos de 1863, 1865 e 1866, transcritas anteriormente nesse trabalho, pudemos identificar claramente que apenas as cartas de total apoio ao Império, as que podiam ser utilizadas de maneira a consolidar os interesses da Corte, é que foram publicadas. As negociações, as propostas, as ameaças, essas ficaram sempre para os documentos secretos, sequer chegando até nós.

É razoável pensarmos que isso indica claramente uma forma e uma estratégia de ação. Talvez Netto não quisesse deixar rastros, talvez esses documentos simplesmente estejam perdidos. Com base na documentação a que tivemos acesso, somos levados a pensar que o General sabia avaliar, de forma bastante clara e estratégica, em qual momento deveria ameaçar, em qual momento deveria se dispor a lutar pelo Império e em qual momento deveria ajudar o Império em sua propaganda.

Ao final, o General morreu da única forma que talvez nunca tivera imaginado que morreria. Tendo lutado em tantas guerras e sobrevivido a todas elas, acabou morrendo em um hospital militar, de uma enfermidade comum que, segundo os jornais, atacou boa parte do acampamento militar das forças aliadas e que foi retratada, na época, como “fortes febres”.

REFERÊNCIAS

LISTA DE FONTES

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - AHRS

- Anais Volume 13: CV-6181, CV 6185, 6199 -
- Anais Volume 20: Anexo 1.
- Fundo Correspondências Gerais: Caixa 33.
- Fundo Autoridades Militares
- Códices: A3-04,

Hemeroteca Digital Brasileira

- O Correio Mercantil:

24/03/1860 - 08/02/1862 - 01/05/1863 - 03/11/1864 - 04/12/1864 – 14/06/1865 04/07/1865 -
28/10/1865 - 21/06/1866 - 06/07/1866 - 21/07/1866 - 06/08/1866;

- Diário do Rio de Janeiro:

15/12/1840 - 05/08/1858 - 29/10/1864 - 04/12/1864 - 14/06/1865 - 06/06/1866 - 14/08/1866.-

Outras fontes documentais

- Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Oitava Legislatura de 1851.

- La Esperanza, 04/07/1866. Archivo General de la Provincia de Corrientes, Corrientes, Argentina

- Homenaje del Sindicato Médico del Uruguay al Profesor Emérito Dr. Carlos Mendilaharsu”.

Noticias: Organo oficial del Sindicato Médico del Uruguay. Octubre de 2002

LISTA DE BIBLIOGRAFÍA CITADA

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos e Abusos da História Ora**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

CARVALHO, J. M. de. **A construção da ordem/ Teatro de sombras**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **D. Pedro II – Ser ou não ser**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

COELHO DE SOUZA, J.P. **Revolução Farroupilha: Sentido e Espírito**. Porto Alegre: Sulina, 1969.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FERTIG, André. **Clientelismo Político em Tempo Belicosos**: a Guarda Nacional de São Pedro do Rio Grande do Sul na defesa do Império do Brasil (1950-1873). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

FLORES, Mariana F. C. T. **Crimes de Fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). 2012. 350 f. Tese (Doutorado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: Realidade e Utopia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. **Revolução Farroupilha**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Traduzido em português por Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

GOLIN, Tau. **A fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2004. v.2.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. **O horizonte da província**: A República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História Social) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Porto Alegre, 1997.

_____. Regiões – Províncias na Guerra da Tríplice Aliança. In: **Topoi**. v.10, n.19, p. 70-89, jul./dez. 2009.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia Sul rio-grandense e seus fundamentos. In: **A Historiografia Rio Grandense**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p. 09-22.

HEINZ, Flávio M. Introdução. In: _____. **Por outra história das elites**. Ensaios de prosopografia e política. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LAYTANO, Dante de. **A História da República Rio-Grandense**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Tradução de Sarita Linhares Barsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEVI, Giovanni. **A Herança Imaterial**: trajetória de um exercista no Piemonte do Século XVII. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2000.

MARQUES, Leticia Rosa. **José Marianno de Mattos**: Conquistas e Desafios de um Mulato Carioca na Revolução Farroupilha (1835-1845). 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: < <http://primo-pmtna01.hosted.exlibrisgroup.com/PUC01:PUC01:puc01000446491>>. Acesso em 23 jul. 2013.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A Velha Arte de Governar**. Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007a.

_____. O círculo dos grandes: Um estudo sobre política, elites e redes no segundo reinado a partir da trajetória do visconde do Cruzeiro (1854-1889). **Locus: revista de história**. Vol. 13, n. 1, p. 93-122, 2007b.

MENEGAT, Carla. Os brasileiros e suas estâncias no Estado Oriental (1845-1852): perspectivas de análise. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27. Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2013.

MOLINA, Matias M. Entre anjos e demônios. **Observatório da Imprensa**. Edição n. 642, maio 2011. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/entre_anjos_e_demonios>. Acesso em: 13 maio 2014.

MORAES, A. J. de Mello. **Brasil Histórico**. Tomo III. Rio de Janeiro: Fauchon & Dupont, 1868.

MOREIRA BENTO, Claudio. **O Exército Farrapo e os seus Chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

NAHUM, Benjamín. **Manual de Historia del Uruguay**. Tomo I: 1830 – 1903. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2003.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo Gaúcho: Fronteira Platina, Direito e Revolução**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. **O federalismo no espaço fronteiriço platino**. A Revolução Farroupilha (1835-45). Tese (Doutorado em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. Dos tratados de 1851 à invasão de 1863: Conexões Brasileiras no Estado Uruguaio. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 1., Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: UPF, 2011.

ROSA, Othelo. **Vultos da Epopeia Farroupilha**. Porto Alegre: Globo, 1935.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Revista Métris: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SILVA, Matheus Luís. **A Elite Farroupilha Riograndense: Um estudo sobre Antônio de Souza Netto, David Canabarro e José Mariano de Matos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) –Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Trajetórias militares, política imperial e escrita da história. **Revista Méti**s: história & cultura, v. 2, n. 3, p. 95-108, jan./jun. 2003.

SPALDING, Walter. **A Revolução Farroupilha**. São Paulo: Cia Editora Nacional/UNB, 1982.

VARELA, Alfredo. **História da Grande Revolução. O ciclo Farroupilha no Brasil**. Porto Alegre: Globo, 1933.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte**: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868 – 1889). 2007. 276f. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. **Entre a Paróquia e a Corte**: Os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM, 2010.

WIKIMEDIA COMMONS (2015a). Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Uruguay_fisico.png>. Acesso em: 05 jan. 2015.

WIKIMEDIA COMMONS (2015b). Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Teófilo_Benedito_Otoni.jpg>. Acesso em: 05 jan. 2015.

WIKIMEDIA COMMONS (2015c). Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Barao_de_uruguaiana_00.jpg>. Acesso em: 05 jan. 2015.

LISTA DE BIBLIOGRAFÍA CONSULTADAS

ABADIE, Washington Reyes; ROMERO, Adrés Vázquez. **Crónica Genral Del Uruguay**: 4 El Estado Oriental. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FREGA NOVALES, Ana. (Org.). **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)**. 1. ed. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007. v. 1.

GOLIN, Janaíta da Rocha. **Relações do Império do Brasil e dos farroupilhas com o Prata (1835-1852)**. Dissertação de mestrado. Passo Fundo. UPF, 2012.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUTFREIND, Ieda (Org.). **Experiências Nacionais, Temas Transversais**: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

NASCIBENE, Luigi. **Tentativa de Independência do Estado do Rio Grande do Sul**. Tradução de Irmão Elvo Clemente. Porto Alegre: CORAG/SEDAC, 2002.

PADOIN, Maria Madalena et al. (Orgs.) **História, Regiões e Fronteiras**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2012.

_____. **História da América Platina e os processos de construção e consolidação dos estados nacionais do século XIX e início do século XX**. Projeto de Pesquisa (Departamento de História)–Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

PANIAGUA, Edson Romario Monteiro. **A construção da ordem fronteiriça: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)**. Tese (Doutorado em História)–Univrsidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

PALERMO, Eduardo R. **Tierra esclavizada: el norte uruguayo en la primera mitad del siglo XIX**. Montevideu: Tierradientro Ediciones, 2013. Disponível em: <<https://search.library.wisc.edu/catalog/9910196885002121>>. Acesso em:

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **A Política Rio Grandense no II Império**. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa em História, 1974.

_____. **Vida Política no século 19**. 3 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

RÉMOND, René (Org). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VÁZQUEZ, Josefina Z.; GRIJALVA, Manuel Miño (Coord.). **História general de América Latina**. España: Ediciones UNESCO/Editorial Trotta, 2003.V. VI.

ANEXOS

Anexo A - Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, 1962.

Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império, 1962. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS. Correspondências Gerais caixa 33 [Transcrição de Matheus Luís da Silva e Bruna Gomes Rangel]

Ministerio dos Negocios Estrangeiros

Rio de Janeiro 16 de Abril de 1862

Ilmo. Exmo. Snr.

Como V. Exã. verá pelas copias inclusas do Officio, que dirigiu a este Ministerio o nosso Encarregado de Negocios em Montevideo, e do que ao mesmo Encarregado de Negocios escreveu o Consul Geral, o estado de agitação em que se acha a população brasileira no Departamento de Tacuarembó sobre ao ponto de não ocultar-se o proposito de um levantamento contra as autoridades da Republica; levantamento em que parece devido tomar parte muitos cidadãos dessa Provincia e até algumas Chefes das forças, que guarnecem a fronteira.

Tratando desde assumpto em despacho, datado de 14 do corrente, que expedi à Legação Imperial, declaro A S Exã o Senr. Francisco d'Yus Pereira Rocha que qualquer que seja o fundo de justiça que por ventura assista aos nossos concidadãos nas queixas, que formulão contra as autoridades orientaes, não é seguramente pelo meio projectado, que devem procurar a reparação d'ellas; meio tanto mais reprovados e reprehensivel, quanto não póde ser posto em duvida o zelo, a solitudine e o interesse, que ao Governo Imperial inspira a vida, a propriedade, e a honra do cidadão Brasileiro onde quer que ele esteja.

Referindo-me ás diversas providencias adoptadas pelo Governo Imperial no sentido de conseguir do da Republica a reparação, a que tem direito os subditos Brasileiros vexados por autoridades della, e toda a protecção e garantias que lhes são devidas, declaro outrossim no mesmo Despacho ao Encarregado de Negocios do Imperio que é d'esperar que taes providencias acalmem a irritação existente ente os nossos compatriotas, tranquilizando-os e dissuadindo-os de actos attentarios da ordem publica do Estado vizinho; actos, contra os quais não só teria o Governo Imperial de pronunciar-se, mas d'empregar todos os meios de repressão.

Sendo conveniente que estas ideas calem no espirito dos nossos concidadãos residentes nessa Provincia, e principalmente que d'ellas se compenetre bem a força publica

para que, longe de apoiar qualquer excesso, procure preveni-lo ou conte-lo, procedendo sempre de conformidade com as determinações da autoridade competente: recomenda o Governo Imperial a V. Exã que neste sentido adopte todas as providencias que julgar necessárias.

Reitero a V. Exã as seguranças de minha perfeita estima e destructa consideração.

[assinatura não identificada]

1ã Secção N° 1 Reservadissimo. Legação Imperial do Brasil. Montevideo, 29 de Março de 1862.

Ilmo. e Exmo. Snr.

Tenho a honra de apresentar a V. E. a copia inclusa de um officio que, em 19 do corrente, me dirigio e Snr. Melchior Carneiro de Mendonça Franco transmittindo-me informações da maior gravidade acerca das disposições em que elle encontrou varios súbditos Brasileiros estabelecidos no Departamento de Tacuarembó.

Segundo observou aquelle Snr. a população brasileiro estava alli muito agitada e disposta, mesmo, á um levantamento contra as autoridades Orientaes; levantamento em que, parece, devião tomar parte muitos Brasileiros estabelecidos na Provincia limítrofe e que ultimamente havião passado para este lado, e alguns Chefes das forças que guarnecem a fronteira.

Essa exaltação era motivada pelos excessos praticados por aquellas autoridades contra nossos compatriotas alli estabelecidos, e que de dia em dia se tornão mais insuportaveis.

O Brigadeiro Antonio Netto, em cuja casa esteve hospedado o Snr. Carneiro de Mendonça, não ocultou a este Snr. os planos de sublevação que elle mesmo se propunha dirigir e que, felizmente, não chegou a realizar-se.

O movimento devia começar por occasião de umas corridas de cavallos projectadas para o dia 20 do corrente, no lugar denominado Montes Claros cerca da fronteira comandada pelo Brigadeiro Canavarro, e, segundo affirmou o dito Netto, seria, apoiado por esse comandante.

V. E. comprehende que, á distancia em que me acho do lugar em que taes projectos se tramavão, não me é possível formar já sobre elles um juízo seguro. Conhecendo-se as prevenções q. infelizmente ainda existem fortemente arraigadas entre Rio Grandenses e Orientaes, e tendo-se em vista os numerosos attentados por estes praticados contra a vida e a

propriedade dos nossos compatriotas estabelecidos na Campanha Oriental, não é estranhavel que semelhante pensamento tenha realmente existido. Porem, não me parece natural que, se o movimento estivesse com effeito concertado e prestes a ser realisado, procecesse o General Netto com tão pouca reserva dando delle conhecimento minucioso ao Snr. Consul Geral. É bem possível que se quizesse impressionar o animo deste Snr. fazendo lhe vêr as cousas sob um aspecto grave com o objecto de induzir o Governo Imperial a tomar medidas mais energicas que refreiem os desmandos das autoridades Orientaes.

Como quer que seja, creio que merece seria atenção a situação em que se acha a população brasileira em Tacuarembó.

Em outro officio dou, nestra occasião a V. E. conta das diligencias que tenho feito para conseguir a exoneração do Chefe Politico Tristan Azambuja, bem como o justo castigo que merecem os autores dos crimes denunciados na nota que por copia, acompanha esse officio.

Com a adopção de dessas providencias cessarão de certo, aos males que actualmente soffrem aqueles subditos do Imperador.

Certificando a V. E. que não pouparei esforço algum para realisar esse intento, prevaleço-me da oportunidade para reiterar-lhe os protestos do meu profundo respeito. A S. E. o Snr Conselheiro Benvenuto Augusto de Magalhães Taques = Ignadio de Avellar Barbosa da Silva

José Pedro Azevedo Peçanha

Copia annexa ao officio reservadissimo n°1 (á 1ª Secção) da Legação Imperial em Montevideo de 29 de Março de 1862.

Reservado. Montevideo. Consulado Geral do Brasil em 19 de Março de 1862. Illmo. e Exmo. Snr.

Neste momento acabo de chegar a esta cidade de volta do Departamento de Tacuarembó, para onde me tinha dirigido no dia 22 do proximo passado mez em desempenho da Comissão, que, por ordem do Governo Imperial, V. E. me encarregou por officio datado de 18 do mesmo mez.

Não venho agora dar-lhe conta do resultado da minha comissão, o que farei mais de espaço; mas sim occupar a sua atenção com materia mais urgente e de mór gravidade, como verá da seguinte revelação.

Ao saltar o Rio Negro, apresentou-me o Capitão de Guardas Nacionaes do Rio Grande do Sul, Madruga, offerecendo-se para me acompanhar no dia corrente seguinte a Estancia do

general Netto, de quem se dizia amigos, e sob cujas ordens tinha servido na revolução da dita Provincia. Aceito o offerecimento, puzemos a caminho em cujo decurso, depois de largamente conversarmos sobre a situação dos brasileiros na Campanha deste paiz, revelou-me elle que uma sublevação da população brasileira, a cuja frente se faria o General Neto e outros officiaes de nomeada, estava prestes a apparecer, e que para apoiála, já tinham entrado, disfarçados, nos departamentos limitrofes, centenaes de Guardas Nacionaes da vizinha Provincia com seus respectivos officiaes subalternos, e que daquelle ponto entraria maior reforço tão depressa o General desse o convencionado aviso; pois que toda a campanha do Rio Grande estava disposta e prevenida neste sentido.

Sorprehendido com esta noticia deime pressa em chegar a Estancia do Snr. Nsto, o que teve lugar no dia 1º do corrente. Esperava-me elle por ter V. E. lhe prevenido de que eu passaria por sua casa. Recebeo-me com sua usual bondade e franqueza, interrogando-me em seguida pelo motivo de minha presença naquelles lugares. Disse-lh'o, e sem mais preambulos perguntei lhe também se era exacto o que se me tinha dito sobre a projectada sublevação. Declarou-me com muita calma ser tudo exacto, pois que hoje não podia occultalo a mim, tendo já dado parte da sua resolução ao Exmo. Snr. Marquez de Caxias; que a sublevação ja teria apparecido por occasião das carreiras, que elle mesmo ha trez mezes, promovera na Villa de S. Fructuoso (Capital do Departamento) se não tivesse querido esperar pela invasão de Flores, que ficou malograda, occasião sem duvida mais opportuna, porque teria então o Governo da Republica mais esse inimigo com que entreter; que nas ditas carreiras reunirão se 3,500 brasileiros guapos e apenas 450 Orientaes, em cujo numero entravao todas as autoridades e forças departamentais; que finalmente elle e seus amigos estavam bem arrependidos de se não terem pronunciado em tal occasião. Admirado eu de tudo o que acabava de ouvir, perguntei ao Snr. Neto com que elementos, forças, armas [?] contavão para lançarem se em uma empresa tão arriscada. Respondeo-me que se quizesse poderia dispor de 10 mil homens, mas que apenas lhe bastavão 4 mil para se fazerem senhores de toda a margem direita do Rio Negro, da qual a maior parte do territorio já lhes pertencia; que esses 4 mil homens, tinha-os elle, no momento que desse um signal, á frente dos quaes se collocarão os Coroneis Ismael Soares da Silva, Felicissimo José Martins, Joaquim Pedro Soares, Majores Bento Martino, e Guedes, Capitães Vicente Cypriano de Simas, Cypriano Machado, e outros seus antigos companheiros, com quem diz estar de perfeita intelligência; e que finalmente dispunhão hoje de melhores meios para sustentar uma guerra de de que outrora dispozerão para entreter a guerra no Rio Grande por 10 annos.

Em seguida passou a narrar-me em tom condoído a serie de attentados sem reparação, exercidos contra brasileiros desde 1856 até aquelle dia, e ao chegar ao facto do desacato feito ao nosso Vice-Consul ultimamente, exaltou-se sobremaneira, lamentando que o renegado Azambuja levasse o seu ódio e rancor aos brasileiros ao ponto de insultar o proprio pavilhão nacional, e que deste insulto ainda não se tenha obtido reparação condigna; pelo que via que de feito estavam abandonados pelo Governo Imperial, circumstancia que os tinha definitivamente determinado a arriscar tudo já no sentido de vingar nossa bandeira, e garantir para o futuro suas vidas e fazenda, o que contão conseguir repellindo os Orientaes da margem direita do Rio Negro, e tomando posse política do respectivo territorio em nome do Imperador, muito embora este acto não mereça a aprovação de S. Magestade, a Cujo Governo só pedem o unico favor de não os hostilizar na execução do plano.

Depois de ouvi-lo attentamente, e desfazer-lhe largas considerações sobre o passo que pretendião dar, lançando-se em uma empreza tão perigosa e fallivel, empreza, lhe disse, que de maneira alguma não poderá deixar de ser reprovada pelo Governo Imperial, em cujo nome e interesse intimei-lhe que a circumstancia de me achar naquellas paragens por ordem do Governo para o fim de tomar exacto conhecimento das queixas dos brasileiros, da maneira porque erão tratados pelas autoridades departamentaes, e finalmente do desacato commettido contra o pavilhão nacional, devia convencer a elle e a todos os nossos compatriotas da inexactidão do pensamento que obrigavão de que o Governo os tinha abandonado.

Á vista destas reflexões mostrou-se o Snr. Neto mais calmo e satisfeito, prestando-se a acompanhar-me á Villa de S. Fructuoso, onde demorávamos 3 dias, durante os quais fomos procurados por grande numero de brasileiros, aos quaes me apresentou, e em minha presença declarou qual era o objecto de minha commissão. Foi depois desta apresentação que passei a ouvir as queixas e denuncias de attentados e violências de toda natureza, das quaes, e das mais revoltantes, em breve darei conhecimento a V. E. Insistirão para que me demorasse mais tempo allí a fim de ouvir a outros brasileiros; não me prestei porem a isso apesar meu, temendo que a agglomeração de tanta gente allí no sentido de visitar-me e trazer-me queixas contra o Chefe Politico e seus subalternos não desse motivo a este para, sob qualquer pretexto me fazer alguma desfeita, e assim provocar um conflicto. Em torno da casa de minha residencia já acodião patrulhas, e durante o dia postavão-se cabas de policia em frente, tomando nota dos que me vinhão procurar. Aqui devo dizer a V. E. que no segundo dia da minha estada na Villa fui procurado pelo Snr. Azambuja, que sem mais preambulos me declarou que não me reconheceria em character official por não ter recebido de seu governo

comunicação alguma sobre minha ida allí, ao que lhe respondia que ficava sciente. Ao que parece, só me procurou para fazer me essa declaração.

De volta á Estancia do Snr. Neto, estreitadas mais as nossa relações, fez me elle novas revelações. Disse-me que se eu não apparecesse allí naquella occasião e para o fim a que hia, o levantamento teria tido lugar impreterivelmente no dia 20 do corrente nas novas carreiras concertadas para o referido dia nos Montes Brancos perto da fronteira comandada pelo Brigadeiro Canavarro, e agora, accrescentou o Snr. Neto, com muito mais certeza de ter bom exito, porque o movimento era decididamente apoiado pelo dito Brigadeiro.

Sabendo que se achava no Departamento o Coronel Joaquim Pedro Soares, com quem tenho relações, mandei chama-lo a toda pressa. Veio, e por elle me foi confirmado, antes de vêr a Neto, tudo que este me tinha revelado.

Confesso a V. E. que até agora ainda estou confundido com taes revelações, que com minuciosidade lh'as relato para que, regulando-se pela idéa que faz do character do General Neto, que ha mais tempo conhece, possa formar um juizo seguro sobre a possibilidade de ter existido esse plano de sublevação. A carta inclusa confiou-me elle no proposito de convencer-me do que disse-me, e de feito da leitura dessa carta se depreheende que alguma cousa ha concertado entre elles.

Como quer que seja, a situação dos brasileiros no Departamento de Tacuarembó nunca foi tão grave, pelo exaltamente em que estão, e idéas que afagão, e pelo desmandos das respectivas autoridades. Não obstante, me parece que com a destituição destas e a nomeação de outras, que não nutrão os mesmo rancores e preconceitos contra os nossos compatriotas, e que sejam honestas, essa situação póde mudar-se de um dia para outro, e tudo se acalmar.

Não apresento a V. E. nesta occasião uma relação dos ultimos atentados que, contra nossos patricios, se derão allí, porque me sinto algum tanto encommodado; falo-hei tão depressa me ache melhor. É com difficuldade que pude escrever o presente officio, que termino, reiterando a V. E. os protestos de meu respeito e distincta consideração. A. S. E. o Snr. Dr. Ignacio de Avellar Barbosa da Silva = Melchior Carneiro de Mendocha Franco, Consul Geral = Conforme - Julio H. de Mello e Ahimo, Addido servindo de Secretario da Legação -

Conf.

Jose Pedro Azevedo Peçanha